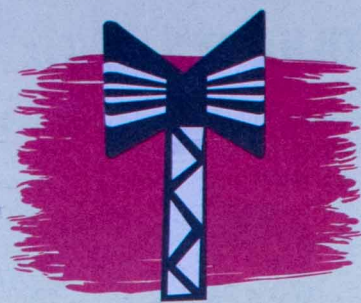




ÍROHÌN

Brasília, ano XI, nº 16,
abr. - mai./2006

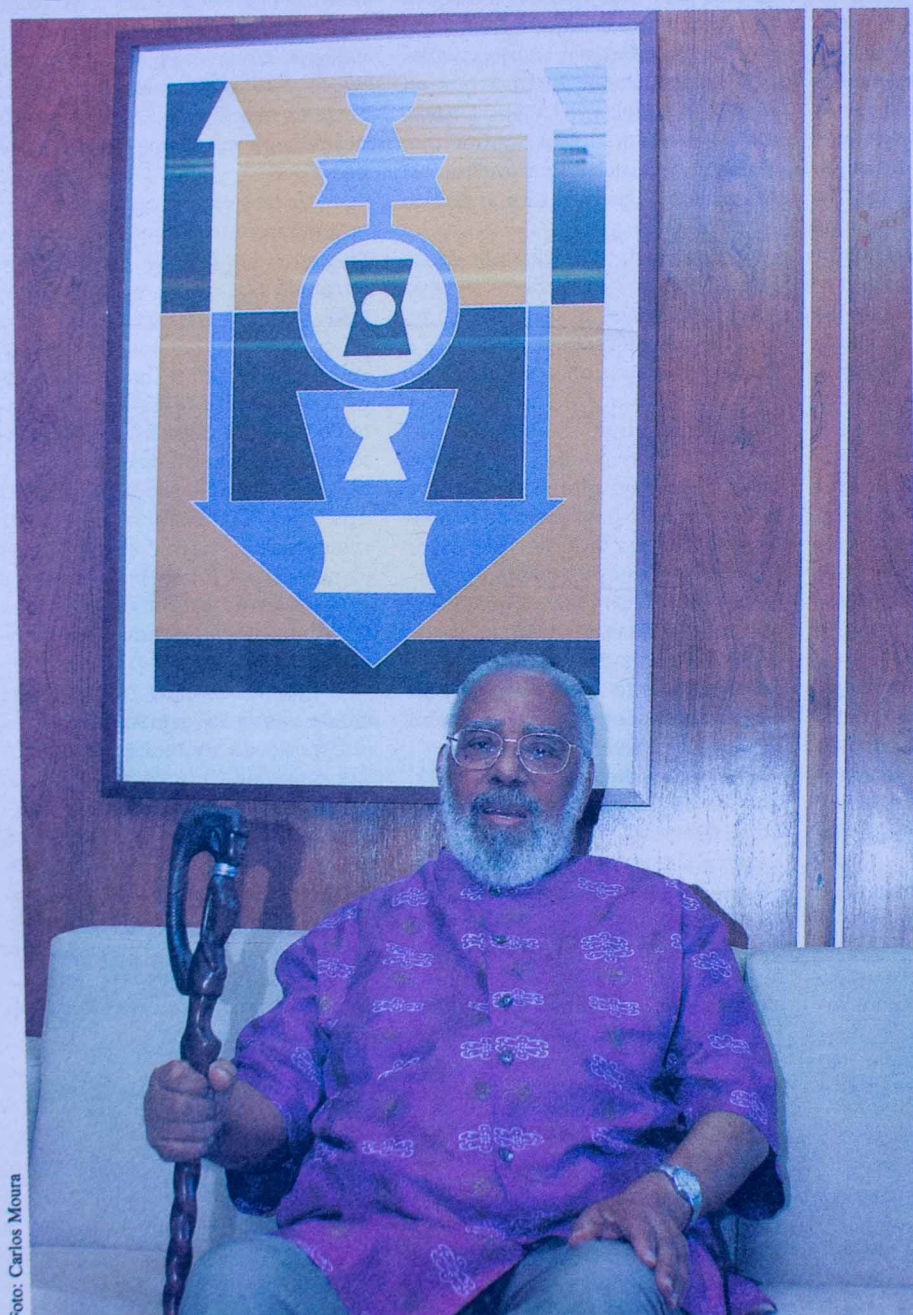
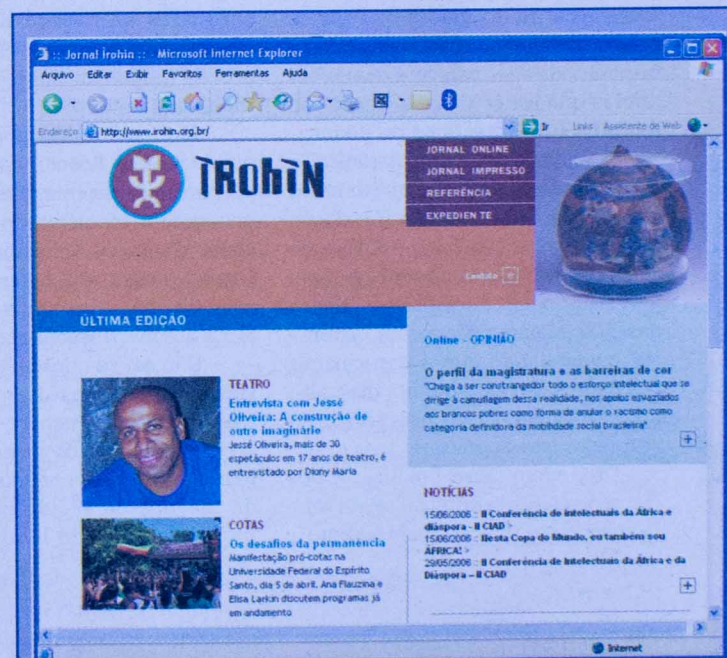


Foto: Carlos Moura

No dia 15 de junho, Abdias do Nascimento foi homenageado na Universidade de Brasília com o título de Doutor Honoris Causa. Nesta edição, muitas páginas foram ilustradas com reproduções da arte de Abdias, peças da exposição "Memória Viva", em Brasília até 29 de de junho, na galeria Athos Bulcão do Teatro Nacional.



A editora Mazza, de Belo Horizonte, comemora 25 anos de valorização da produção intelectual negra, p. 29.



A página do Írohìn na internet está disponível desde o dia 29 de maio. Acesse www.irohin.org.br e contribua com sugestões nesta fase de instalação e testes.

Lembo inculpa, Sinhá Moça absolve e nós colaboramos

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo, no dia 18 de maio, deu à "Folha" uma declaração estrondosa. Disse numa entrevista à jornalista Mônica Bergamo que para haver mudança no quadro de miséria e desigualdade, precisa haver uma mudança de mentalidade no 'cerne', ou seja, na parte central ou essencial, da 'minoría branca muito perversa' que comanda o país.

A entrevista de Cláudio Lembo foi recebida com fingido espanto e logo desqualificada como 'sociologia do hip hop', ou 'letra de rap', alusões feitas em editorial da própria "Folha de S. Paulo" e na revista "Veja", significando, obviamente, tratar-se de um comentário digno de um negro de periferia. Logo passou a 'burro', de forma explícita, na versão mais crua de Antônio Carlos Magalhães.

A trajetória política e pessoal de Cláudio Lembo, desenvolvida no campo da representação política e da prestação de serviços jurídicos à 'burguesia muito má', a que ele se referiu em sua entrevista, só aumenta o valor de suas palavras. Ninguém duvida que ele conheça o 'cerne', as entranhas, os intestinos do poder.

Dando substância estatística à avaliação de Lembo, o Instituto Ethos e o Ibope, associados à Fundação Getúlio Vargas, ao Ipea, à OIT e ao Unifem, divulgaram no mês de maio o "Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil", constatando que a participação dos negros decresce quanto mais alto é o nível hierárquico nas principais empresas que operam no país.

Se, como disse Bobbio, "o poder se esconde porque se sente tanto mais forte quanto mais secreto",

Lembo, com sua declaração, que teve a visibilidade de manchete principal da "Folha", prestou um enorme desserviço aos de sua classe, que escondem, a sete chaves, a natureza da opressão racial. Acredito mesmo que ACM disse que ele tinha "cara de burro" porque Lembo atirou, afinal de contas, no próprio pé.

Esse aparente paradoxo, um membro de uma classe vir a público revelar o que não pode ser revelado porque enfraquece o poder de sua própria classe, talvez encontre explicação na própria entrevista da "Folha". A jornalista Mônica Bergamo começou a entrevista com o governador de São Paulo falando da matança ocorrida na madrugada do dia 16 de maio. Há evidências de chacinas realizadas por policiais e grupos de extermínio vinculados ao Estado. A dimensão da opressão racial extrema (jovens, em sua maioria negros, executados covardemente por funcionários a serviço do Estado) era visível nas fotos das pessoas mortas com tiros na cabeça no Instituto Médico Legal. Lembo não tem respostas, negaceia, foge. Na fuga, o rabo ficou de fora.

Mas, ao menos por um dia, o poder branco ficou menos potente, porque se deixou entrever na fala do governador tremebundo e na manchete do jornal arrogante. Acuada, Lembo revelou e acusou, mas, sosseguem, em contrapartida, Sinhá Moça absolve e esconde todos os dias.

Não sei se o leitor teve a oportunidade de consultar o livro de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, que tem servido de inspiração a roteiros no cinema e na televisão, desde meados do século passado. No último capítulo do livro, Rodolfo e

Sinhá-Moça, casados, são os pais de Maria Camila, que tem seis anos. Permitam-me descrever a cena final. Justino, escravo velho e doente, vai diariamente visitar seus antigos senhores. A garotinha é surpreendida pela mãe quando enxugava as lágrimas do escravo. Rodolfo, o pai, chega eufórico e anuncia a abolição em Araruna. Justino, que na realidade agoniza, dá vivas à liberdade e pede a Nosso Senhor que abençoe os brancos que redimiram os escravos. Faz esse último pedido e morre.

Rodolfo diz ainda a Sinhá-Moça que a abolição dos escravos se deve 'exclusivamente' a idealistas como ela. Os três se retiram, deixando o morto: 'Devagarinho, minha filha, para não acordar Pai Justino...' Termina assim o livro. A abolição coincide muito justamente com a morte do escravo. Seu último suspiro é o agradecimento pelo gesto de bondade extrema dos brancos, que, vivos e felizes, seguem em direção ao porvir, ao futuro. Os brancos generosos livraram-se da escravidão e dos negros. Essa raiz de prodigalidade e desprendimento deu os frutos perversos apontados por Lembo. Quem diria, não é mesmo?

No filme da Vera Cruz de 1953, a velha Bá, representada na versão atual televisiva por Zezé Mota, era Virgínia Camargo, a velha mucama da própria autora, acreditem. Os maldosos podem dizer que aqueles que representam ainda esses mesmos papéis no século XXI, são, de algum modo, mucamos de alguém. E não deixam de ter razão. Numa cena da cozinha da casa grande, Sinhá Moça (Débora Falabella) argu-

FOLHA DE S. PAULO

Lembo culpa 'elite branca' por violência

Assessor de SP diz que legenda precisa definir de que se trata. / De exploração e violência, abolicionistas pedem revisão e análise. / Segundo o texto, a violência é resultado de uma cultura de medo.

Ex-escravidão
dia que fraude
envolve 283
congressistas

Marcelo Peres, assessor de Cláudio Lembo, disse que a declaração do governador não foi feita para atacar ninguém, mas para chamar a atenção para a violência.

Tês empresas
querem ajuda
do BNDES para
criar Varig



Polícia diz que não há risco de violência durante a reunião. / A reunião será realizada no dia 18 de maio, às 14h, no auditório da FAPESP.

menta enfaticamente com a mãe, D. Cândida (Patrícia Pillar), que os escravos 'são seres humanos como nós'. A poucos passos das duas, a velha Bá (Zezé Mota), diz não entender o que elas falam e que o coronel Ferreira, marido de Cândida, não ia gostar nem um pouco daquela conversa.

Os negros não participam, não entendem uma conversa em que se discute a sua própria humanidade, afirmada por terceiros. Os ombros caídos, a fala trôpega exaltando a todo momento 'a bondade da princesa'. Em resumo, "novela histórica" na televisão brasileira é sinônimo de desqualificação e aviltamento do negro. E seu alvo é, obviamente, o presente e não o passado. O que leva um elenco de atores talentosos a aceitar esses papéis degradantes? E não são apenas os atores. Entre os diretores de Sinhá Moça está Luiz Antônio Pilar, também negro.

É possível dizer que o racismo da televisão reserva aos negros um modo de inclusão que avilta sua dignidade humana: só há lugar para o estereótipo do negro sorridente e submisso. Certo. Mas há um grande esforço(e um grande sentimento de dignidade) sendo desenvolvido e reafirmado em todo o país por diversos grupos de teatro, numa direção oposta, evitando negociar com a opressão racial. É esse o caminho.

Edson Lopes Cardoso.

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 12.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohín, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohín: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Elisabete Lopes Car-

doso, Fernanda Felisberto, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93).

Mário Theodoro, Regina Adami, Renata Nóbrega e Wania Sant' Anna.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Impressão: Correio Braziliense.

Site: www.irohín.org.br

e-mail: irohín@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio: Fundação Ford.



Racismo e sistema penal

O racismo é uma variável fundamental para compreendermos o funcionamento do sistema penal brasileiro e o projeto genocida de Estado.

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

É interessante observar como o sofisticado discurso da democracia racial, que conseguiu resguardar o Estado brasileiro da explicitação da existência do racismo, não foi capaz de penetrar o campo penal em sua plenitude¹. Nessa área específica da atuação institucional, a assepsia da raça na classe nunca se completou, sinalizando para um diagnóstico aberto da presença do racismo nos mecanismos de controle social penal. A desgastada tríade "preto, pobre e puta", empregada como metáfora para os destinatários do sistema entre juristas e leigos, parece sinalizar para o que estamos sustentando, dentro de uma equação em que a ordem dos fatores altera substancialmente o produto.

Mas se as massas encarceradas e os corpos caídos estampando monotonamente o mesmo tom levaram necessariamente ao diagnóstico da presença do racismo na movimentação do sistema penal brasileiro, foi preciso obstaculizar a construção de uma teoria que desse sentido aos dados apresentados. Afinal, explicitar de alguma maneira que o sistema penal tem por principal função o controle e extermínio da população negra no Brasil é cindir definitivamente com o pacto da harmonia entre as raças. Isso não se pode permitir.

Foi então que se deslocou a variável racial do centro para a periferia das análises, situando-a apenas no rol ilustrativo das assimetrias que o empreendimento de controle social reproduz. As elaborações autorizadas são as que utilizam o negro como personagem, nunca o racismo como fundamento. Foi na biografia da escravização negra que o sistema penal começou a se consoli-

dar e é na lógica da dominação étnica contemporânea que continua a operar em seus excessos. É o arranjo dessa relação de continuidade incontestável que se tenta obstar a qualquer custo.

A partir dos estudos efetuados pelos teóricos da criminologia crítica, que rompem com os padrões positivistas das causas do crime a atentam para a funcionalidade do sistema, a seletividade é apontada como uma marca que atravessa os sistemas penais em todo o mundo. Quantitativamente, é importante compreender que o sistema penal não foi feito, não pode e de fato não quer punir a todos os atos infracionais praticados. Aliás, se todos os delitos previstos no ordenamento jurídico fossem processados não haveria praticamente qualquer habitante que não fosse por diversas vezes criminalizado ao longo de sua vida. Esse é um mecanismo programado para não funcionar em sua máxima potência sob o risco de desencadear uma verdadeira catástrofe social.

No que se refere ao aspecto qualitativo, os estudos demonstraram, a partir das pesquisas de autodenúncia e vitimização, que a criminalidade é majoritária (a regra é a prática de delitos) e ubíqua, ou seja, está regularmente distribuída em todos os estratos sociais. O que ocorre é uma criminalização mais severa das condutas típicas dos segmentos mais vulneráveis e a imunização daquelas praticadas pelos hegemônicos. É importante ter claro, portanto, que todos delinquem, o que ocorre é um recrutamento diferenciado dos grupos sociais para as fileiras da punição. As estatísticas oficiais passam a ser interpretadas

então como uma amostra dos clientes preferenciais do sistema e não mais como a parcela da população que tem predisposição para a prática de delitos. A partir de todas essas considerações, a conclusão a que se chegou é a de que o sistema penal se presta mais ao controle dos indivíduos e dos grupos estigmatizados do que propriamente para a prevenção/repressão dos atos infracionais.

Mas se é verdade que os sistemas penais em todo o mundo são estruturalmente seletivos, do Canadá à Suíça, do Japão à Noruega, o fato é que nas periferias do capitalismo mundial essa realidade está estampada de maneira mais flagrante. Na América Latina, o entendimento é o de que os sistemas penais se movimentam na produção de um verdadeiro genocídio. A morte é mesmo o produto por excelência da movimentação dos sistemas penais latino-americanos.

Esse tipo de investida deve ser explicado pelo pacto social a que o sistema tem de dar sustentação (acintosamente assimétrico) e está ainda condicionado pelos destinatários do sistema. Dialogando com esses dois aspectos, o racismo é a variável que dá conta da carga excessiva de violência inscrita nas práticas penais de nossa região.

No Brasil, fazer o cruzamento entre racismo e sistema penal com esse nível de profundidade conta com uma resistência há muito cultivada pela intelectualidade branca. Afinal, sinalizar a existência de um sistema penal genocida voltado para o extermínio da população negra pode abrir frestas que extrapolam os limites do sistema. Sim, porque esse empreendimento se movimenta ancorado numa pauta, numa agenda

política que o preside e extrapola. Defendemos mesmo que o sistema penal é a porção mais vulnerável de um projeto genocida de Estado multifacetado nas diversas instâncias da atuação institucional. As abordagens truculentas, os encarceramentos desproporcionais e as mortes abruptas fazem desse campo a arena mais sensível da engenharia genocida brasileira, a porta de entrada mais acessível ao empreendimento de extermínio que fora abraçado pelo Estado brasileiro desde a abolição da escravatura em finais do século XIX e com o qual nenhum governo subsequente foi capaz de romper. Daí toda a interdição em se trabalhar os dados do racismo em torno do sistema penal teoricamente.

Analisando historicamente a articulação entre racismo e sistema penal adotamos a periodização sugerida por Nilo Batista, que sinaliza a existência de quatro sistemas penais: o colonial mercantilista; o imperial-escravista; o republicano-positivista e o por nós denominado neoliberal. Uma sucinta análise desses empreendimentos de controle social permite aferir que os mais de trezentos anos de um direito penal de ordem privada, instrumentalizado por um sistema de controle que tem suas origens na relação casa grande e senzala, somados ao projeto de extermínio que com o fim da escravidão formal transforma o negro na grande mácula à viabilidade do país, arrasta para dentro da República um sistema penal de base fundamentalmente corporal. Agravando todo esse quadro, os ventos do neoliberalismo aprofundam o controle diferencial dos segmentos como marca fundante da atuação do

sistema penal da contemporaneidade.

Mergulhando nas contradições do sistema penal dos tempos globalizantes, encaramos uma realidade extremamente reducionista. Para os consumidores em potencial, chama mais uma vez a atenção Nilo Batista, deve-se evitar ao máximo o "contágio prisional". É para esse segmento que se estruturam os Juizados Especiais Criminais, que apesar de terem ressuscitado uma criminalidade que antes escapava as malhas da punição, servem para reduzir os impactos do sistema sobre os indivíduos. São eles os acusados de homicídio culposo no trânsito, estelionato negocial, lesões corporais leves. Para esse contingente o discurso da humanidade das penas se aplica, servindo como um escudo ao abismo que a seletividade gerou. Do outro lado estão os infratores tomados como perigosos. Os que não consomem. Os autores de furtos qualificados e extorsão mediante seqüestro. Para esses o aprisionamento é a

medida por excelência, devendo-se manter o indivíduo na prisão o máximo que se puder. Esse contingente é o que justifica todo o discurso da periculosidade e do medo, fazendo render uma poderosa indústria do controle do crime, que se expande no país. Esses são os verdadeiros clientes do sistema penal.

Toda essa diferenciação, obviamente, conta com o racismo como um elemento central na seleção dos indivíduos a freqüentarem as fileiras da punição ou da redenção. É mesmo importante compreender que o racismo é uma marca de ausência irremovível do sistema penal brasileiro. Digamos de maneira direta: o sistema penal age com tamanho grau de brutalidade e violência porque foi um instrumento pensado para controlar os corpos negros, na lógica da desumanização que o racismo impôs como regra. Por isso, apesar de atingir inegavelmente a negros e brancos, com intensidades diferentes, o sistema penal também é violento ao se deparar com os cor-

pos brancos. É violento porque o racismo o condicionou dessa maneira. Estudar esse relacionamento incessante, nesse sentido, está para além de entender a relação entre sistema penal e a população negra. O racismo é uma variável essencial para a inteligibilidade do funcionamento do sistema penal brasileiro, para além do grupo a que esteja se dirigindo.

O desgastado discurso da "falência do sistema penal" perde, portanto, qualquer sorte de credibilidade. O sistema penal funciona e funciona bem. Funciona para os fins para os quais foi concebido: manter as pessoas onde estão. Mais especialmente, funciona para assegurar os termos de nosso pacto racial, auxiliando na disposição de negros e brancos em espaços concretos e simbólicos diferenciados.

Nesses termos, qualquer análise que objetive compreender a dinâmica de funcionamento do sistema penal brasileiro prescindindo da politização da categoria raça é necessariamente lacunosa. Há um po-

tencial subaproveitado nessa seara, que pode contribuir decisivamente para o debate sobre as relações raciais no Brasil. A verdade é que trabalhando o sistema em toda sua complexidade estão abertas as portas de um projeto genocida que se pretende inviolável e que opera, há muito, para minar a existência coletiva da população negra neste país. Podemos dizer que, atirando no sistema, acertamos em definitivo no mito. Em última instância, equacionar os termos da relação entre racismo e sistema penal no país configura-se em um atalho estratégico para o sepultamento das narrativas conciliatórias de nossas relações raciais.

***Advogada, mestra em Direito(UnB) e ativista do EnegreSer.**

¹ Esse texto foi baseado na dissertação de mestrado intitulada "Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro", por mim defendida na Faculdade de Direito na Universidade de Brasília.

Foto: Carlos Moura



Pobreza, Questão Racial e Políticas Públicas - a teimosia dos números, dos discursos e das políticas

A dimensão racial da pobreza no Brasil é responsável pela inação e inépcia generalizada diante dos dramáticos indicadores sociais e econômicos da desigualdade.

Mário Theodoro*

Os números são teimosos. Mostram sempre, e de forma inequívoca, um Brasil desigual, e que reproduz incessante e continuamente sua desigualdade. O panorama parece cristalizar-se: uma pequena parcela muito rica, uns tantos remediados e muitos pobres e miseráveis. E a cada nova remessa de dados confirmando o velho quadro, os discursos políticos se revigoram: "O Brasil não é um país pobre, mas desigual"... "Precisamos de um mutirão contra a pobreza"... "Uma ação pela cidadania...". "Fome Zero..." e por aí vamos.

De fato, nossa renda é concentradíssima: os 10% mais ricos detêm mais da metade da riqueza das famílias, enquanto que os 50% mais pobres ficam com algo em torno dos 10%; uma desigualdade que não encontra paralelo no Ocidente. Nisso, nós somos mesmo campeões.

Mas a renitência dos dados vai mais longe. Quando analisamos a situação de pobreza ou de miséria em seus meandros, percebemos mais alguns lugares comuns: desigualdades regionais, concentração fundiária, ausência de políticas e serviços públicos básicos, entre ou-

tros. Mas existe um aspecto que me parece fundamental e explicitamente basilar. Trata-se do corte racial. É impressionante a correlação direta existente entre o fato de ser negro e a situação de penúria social. Qualquer que seja a dimensão que se considere, nós, negros, ocupamos sempre a pior posição: somos menos escolarizados, estamos menos assistidos pela Seguridade Social, sofremos os maiores índices de violência, habitamos em maior incidência em favelas e/ou mocambos, palafitas, temos as maiores taxas de desemprego, analfabetismo, morta-

lidade infantil, morbidade, e assim por diante.

Note-se que a avalanche de dados sobre a pobreza e a desigualdade, que se verifica a partir dos anos 90, veio acompanhada por um certo torpor social, uma certa condescendência com a iniquidade, uma dada naturalização da indigência, ou mesmo, se preferirem, uma ausência generalizada de indignação. A pobreza passa a ser percebida com uma grande dose de banalização, até mesmo nos discursos dos partidos mais à esquerda. A existência de miseráveis, de

semicidadãos, de subconsumidores passa a ser vista como algo constitutivo da sociedade atual. Esta parece ser a grande chaga dos anos recentes: a ausência de comisseração para com o flagelo que assola milhões de brasileiros. Como explicar uma tal letargia social? Algumas pistas estão postas.

Com efeito, a pobreza no Brasil, em sua especificidade, deve ser compreendida a partir de três dimensões básicas e indissociáveis, a saber: a dimensão histórica, a dimensão política e a dimensão racial. Vamos rapidamente a cada uma delas.

A dimensão histórica tem a ver diretamente com nosso passado escravista. Metade de todos os africanos escravizados veio para o Brasil. Durante mais de três séculos, a escravidão viveu como exercício laboral legal, respaldado pela ação do Estado. A abolição, em 1888, veio acompanhada de uma política de imigração européia, reforçada pela tese de que o país necessitava "branquear-se". O resultado foi um alijamento dos negros dos postos de trabalho, notadamente dos setores mais dinâmicos da economia. Aos negros, restava os serviços pessoais, os pequenos bicos, o subemprego, configurando uma espécie de germen da atual informalidade. Outro momento decisivo se deu com a adoção da Lei de Terras de 1850, que, na prática, restabeleceu o regime das sesmarias, dando a posse da terra não a quem nela de fato trabalhava, mas sim aos antigos senhores. Os livres e libertos, em sua maioria negros e mulatos, que viviam e trabalhavam no campo,

perdiam assim a posse de suas terras. Sem terra e sem trabalho desde então, essas populações vêm-se reproduzindo em meio à pobreza e à miséria, sob os auspícios de um Estado conivente, para dizermos o mínimo. Este é, por assim dizer, nosso legado histórico; a trajetória que nos impinge a pobreza atual.

A dimensão política da pobreza associa a questão ao resultado do processo de concentração da riqueza nas mãos de poucos. A percepção aqui é a de que o aparato legal, as instituições e o próprio sistema econômico funcionam reproduzindo e mesmo amplificando desigualdades. Desse modo, o enfrentamento da pobreza passaria por uma transformação radical de estruturas e leis. Bandeiras como a da reforma agrária - dando a terra a quem nela trabalha - e da reforma tributária em prol de um perfil fiscal mais progressivo - quem mais tem, mais contribui - ganham relevo a partir dessa perspectiva. Abre-se assim a possibilidade de construção de uma agenda política



transformadora, pois a proscrição da pobreza só poderia se dar a partir de uma política social e econômica de cunho redistributivo.

Por fim, a dimensão racial da pobreza, que, no caso brasileiro, ganha uma importância maior. De fato, o racismo, o preconceito e a discriminação racial funcionam aqui como elementos de diferenciação social. A pobreza e a miséria, associadas de um modo geral a um determinado grupo étnico, reforçam um dado processo de naturalização perversa. É

como se a cor da pele servisse como elemento ordenador da posição social do indivíduo. Aos negros, caberia bem a posição subalterna, a favela, a sarjeta, o elevador de serviço. A dimensão racial da pobreza é, portanto, o elemento que reputamos como o maior responsável pela inação e a inépcia generalizada face aos dados, como havíamos já ressaltado acima.

Ao não se levar em conta essas três dimensões, a própria idéia de pobreza perde substância e conteúdo,

despolitizando-se, naturalizando-se e, ao mesmo tempo, engessando a sociedade brasileira em sua conformação iníqua e obtusa.

O atual perfil da política social de gestão da pobreza, inscrita na maioria dos programas de transferência de renda direcionados para os pobres, parece vir corroborar nossa assertiva. Nos programas e ações governamentais, o máximo que se preconiza é a introdução da chamada transversalidade no rol das políticas públicas como forma de contemplar, ainda que de modo suplementar, a população negra. É essa a perspectiva de ação governamental que vem sendo proposta desde o governo FHC, tendo sido bastante reforçada no governo Lula. Ora a questão racial, como vimos, é intrínseca e essencial à forma manifesta de nossa pobreza. Não se trata pois de introduzir um elemento que garanta a transversalidade ou uma interface com as demais políticas para que, enfim, os negros venham a ser contemplados. Sem a dimensão racial, qualquer que seja a política em curso, esta será incapaz de transformar nosso quadro social. Sem se incorporar a dimensão racial como elemento norteador da ação pública em todos os seus matizes, não sairemos desse mico social. Aqui parece residir nosso maior dilema: ou o país enxerga a questão racial como o elemento fulcral da questão social brasileira, ou ficaremos eternamente surpresos pela imutabilidade e perenidade de nosso quadro social extremamente injusto.

**Doutor em Economia e consultor do Senado Federal.*



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF, ou envie uma mensagem para irohin@terra.com.br.

Acesse ainda www.irohin.org.br



II Fórum Social Brasileiro

Mônica Oliveira*

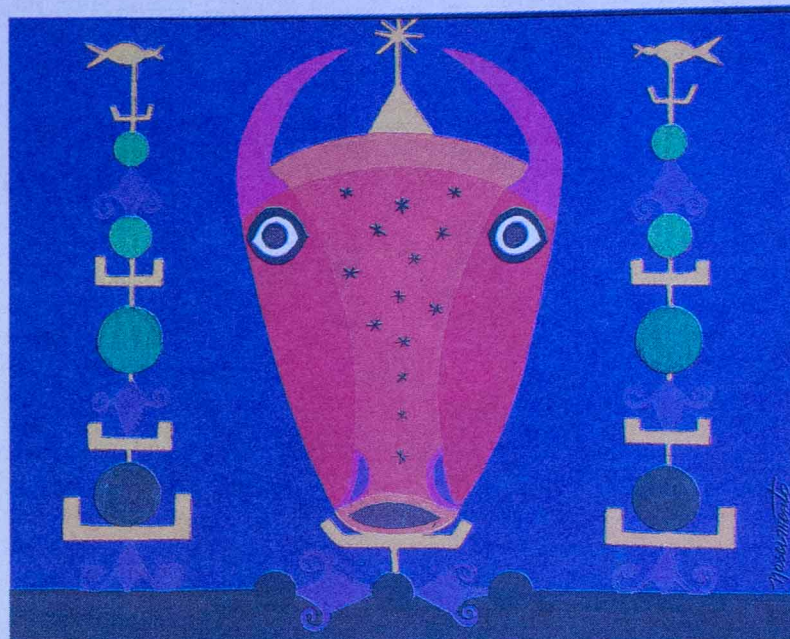
A segunda edição do Fórum Social Brasileiro aconteceu em Recife, de 20 a 23 de abril deste ano, com a participação de cerca de 15 mil pessoas, no Campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Foram 360 atividades e 550 entidades participantes. As atividades foram estruturadas num modelo totalmente autogestionado, com vistas a favorecer debates e diálogos entre os diversos sujeitos sociais. Cada entidade foi responsável pela sua atividade e coube à organização a definição de horário e local para os debates.

Os principais temas em debate foram: democracia participativa; relações de aliança e conflito entre os movimentos sociais, ongs e partidos políticos; relações entre os diversos segmentos e correntes políticas dos movimentos sociais; modelos de desenvolvimento alternativos ao neoliberalismo; resistência ao imperialismo e construção de alternativas de integração mais solidárias.

Coordenado conjuntamente por um grupo de redes nacionais de ongs e de movimentos sociais, o II FSB tem recebido avaliações positivas sobre diversos aspectos, e também algumas críticas, naturalmente.

Um dos elementos de destaque é a significativa demonstração de capacidade de mobilização dos movimentos sociais para a participação no II FSB. Este foi um Fórum extremamente popular, com grande presença de movimentos populares e da juventude. Diferente de outros Fóruns, o II FSB não movimentou grandes volumes de recursos financeiros. Foi realizado graças às contribuições das próprias instituições organizadoras (equipes, espaços, equipamentos, mobi-



Obatalá Apis Veve (Rio de Janeiro, 1993). Acrílico sobre tela, 40 x 50.

lização, etc) e estruturas, serviços, pessoal e equipamentos cedidos pelos apoiadores. Um dos limites disso foi a impossibilidade de disponibilizar recursos para apoio à participação de movimentos menos estruturados e com menos financiamento. Sendo assim, os movimentos tiveram de garantir participação por sua própria conta. E demonstraram poder de articulação e mobilização para isso.

Diversas organizações de movimento negro participaram do II FSB. Foram realizadas cerca de 20 atividades com temas relativos à questão racial: intolerância religiosa, cultura negra, ações afirmativas, gênero e raça, entre outros.

Considero que o Brasil vive hoje um momento significativo para o avanço da luta de combate ao racismo. A brecha que o Estado abriu, quando assumiu publicamente que o Brasil é um país racista e iniciou ações (ainda que tí-

midas), para a formulação e implementação de políticas públicas afirmativas, precisa ser transformada numa janela, numa porta, numa avenida pela qual possamos fazer passar nossas reivindicações e proposições.

A conjuntura de crise vivida entre os movimentos sociais, os partidos políticos e os governos ditos democrático-populares, traz também a possibilidade de fazer emergir mudanças fundamentais para a retomada e avanço das lutas. Citando Sueli Carneiro: "Para isso, é hora de relembrar nossos feitos como movimentos sociais para que possamos, do interior das próprias lutas, reencontrar novas formas de reencantamento dessas lutas, resgatar as nossas agendas emancipatórias e, com elas, romper com a perplexidade e frustrações que caracterizam a conjuntura atual. Se as

crises são também oportunidades, estamos diante de extraordinária oportunidade de avanço na democracia, em que a falência das corporações políticas tradicionais impõe, pelo desencanto, a reconquista da autonomia, a recusa da tutela, a ingenuidade de delegar a outros a salvaguarda de nossos sonhos. Resgatando a condição de artífices, sujeitos de projetos libertários que se situam no âmbito e, sobretudo, para além dos limites dos discursos programáticos".

Para nós, ativistas negros e negras, essa crise tem alguns sentidos diversos do que para outros movimentos, pois a nós nunca foram oferecidas grandes possibilidades de alianças com os partidos políticos, de qualquer tendência. A questão racial foi e continua sendo questão menor para os partidos. Estando sempre por nossa própria conta, contamos apenas com alguns parlamentares que priorizam a luta contra o racismo, mesmo quando isso não é diretriz de seus partidos; mas estes são poucos.

O II FSB, para alguns, não deu conta de fazer a discussão da crise com a profundidade necessária, pois as reações frente às divergências de leituras entre os movimentos sociais e outras organizações acabam por abafar os conflitos, para não expor fragilidades. No entanto, os processos Fórum continuam sendo espaços de diálogo, confrontação de idéias, construção de alianças. A luta de combate ao racismo tem conquistado espaço cada vez maior, consolidando-se a idéia de que esta não é uma luta apenas dos negros, mas de toda a sociedade brasileira.

*Jornalista (PE) e diretora da Abong.

Ministro da Educação defende cotas:

“É preciso fazer algo para estabelecer condições iguais”

O ministro da Educação, Fernando Haddad, fez, na Câmara dos Deputados, uma boa defesa do projeto de cotas nas federais, revelando que sua mudança de opinião foi motivada pelo exame, com isenção de espírito, das iniciativas em andamento nas instituições de ensino superior.

O projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e inclui ainda as instituições de ensino técnico de nível médio, destinando parte das vagas a negros e índios, foi aprovado em três Comissões da Câmara dos Deputados (Educação, Direitos Humanos e Constituição e Justiça) e deveria ter seguido para o Senado Federal. Utilizando-se de recurso regimental, parlamentares comandados por Alberto Goldman (PSDB-SP), Rodrigo Maia (PFJ-RJ) e José Carlos Aleluia (PFL-BA), com o apoio do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), encaminharam recurso protelatório, obrigando o projeto a ser apreciado pelo Plenário.

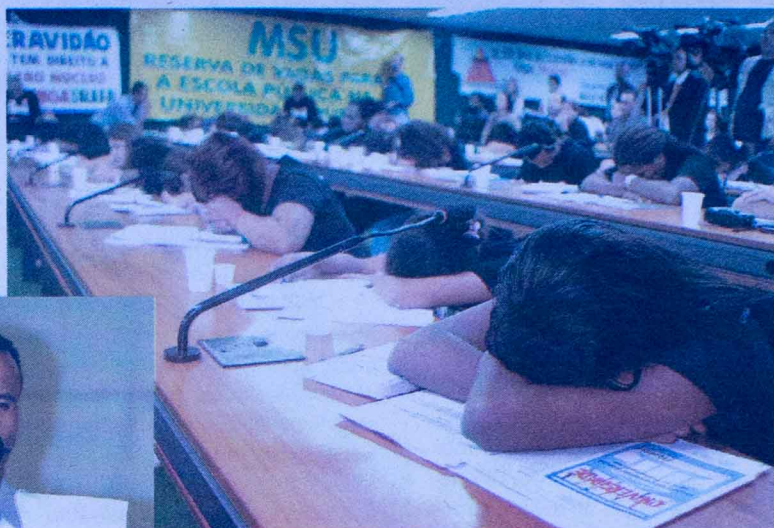
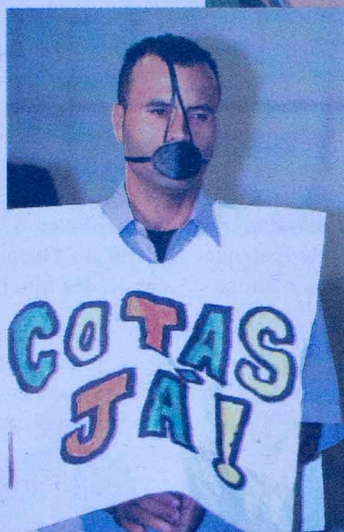
No dia 25 de abril, a presidência da Câmara, o Colégio de Líderes, e as Comissões de Educação e Direitos Humanos organizaram uma audiência pública para debater o projeto. A audiência não foi realizada no Plenário, de modo a envolver o conjunto dos parlamentares, mas no auditório da Comissão de Orçamento. Na mesa de abertura dos trabalhos, o ministro da Educação, Fernando Haddad, surpreendeu com uma boa síntese das questões em discussão e um depoimento pessoal de grande importância, considerando a relevância de seu papel institucional. Embora se possa (e se deva) fazer alguns reparos (p. ex. o ministro parece não compreender bem o papel do racismo na construção e manutenção das desigualdades), foi, de longe, a melhor fala do evento,

ignorada (por isso mesmo) completamente pela mídia. Resumimos a seguir alguns tópicos:

1. O ministro criticou a tentativa de partidização do projeto encaminhado pelo governo federal, lembrando que há sete anos, pelo menos, 20 iniciativas legislativas sobre o tema, de diferentes origens partidárias, tramitam no Parlamento. A proposta do governo é de 2004 e há, tanto na base do governo, quanto na oposição, parlamentares a favor e contra a proposta.

2. A iniciativa do Ministério da Educação responde a um compromisso de campanha do presidente Lula e estaria, assim, legitimada pelas urnas, como parte do programa do governo eleito pela maioria da população.

3. Não se trata de uma questão de racismo versus não-racismo e sim de mudar um modelo de seleção que acaba reproduzindo a lógica da exclusão de camadas da população brasileira, historicamente discriminadas. O projeto quer reparar este prejuízo sem nenhum comprometimento do mérito acadê-



Com muita frequência, a truculência da segurança da Câmara dos Deputados transforma grupos de pressão legítimos em “baderneiros”, motivando declarações marotas de deputados marotos de que não há “clima” para apreciar a matéria, “esta Casa não trabalha sob pressão”, etc. Essas declarações e as imagens do tumulto foram amplamente divulgadas pelas TVs e os jornais, a fala do ministro não. Os estudantes, depois de caírem na provocação de Alberto Goldman, (atirando-lhe ramos de flores, fato que ele soube muito bem explorar em diversas entrevistas), deixaram o local do debate, onde sua presença era fundamental, ao que tudo indica para manifestação no Salão Verde, dando margem a que se forjasse a versão de “tentativa de invasão do Plenário”.

Fotos: Arquivo Correio Braziliense

7
COTAS



Foto: Wanderley Pessoa

Fernando Haddad

mico, uma vez que a universidade é por excelência o lugar do mérito.

4. O projeto reserva vagas para alunos oriundos da escola pública exatamente em um momento de expansão das vagas no ensino superior. O governo federal projeta nos próximos anos uma expansão de 25% da oferta de vagas no ensino superior público.

5. Nas 14 universidades federais que adotaram programas de ação afirmativa, não se verificou nenhum prejuízo acadêmico. Do mesmo modo, não se verificou também nenhuma perturbação institucional gerada pelo corte racial das políticas adotadas.

6. O ministro fez críticas ao modo como a mídia tem reproduzido o debate sobre as cotas, evitando o exame objetivo das experiências concretas, aquilo que realmente acontece, preferindo a projeção meramente ideológica sobre o que poderia acontecer.

"E O QUE ME VENDEU?"

Até aqui resumimos, a seguir transcrevemos o pronunciamento do ministro da Educação, que tornou público seu processo de conversão, sua mudança de opinião sobre a

política de cotas:

"Em vez de nos apegarmos aos nossos dogmas pró e contra, e eu aqui falo com total tranquilidade sobre o assunto, porque quando cheguei ao Ministério da Educação na condição de Secretário Executivo do ex-ministro Tarso Genro, eu tinha um posicionamento contrário a políticas afirmativas. E o que me venceu? O que me venceu não foi tanto o clamor da sociedade em prol do projeto. O que me fez verificar que a minha idéia deveria ser relativizada, que eu deveria pensar o assunto, foi o acompanhamento das experiências vitoriosas que as universidades federais e estaduais estavam patrocinando com êxito. Demonstrando que, sim, é possível uma nova regra de seleção tão republicana quanto a atual, é preciso frisar isso, não estamos falando aqui do fim do vestibular, não estamos falando do fim dos processos seletivos, nada disso.

Nós estamos falando do reconhecimento de diferenças e desigualdades que enviesam o resultado da seleção tal como ela é feita, sem levar em consideração os obstáculos que foram superados pelos alunos, à luz de seu histórico familiar, de seu histórico individual, no momento do exame seletivo. Ao não levar em consideração os obstácu-

los que esses alunos tiveram que superar para chegar ao momento do exame, não se consegue projetar o desempenho acadêmico que esses alunos terão em condições de igualdade.

Ou seja, niveladas as condições, o que se verificou foi que o aluno da escola pública, o afro-descendente, o indígena que concluiu o ensino médio, que passa por um processo seletivo, que chega a uma universidade pública, este aluno, pela força que demonstrou, e o empenho que demonstrou, pelas dificuldades que superou para chegar até aquele ponto, tem, em situação de igualdade, condições de ter um desempenho muito além daquele que o mero resultado do exame é capaz de projetar.

É isso que a ciência vem revelando, é isso que a estatística vem revelando, e é isso que a avaliação periódica das experiências em curso vem revelando. Daí a razão pela qual nós hoje estamos tranquilos em relação a esse projeto. Tranquilos na medida em que não há uma novidade, tranquilos em relação ao que está sendo testado e vem sendo aprovado, por tudo que vem sendo feito pelas federais, independentemente da lei, o que demonstra que, se há no Parlamento mais de 20 deputados que protocolaram proje-

tos de políticas afirmativas, há também no sistema federal conselhos universitários que têm a mesma percepção de que é preciso fazer algo para estabelecer condições isonômicas de acesso e, portanto,

Não esperaram a lei e se adiaram a esse desejo da sociedade de reforço da escola pública, que matricula 88% dos jovens e não 50% como o projeto estabelece, portanto estamos em um patamar bastante controlado.

Estamos seguros de que esse movimento tem sustentabilidade, tem apoio popular, mas não um apoio popular daqueles que se conquista na base das frases fáceis, do apelo demagógico, não. Também tenho visto o uso indevido da palavra demagogia para se referir a esse projeto. Trata-se muito ao contrário disso. Trata-se de algo que vem amadurecendo no seio da sociedade, que vem ganhando corações e mentes, que vem se mostrando uma regra adequada e ainda mais adequada para o cumprimento do que diz a Constituição, que é levar em consideração justamente as condições de acesso, para que se promova um processo que, ao incorporar as diferenças, possa promover um recorte republicano da seleção".

Edson Lopes Cardoso



Foto: Arquivo Correio Braziliense



Uerj forma primeiros cotistas

"Quando um negro se forma, sabemos que ele não se formou sozinho, tem toda uma luta por trás desta formatura, uma coisa maior."

Sandra Martins*

As solenidades de graduação de diversos cursos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro deste ano terão um sabor especial: a formatura de cotistas do vestibular de 2003, o primeiro na história do país. Os obstáculos que enfrentaram foram e continuam sendo muitos: o valor quase simbólico da bolsa de cento e noventa reais; apoio pedagógico restrito; e até o preconceito não só de alguns colegas e professores, mas também da mídia conservadora que insiste em não entender que a implementação das cotas é necessária para a democratização do acesso ao ensino superior e que tais políticas devam vir acompanhadas de medidas que garantam a permanência dos estudantes em sala de aula.

O **Irohìn** conversou com quatro destes futuros bacharéis. Três futuros geógrafos e uma odontóloga. Helen, Rachel, Anderson e Priscila relembram alguns momentos prazerosos e angustiantes que vivenciaram na luta pela concretização de parte de seus sonhos: protagonizar suas próprias vidas.

Novos rumos, novos traçados

Mudar o rumo da própria história não é uma tarefa fácil, principalmente se à falta de recursos financeiros forem acrescidos os recortes de gênero e racial. É o caso de Helen Barcellos da Silva Martins, nascida há 21 anos em Petrópolis, que desde muito nova se insurgira com o futuro que lhe fora reservado: vendedora de roupas em alguma loja da Rua Tereza, ou mesmo caixa de supermercado. Ela queria mais. Ela queria estudar. Fazer uma faculdade. Ganhar o mundo. Ser mais do que a sociedade determinava para a mulher negra. "Petrópolis é uma cidade interiorana, não tem muitas alternativas para a mulher, e, sendo negra, as restrições são ainda maio-



Formandos cotistas da UERJ.

res. A maioria trabalha em confecção ou como caixa em supermercado. Nas lojas, eles dão preferência para as 'mais bonitinhas' trabalharem como vendedoras. Eu mesma fiz duas fichas para caixa de supermercado."

Se para a mulher negra e pobre a mobilidade sócio-econômica é restrita, para o jovem negro ou pardo a realidade é dramática. Em recente palestra para o lançamento da Revista "A Cor do Brasil", a jornalista Miriam Leitão, ao falar sobre a expectativa do jovem negro, morador de comunidades de baixa renda, na faixa de 15 a 25 anos, afirmou que aqueles que alcançassem seus objetivos poderiam ser considerados heróis. Anderson Andrade da Silva, 28 anos, boa parte deles vividos dentro de favelas, da Penha, de Vigário Geral e de Ramos, é um deles. "Lá vi de tudo – tráfico de drogas, polícia, amigos de jogo de bola sendo enterrados de um dia para o

outro. Eu me sinto um herói por ter sobrevivido e ter feito a diferença, mas isso me choca bastante."

Estudante da rede pública, Anderson, como muitos de seus amigos, não gostava da escola. Mas, ao contrário destes, continuou, com o apoio de sua família, principalmente de sua avó. O rapaz lembra que, mesmo morando em Vigário Geral e estudando na Penha, não deixava de frequentar as mesmas atividades que seus vizinhos e amigos, jogos de futebol, bailes funk. "A catarse aconteceu quando eu ainda estava no segundo grau e frequentava bailes funk. Quando eles começaram a ficar violentos, com muitas brigas, eu parei de ir. E aí, no segundo grau, eu estava com outras pessoas que não eram só da favela, eram pessoas com um pouco mais de poder aquisitivo e informação. A galera me chamava para ir a diversos lugares que meus amigos da favela não queriam ir. Uma vez me chamaram para um

show gratuito na enseada de Botafogo. Eu chamei a galera. Era para ver o Gabriel Pensador, o Jorge Ben Jor, e outros. E falei: 'Vamos lá galera, o show é de graça' e o pessoal disse que não, porque iam para o baile de Rocha Miranda. 'Pô, cara, lá é baile de briga, vocês vão pagar 7 reais, e eu tô chamando para um show de graça!?' Eles disseram: 'Não, nós não vamos porque é lugar de playboys'."

Transpor o limite da territorialidade para Anderson era fundamental e ele não entendia a razão de seus amigos não conseguirem ter a mesma percepção. "A maioria dos amigos próximos não terminou o ensino fundamental, e isso pesou até quando fomos nos alistar. Dos 30 que pegaram o trem comigo, em Vigário Geral, às 5 horas da manhã, todos desceram quando chegamos em Ramos. Só eu fiquei. Por quê? Simples. Em Ramos era o alistamento do Exército, e eu fui para a Marinha, que exigia o segundo grau completo. E nenhum deles tinha."

Por algum motivo ou outro, e independente de sua vontade, Anderson se diferenciava. "Eu queria que todos eles pudessem ter a mesma oportunidade que eu tive. Eu acredito que a Educação é uma forma de o sujeito aprender a mudar. Porque existe uma ideologia por trás disso ou daquilo. Não temos que consumir aquilo que determinam. Não temos que aceitar que, ao serem presos por uma mesma situação, uns possam ser liberados por terem dinheiro e outros fiquem encarcerados. Por que os pretos estão sempre morrendo? As pessoas não sabem e não querem parar para pensar. Temos que ser politizados, para sabermos usar os nossos direitos, e saber quais as ideologias que estão por trás do que nos é apresentado."



"Aprendi a impor o que eu sou, não aceitar os rótulos que querem me impor", Rachel Cabral, Geografia.

A discussão sobre ideologias esmaecidas nas entrelinhas do cotidiano sempre norteou a vida de Rachel Cabral da Silva, 20 anos, moradora do bairro de Itaipu, Niterói. Tendo no currículo um histórico familiar de envolvimento com movimentos sociais (sindical, negro e partidário), a jovem defende com veemência seus pontos de vista, como a questão racial, tema corriqueiro nas conversas familiares.

"Meus pais sempre trabalharam muito para que nós tivéssemos uma boa formação educacional. Quando pequena, lembro que minha mãe, por conta dos trabalhos, não tinha como ir às reuniões do colégio e me falava: 'Olha, Rachel, eu não poderei estar perto de você, briga na escola, fala com os professores e a diretora, imponha o que você é e não o que eles acham que você seja.' As pessoas tinham o hábito de me rotular de 'moreninha', porque consideram o meu cabelo fenotipicamente não negro e por não ter os traços fortes como o meu irmão. Eu brigava dizendo que era negra. Eu não aceitava a morenidade que me impunham."

A mesma firmeza ao questionar os rótulos, ou a imposição de limites, também é encontrada em Priscila Amaral Seraphim, 24 anos. Filha de uma bióloga e um motorista autônomo, tendo como forte referencial a avó, funcionária pública aposentada, Priscila costuma dizer que os "filhos da minha mãe fo-

ram crianças muito chatas, nós nunca aceitávamos um Não, sempre questionávamos. Meus pais sempre tiveram disposição de sentar comigo e conversar sobre o que estava acontecendo, o que pretendiam fazer."

Lutar pelos seus desejos parece ter sido sempre a tônica na vida de Priscila. Única menina no meio de dois garotos, ela aprendeu desde cedo que tinha que brigar para se impor. Uma passagem de sua infância dá o tom de sua determinação. "Sempre estudei em colégios particulares pequenos, em Vila Isabel e na Tijuca, onde as mães se conheciam e viajavam juntas nas férias. Na quinta série, tive que mudar para outro colégio com várias turmas. Lá, eu era um número: 36. Eu odiei. Consegui convencer meus pais de que, mesmo sendo forte, eu estava infeliz e não renderia. Um ano depois, fui para outro colégio da mesma diretora de minha antiga escola. Lá eu tinha nome, não era um número."

Este traço questionador veio de longe. Segundo Priscila, parte de sua família mora nos bairros pobres da Pavuna e Cavalcante. Quando a avó era uma jovem mãe, optou por ir morar em Vila Isabel. Muito inteligente e esforçada, trabalhou muito, fez muitos concursos públicos e conseguiu depois de algum tempo comprar um pequeno apartamento. "Ela sempre ajudou todo mundo, e nos ensinou que teríamos que ter como

meta os estudos e lutar pelo que quiséssemos ser e ter."

Mudar é preciso. Mas como?

O primeiro passo foi dado, a conscientização para a auto-gestão. Em seguida, os jovens perceberam que precisavam se instrumentalizar com ferramentas que somente o curso superior poderia fornecer. Neste período, se acirravam as discussões na Uerj para a implementação do vestibular diferenciado, com reserva de vagas para os autodeclarados negros ou pardos e para os egressos da rede pública de ensino, do Sade (Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio). Helen e Anderson que vinham de escolas públicas poderiam tentar os dois sistemas de cotas. Já Priscila e Rachel teriam que disputar as vagas pelo sistema de autodeclaração.

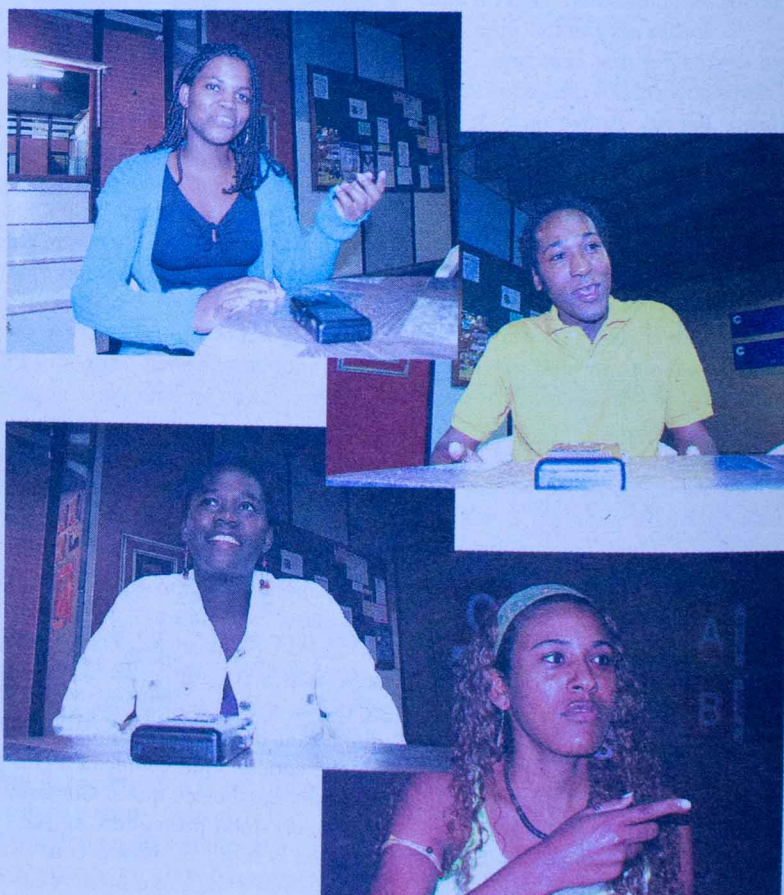
Sem dinheiro e sem apoio do pai, mas com o carinho e incentivo da mãe, Helen inscreveu-se em um Pré-Vestibular para Negros e Carentes. "Desde o dia 12 de janeiro de 2002, quando me inscrevi no curso, eu já sabia o que queria fazer: Relações Internacionais. Como não tem esse curso em uma universidade pública optei pelo de Geografia

por ser o que mais se aproximava."

Com a orientação de professores do PVNC participou e dedicou-se ao vestibular. A dedicação valeu a pena: aprovada, passou a fazer parte do seletor grupo de 2.837 cotistas que ingressaram em 2003 na Uerj.

Anderson, devido a inúmeros problemas familiares, teve que interromper a conclusão do segundo grau por dois anos. Superadas as dificuldades, concluiu o ensino médio e inscreveu-se como cotista no vestibular. "Eu não tinha como fazer pré-vestibular então o jeito foi me disciplinar e estudar muito." Mas valeu a pena, tal como Rachel, optou pelo curso de Geografia e os dois estudam na Uerj, na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo. No início, Anderson também recebia ajuda do pai, depois somente sua mãe e avó continuaram a apoiá-lo. Rachel, que vive com a mãe, é amparada pela família.

Priscila, após três tentativas frustradas para o vestibular de Medicina, resolveu mudar sua opção para Odontologia. Passou e não se arrependeu, dizendo-se cada vez mais apaixonada pela carreira que se propôs a seguir. Perguntada por



Fotos: José Andrade

que optou pelo sistema de cotas, ela foi simples e taxativa: "precisar não precisava, mas, se tenho direito, porque não vou usar? Eu tinha nota para entrar independente das cotas e em qualquer curso. Mas, isso não muda o fato de que as cotas sejam necessárias."

Primeiro membro da família a chegar à universidade, Helen aprendeu que o seu sucesso não foi um esforço individual, mas sim coletivo. E o mesmo se dá com a manutenção do aluno pobre dentro da universidade. "Quando entramos em 2003 vimos que teríamos que nos unir para continuar. Hoje em dia todos os alunos cotistas recebem bolsa, pode demorar dois ou três meses, mas recebem. Na nossa época, não. Sofremos uma pressão psicológica brutal. A imprensa batendo na gente. Constantemente nossa capacidade era questionada. Nas entrevistas, colocavam erros de português entre aspas para dizer que éramos burros. A coisa era nesse nível. As pessoas de Petrópolis não sabem o que é ser cotista ou bolsista do Pro-Uni. Eles vêem o noticiário na televisão, mas não conseguem assimilar os conteúdos dessas informações. É muita desinformação."

Como estudar, dedicar-se exclusivamente aos estudos, sem bolsa para arcar com despesas de moradia, transporte e alimentação – considerando situações de alunos que provinham de municípios distantes de suas unidades de formação?

Com tantos obstáculos e tendo que contar somente com seus próprios meios, os alunos começaram a desenvolver estratégias. No caso de Helen, sua mãe iniciou verdadeira maratona, por duas semanas ela fez e vendeu salgadinhos na rua para arrecadar o suficiente para pagar o aluguel de uma vaga em um pensionato perto da universidade.

A família dividiu-se no amparo das filhas. A mãe, fiel escudeira, veio morar no Rio, onde trabalha como empregada doméstica e ajuda a filha mais velha no que pode. O pai ficou em Petrópolis com a mais nova. Mesmo tendo que conviver com o novo rumo que a família tomou, ele fala com orgulho que tem uma filha fazendo faculdade pública no Rio de Janeiro, na Uerj.

Além do apoio familiar, os alunos tiveram que contar também com

a 'sorte'. Segundo Helen, o fato de a Uerj estar perto da Mangueira ajuda a muitos cotistas poderem alugar uma casa e dividi-la com dez colegas: "cada um paga 30 a 40 reais para morar no morro, come no 'popular' (Restaurante Popular com refeição a um real) e se viram. As pessoas se ajudam, a diferença é ter consciência do coletivo. Eu tenho que saber que preciso ter a Rachel junto comigo. Que ela é negra como eu, e que precisa como eu. Quando um negro se forma, nós sabemos que ele não se formou sozinho, tem toda uma luta por trás desta formatura, uma coisa maior."

Para dar conta de tanta pressão, os alunos aprenderam que teriam que se unir para alcançarem seus objetivos individuais. Esta tomada de atitude foi fortalecida com o projeto "Espaços Afirmados", do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), que integra o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR). O ESA é voltado para o reforço pedagógico e da bagagem cultural e política desses estudantes, visando o apoio e a permanência, com qualidade, dos cotistas. Em julho de 2003, o LPP, com apoio da Fundação Ford, lançou o edital de convocação dos alunos para participarem do projeto. Dos 396 alunos das áreas de Educação e Ciências Humanas e Sociais que se interessaram, 156 foram selecionados.

"Lá tínhamos uma sala com computadores e telefones que facilitam a comunicação com os familiares em outras cidades. Nós recebíamos apoio acadêmico, aprendíamos a desconstruir o preconceito naturalizado nas relações cotidianas, além de apoio emocional. Fizemos vários cursos e oficinas (de Braille, teatro, memória histórica, movimentos sociais, de informática, de idiomas, de produção de vídeo), sempre com acompanhamento de monitores", disse Helen.

Espécie de porto seguro para os cotistas, o ESA era um espaço onde os alunos se sentiam à vontade para conversar e discutir sobre suas dificuldades e dissabores. "Foi lá, naquela sala, que surgiu a comissão de alunos cotistas que começou a correr atrás das bolsas que o Governo do Estado tinha prometido, se reunia com a Reitoria, falava com os deputados e com quem fosse preci-

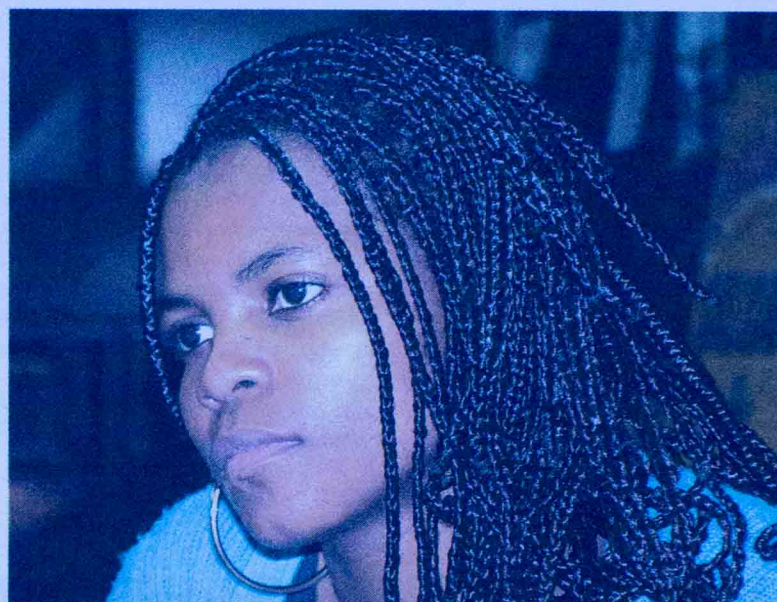
so. Foi uma galera que correu muito atrás", recorda Rachel.

É importante observar que várias das reivindicações que a Comissão de Avaliação das Cotas vem fazendo não são novidades no meio acadêmico. Algumas delas compõem as pautas reivindicatórias dos movimentos estudantis: a construção de alojamentos para estudantes vindos de outros estados, alimentação de boa qualidade, bibliotecas com títulos atualizados, conforme demanda dos professores, bolsa de estudos com valores reais, por exemplo.

Atualmente, os cotistas recebem uma bolsa no valor de cento e noventa reais. Evidentemente que o baixo valor da bolsa não atende as necessidades mínimas de um estudante, nem tampouco os gastos com

Priscila alerta ainda que a formação básica do odontólogo é a Clínica Geral, mas ele terá que investir em especializações. "Existem cursos com duração de dois anos, cujas mensalidades estão na faixa de mil e quinhentos reais, até na Uerj, pois não existem especializações gratuitas. Se não fosse minha avó, eu realmente não estaria aqui", reconhece a futura odontóloga, que teve que trancar a faculdade para fazer um curso de Atualização em Cirurgia.

Parece uma incoerência não ter terminado a graduação e já ter que fazer atualização. Segundo ela, o aluno ao se formar não tem a necessária segurança para exercer plenamente suas funções por não ter ao longo do curso matérias com conteúdos práticos. Daí, ele se vê obrigado a



Fotos: José Andrade

"Não podem negar ao negro o direito de entrar em uma faculdade. De mudar o rumo de uma história que não é sua.", Helen Barcellos, Geografia.

a lista de material semestral de Odontologia, em que se gasta, no mínimo, mil e quinhentos reais, fora os livros. "No meu segundo dia de aula, um coordenador da faculdade nos alertou de que, para terminar uma Faculdade de Odontologia, teríamos que ter dezoito mil reais. O primeiro pensamento que tivemos foi o de parar o curso... É desagradável: mas é realista. É como se tivessem dizendo 'você está no lugar errado, pensa nisso'. O material é caro. Só o motor custa um mil e quinhentos reais; mas outros itens são necessários, como broca, gorro, máscara, material de cirurgia. Se for somando..."

fazer as atualizações: Ortonotia, Canal, Cirurgia etc."

Repercussões

A politização e a união foram fundamentais em 2003, o que não quer dizer que todos os cotistas tivessem essa consciência crítica. Anderson assume que quando entrou na faculdade não sabia o que era ser negro. "Quando a Rachel fala que ficava ofendida quando diziam que ela era moreninha, ou patricinha, brincadeira que eu mesmo fazia, eu de fato não a via como negra. E dizia: 'lá vem você com esse papo de preto pra cima de mim'. Eu sempre via a discrimina-

ção, mas nunca vi que existe uma ideologia por trás disso tudo. Está tão naturalizado que eu não percebia. Nem mesmo quando meus tios me chamavam de Negão. Eu não ligava, achava natural. Hoje tenho consciência de que há algo errado, quero saber o que é, para aprender como fazer para mudar, como fizeram comigo."

Não é incomum a racialização das questões, mesmo que as pessoas finjam que não estão vendo. "Você chega em sua localidade e o vizinho diz: 'caramba, ela é negra e está na Uerj'. Na minha comunidade, eu via que houve diferença. Os vizinhos do alto do morro me perguntam como fazer o vestibular, como fazer a inscrição, o que é uma faculdade, como é a Uerj, como pedir isenção. O cotista vira referência, de fato, em sua comunidade. Mas todos devem ter o mesmo direito, não podem negar o direito de se sonhar com uma faculdade, de se tentar. Todos devem poder fazer uma faculdade, exercer a atividade que bem lhe convier, sem imposições, sem restrições," afiança Helen.

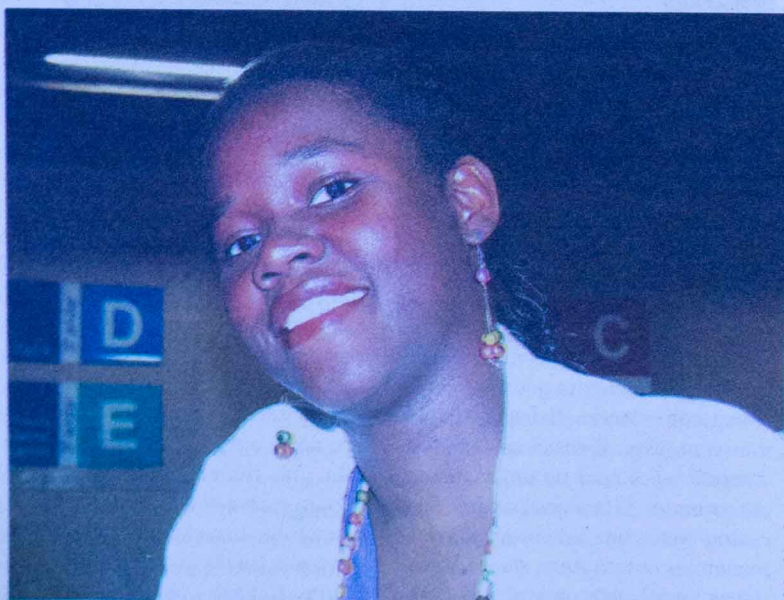
Priscila lembra que, ao entrar na Odontologia, praticamente a única turma que tinha negros era a sua. Nas outras, somente dois cabo-verdianos. "Comecei a perceber que as pessoas da faculdade eram esnobes, não era só por ser uma questão de ser negro ou não. Não havia solidariedade, nin-

guém ajudava o outro. O pessoal dos outros períodos não se dispunha a explicar como tinha sido esta ou aquela matéria. E esse comportamento vai se reproduzindo o tempo todo. Acredito que, com as cotas, isso tenha mudado um pouco, pois as pessoas se ajudam muito mais. Hoje existe mais solidariedade, não que seja um mar de rosas, mas eu percebo essa mudança."

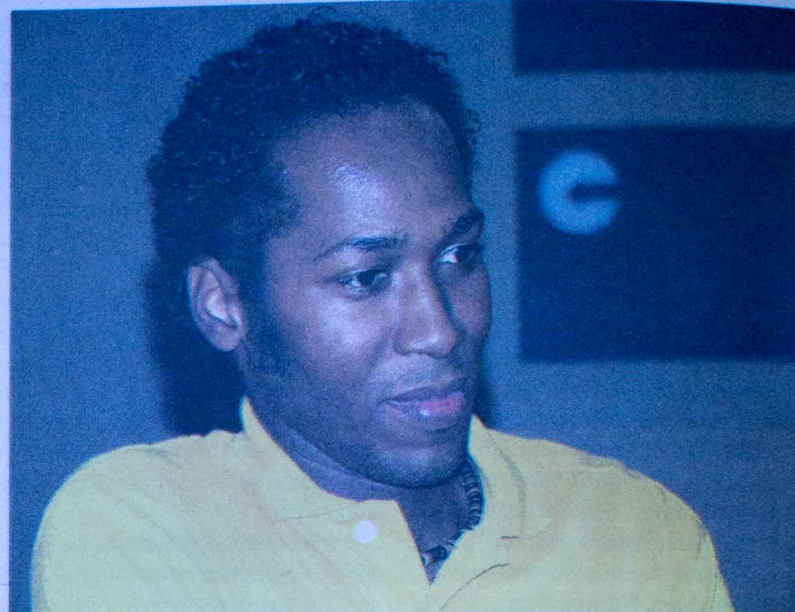
Há muito que fazer

Dividida entre o curso de Geografia na Uerj e o curso de Ciências Sociais na UFRJ, Rachel vê com certa perplexidade a resistência de padrões tradicionais e a dificuldade de se colocar foco na questão racial no Brasil. "Em todos os meus trabalhos acadêmicos eu procuro dar o recorte racial. Tivemos um professor negro de Produção do Pensamento Geográfico, de quem eu tinha medo, porque ele cobrava muito, principalmente dos alunos negros, e em especial de mim. Em função de uma pesquisa para sua disciplina, eu e meu grupo incluímos outros textos que tratavam de racismo em outras regiões, colonização do Brasil, até os processos de reação mais ativos, e tiramos 10. Eu fiquei muito feliz. Eu vejo que temos muito trabalho ainda por fazer: produção de dados e textos sobre a questão racial".

A falta de informações ou a geração de informações deturpadas infestam o ambiente educacional.



"Precisar, não precisava, mas, se tenho direito, porque não vou usar?", Priscila Seraphim, Odontologia.



"Quando entrei na universidade, não tinha consciência racial. Hoje tenho consciência de que há algo errado, quero aprender como fazer para mudar, como fizeram comigo", Anderson Andrade, Geografia

Para exemplificar esta afirmação, Anderson cita sua vivência como monitor em um colégio de ensino fundamental. Em avaliações que tratam da mobilidade nos grandes centros urbanos, tem-se quase como padrão as seguintes respostas: "êxodo rural tem que ser combatido, pois as pessoas saem do campo, vão para a cidade, não têm emprego, criam as favelas, aumenta a criminalidade, aumenta a violência, vão para o tráfico de drogas" ou "o cara vem de lá, não gostou, não tem emprego, vai ficar pra traficar". O futuro professor de Geografia alerta que, da forma como os conceitos são trabalhados, na realidade se recriam os mitos de que o pobre é ladrão, o preto é pobre, o preto é pobre e ladrão.

Por força da discussão das cotas, constata-se a carência de professores com pesquisas sobre a temática racial. Há docentes que não têm o menor domínio. Helen relembra que na matéria Geografia da População do Brasil, os alunos ficaram quatro dias em São Paulo, estudando imigrações. "O professor era descendente de imigrantes italianos e gastou cinco aulas falando sobre as imigrações européias e que os negros vieram para o Brasil para serem escravos. Entretanto, quando os alunos chegaram ao campo, viram muitos imigrantes angolanos. Ao chegarmos ao Rio, no dia

da avaliação do trabalho de campo, perguntamos: 'Professor, o senhor não nos falou nada sobre a imigração angolana', ele enrolou e não sabia de nada. Esse campo que sempre foi feito, será que nunca antes alguém havia visto aquele número absurdo de imigrantes angolanos no Brás, e que nos param o tempo todo para vender suas coisas? Eles são seres invisíveis? O que justifica isso?", questiona Helen. Para dar conta dessa falta de informações, o professor teve que convidar a professora Regina Petrus, da UFRJ, para falar de suas pesquisas sobre imigração angolana.

Com tanto trabalho pela frente, Rachel, Priscila, Helen e Anderson têm em comum a vontade de continuar os estudos. Helen se dedicará ao curso de Relações Internacionais, voltado para comércio exterior, onde pretende enfatizar a questão racial. Priscila fará outras atualizações e prestará concursos públicos na sua especialização. Anderson vê que há muito a fazer na Geografia em sala de aula, principalmente quando se fala em retratar o que existe a nossa volta. Rachel, assim que terminar a licenciatura na Uerj, pretende fazer outros cursos na área de Humanas e se dedicar às pesquisas sobre relações raciais.

***Jornalista e membro da Cojira-Rio**



Cotas na Ufes

Câmara de graduação reduz número de negros

"O que a sociedade brasileira chama de cotas é a única novidade nesse opaco horizonte político que o Brasil vive. Fora isso, todas as políticas que estão aí são requeentadas. E veja que elas mantêm as desigualdades. O Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. E a desigualdade tem como matriz exatamente o fosso racial que existe no país." (Hélio Santos)

Ana Claudia Mielki*

Apesar de todo o debate, das manifestações públicas, da pressão do Movimento Negro e da sociedade capixaba ter se mostrado favorável à implementação de cotas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – 69% da população, segundo pesquisa de opinião realizada em março pelo Instituto Futura/ES –, o projeto que previa a implantação do sistema de reservas de vagas na Ufes foi aprovado com percentuais muito aquém das expectativas. A proposta, apresentada pela Pró-reitoria de Graduação, prevê uma meta de implantação de 50% de cotas, que se dará de forma gradativa até o ano de 2009. Desse total, apenas 5% das vagas serão destinadas aos negros e pardos.

A Câmara de Graduação da Universidade, formada por coordenadores de 45 cursos, ao aprovar uma proposta que destina uma percentagem irrisória aos negros e pardos, evidenciou o que há muito já era discutido pelo Movimento Negro: o problema não é a cota e sim a cor da cota. Além da pequena percentagem, o aluno que desejar entrar pelo sistema será avaliado de acordo com seu fenótipo (aparência), ou seja, afro-descendência, histórico familiar e de vida serão descartados.

Para o Movimento Negro, a proposta é um mascaramento da realidade. "Pra mim foi uma proposta racista. É uma proposta enganadora, que não levou em conta a situação de caos social que a população negra enfrenta", desabafou Gilberto Batista Campos, militante do movimento. Segundo ele, a proposta foi montada com o objetivo de impedir o ingresso dos negros na Ufes. "Praticamente não houve modifica-



ção do quadro atual. Eles fizeram um arremedo de propostas que não beneficiou em nada o povo negro. Na verdade é a manutenção da exclusão do negro na universidade. É racismo institucional", completou.

O Movimento Negro defendia a aprovação do projeto elaborado

pela Comissão Pró-Cotas, que além de tratar da questão do acesso, previa políticas de permanência do aluno cotista e mudanças nas políticas pedagógicas adotadas pela Ufes. O projeto previa 50% de reserva de vagas, sendo 26% para afro-descendentes, 23% para egressos de esco-

las públicas e 1% para indígenas.

O percentual foi definido com base em dados obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2004, do IBGE. Segundo o qual, no Espírito Santo, 56,6% da população são pretos e pardos. Além disso, um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/Mec) constatou que o percentual de pretos e pardos nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Estado se reduz a apenas 30,5%.

O mesmo estudo concluiu que as universidades brasileiras não têm representadas dentro dos campi, de forma equânime, as etnias presentes na sociedade. O percentual de brancos na sociedade é de 52%, mas nas IES os brancos ocupam 72,9% das vagas. Enquanto que pretos e pardos, que somam 46,9% da população, são apenas 24,1% nas IES.

A proposta da Pró-reitoria de Graduação foi aprovada sem levar em conta esses dados e também não utilizou indicadores claros para a definição do percentual destinado a cada grupo. A professora Leonor Araújo, que compôs a Comissão Pró-Cotas, se retirou da reunião da Câmara de Graduação, da qual também faz parte, por não concordar com a proposta que estava sendo votada.

"Eu me retirei porque não vou discutir uma proposta que não privilegia o corte racial, que era a premissa do trabalho desenvolvido pela Comissão Pró-Cotas. Para mim fica muito claro que a universidade resiste à mudança pela democratização. Trazer cotistas significa estabelecer uma nova população dentro da

Fotos: Cacá Lima

universidade, repensar as práticas pedagógicas, as práticas acadêmicas e a política universitária. E a gente não sabe se a Ufes quer repensar isso neste momento", disse Leonor.

Para ser implementada, a proposta ainda precisa passar pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e pelo Conselho Universitário (Cun). Ao final do processo, o Ministério Público Federal pretende se reunir com os membros dos diversos segmentos envolvidos e uma ação judicial pode ser impetrada, caso a proposta aprovada não seja socialmente referendada.

Discriminação e resistência à inclusão dos negros

Em um estado onde a maioria da população se declara preta ou parda, é constrangedor que a única Universidade pública não tenha levado em consideração os indicadores sociais para estabelecer uma política de inclusão do negro. Para o professor Hélio Santos, doutor em administração pela Universidade de São Paulo (USP), a sociedade brasileira não é favorável à inclusão. "A inclusão é um remédio amargo que a sociedade bebe de maneira muito contrariada. Contrariada porque a política de cotas é uma política que inclui e, portanto, muda o que o Brasil sempre foi. O resto são políticas de bolsa esmola. A sociedade é favorável a essas bolsas, mas ela não está disposta a pegar essas mesmas pessoas que recebem as bolsas e colocá-las ao lado de seus filhos nos cursos de engenharia, medicina, direito", argumentou Santos.

Juridicamente o problema da discriminação social e racial já encontra respaldo em diversas leis e tratados internacionais. Um exemplo é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, firmada pelas Nações Unidas no ano de 1965, que garante que sejam tomadas medidas especiais para assegurar a proteção e a igualdade de condições para grupos raciais ou étnicos, impedidos de exercer seus direitos de cidadania por causa do racismo e da discriminação racial.

A procuradora dos Direitos do Cidadão, Luciana Loureiro de Oliveira, do Ministério Público Fede-

ral, que acompanha esse debate, fortalece o argumento sobre a constitucionalidade das cotas: "Quando a Constituição Brasileira fala de igualdade, na verdade ela permite que haja um tratamento diferenciado a grupos específicos. Esse tipo de entendimento permite corrigir as distorções que ocorrem na sociedade. Para haver igualdade é preciso tratar os desiguais de forma diferenciada", explica.

Além de sofrerem com o processo de exclusão por serem parte majoritária na fatia da população mais pobre do país, os negros carregam uma herança de discriminação racial que começa com a escravidão e se perpetua com a abolição, uma vez que o negro não foi objeto de políticas públicas de inclusão praticadas pelo Estado. Essa discriminação sistemática vem se perpetuando por meio de mecanismos sociais e institucionais e, por isso, segundo a procuradora, além da questão socioeconômica é preciso pensar políticas de compensação à injustiça histórica que os negros vêm sofrendo há séculos.

E não são poucos os argumentos que visam diminuir a capacidade dos negros, como, por exemplo, sugerir que o ingresso desse grupo por meio do sistema de cotas contribuiria para a desqualificação do ensino nas instituições. O argumento, além de reproduzir o racismo e a discriminação vigente na sociedade, não passa de um logro perverso. Nas instituições onde foram adotados sistemas de cotas os estudantes cotistas têm desempenho igual ou superior aos outros estudantes.

Na Universidade de Brasília (UnB), primeira federal a implantar o sistema de cotas, ainda não foi realizado nenhum estudo estatístico sobre o desempenho dos alunos cotistas. Mas segundo o assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas, Jaques Jesus, as observações que têm sido feitas dão conta de que alunos cotistas possuem desempenho semelhante aos demais. No entanto, ele ressaltou que alunos que ingressaram pelo sistema de cotas reprovam e trancam menos o período em relação aos estudantes não cotistas.

* Jornalista e militante dos Direitos Humanos/ES.



Gilberto Batista Campos



Profa. Leonor Araújo



Fotos: Cacá Lima



Transgênicos - e daí?

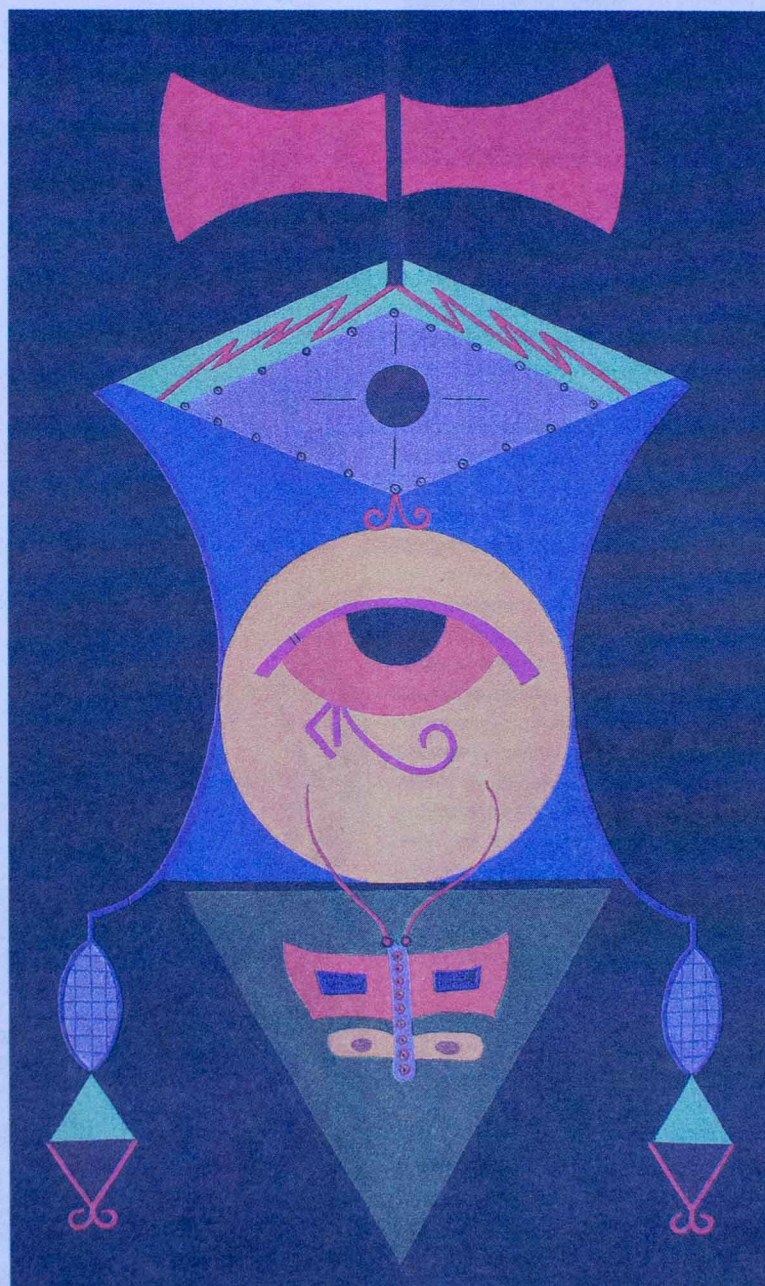
Os organismos geneticamente modificados estão atualmente no centro de um grande debate. Veja suas repercussões na pauta da luta anti-racista.

Jurema Werneck*

Este é o segundo artigo da série sobre biopolíticas que o **Ìrohin** traz até você. O objetivo é compartilhar informações e reflexões sobre o assunto e seus impactos sobre nós, população negra. Como você sabe, a biopolítica trata das novas tecnologias genéticas e suas repercussões sobre os interesses, desejos e direitos de indivíduos, grupos e de toda a humanidade.

Aqui, vamos falar de um tema presente na mídia comercial de forma constante: os transgênicos. Todo dia cientistas, jornalistas, agricultores, populações tradicionais, ou alguma reportagem do "Fantástico", falam sobre transgênicos. São muitas informações e muitos interesses envolvidos, que confundem mais do que explicam. E raramente nos dão chance de reflexão. Existem perguntas que precisam ser feitas, respostas que precisam ser buscadas ou elaboradas por nós, pensando nos impactos e nos interesses da população negra. E mais, novas ferramentas de luta e novos posicionamentos contra o racismo e o sexismo precisam ser criados, capazes de enfrentar os novos cenários da tecnociência e da tecnoeugenia.

O que são transgênicos? A palavra transgênico surge da junção do prefixo *trans*, que significa mudança, troca, ultrapassagem, com o termo *gênico*, de gen (molécula de proteína que compõe o material genético do ser vivo, o DNA). E quer dizer mudança ou troca de um ou mais genes. Esta mudança é feita de um jeito diferente daquele utilizado pela natureza, que leva milhões de anos: a produção de transgênicos é um processo de curto prazo, feita em laboratório. E tem a velocidade que o dinheiro e a tecnologia permitem.



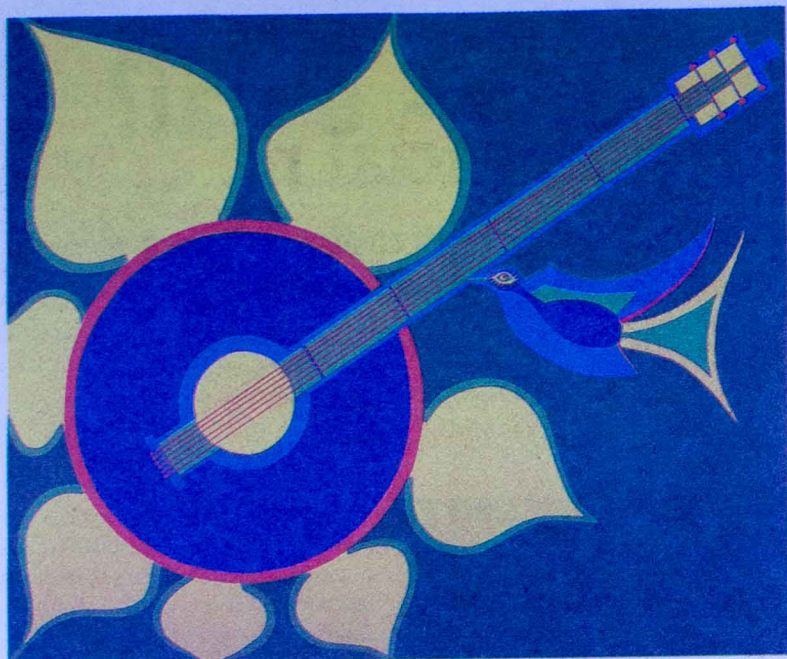
Afro-Estandarte (Rio de Janeiro, 1993). Acrílico sobre tela, 80 x 50.

Atualmente, a fabricação de organismos transgênicos é possível em sementes, plantas, microorganismos (bactérias, fungos, vírus), animais. Daí também chamá-los de organismos geneticamente modificados ou OGM. Pelos diferentes interesses envolvidos, há quem queira estender a tecnológica para os seres humanos. No entanto, qualquer tentativa de modificar a estrutura genética de pessoas e grupos dentro dos laboratórios obriga a profundos debates éticos e deve ser repudiada.

Até o momento não se comprovou sua viabilidade como procedimento médico. Por outro lado, já foi possível detectar o interesse de eugenia (suposto melhoramento racial) por trás de muitas pesquisas de modificação genética em humanos.

James Watson, o químico Prêmio Nobel que descobriu o DNA em 1953, junto com outros três cientistas, perguntou: "...se pudéssemos fazer seres humanos melhores, sabendo como adicionar genes, por que não? O que há de errado nisso?" Nós sabemos. Sabemos o que significa quando uns consideram características biológicas (genéticas) como algo ruim, indesejável, desnecessário. Tem sido assim com nossa cor de pele, tipo de cabelo, etc. O racismo tem elaborado muitas formas de eliminação do que considera ruim em nós, principalmente buscando nos eliminar por completo. Imaginem tendo à disposição a engenharia genética?

Os transgênicos estão atualmente no centro de um grande debate, que envolve setores diferentes: comunidade científica, ambientalistas, feministas, capitalistas, agricultoras(es), populações tradi-



Dueto para Bida (Rio de Janeiro, 1993). Acrílico sobre tela, 100 x 80.

onais negras e indígenas, militares. Entre eles está, ainda de forma pouco expressiva, o movimento antirracista, particularmente o Movimento Negro. Parte do Movimento de Mulheres Negras, tanto no Brasil quanto no restante da diáspora, já participa deste debate há algum tempo, por suas repercussões sobre os direitos reprodutivos e também na agricultura.

Atualmente, diferentes formas de modificação genética são possíveis – muitas delas disponíveis no mercado para quem pode comprar. Entre elas, as mais “famosas” são aquelas aplicadas à agricultura. Trata-se de produção de sementes geneticamente modificadas que teriam características especiais, como, por exemplo, maior resistência a pragas. Na verdade, trata-se da capacidade de suportar grandes doses de veneno. Veneno este que fará mal “somente” aos consumidores.

Há também aquelas modificações que buscam o aumento dos lucros por área plantada (o que não se comprova na prática). A presença de transgênicos na agricultura significa, na verdade, um aumento da dependência de agricultoras e agricultores nos produtos das multinacionais (semente, venenos, etc). Ao contrário do que se propaga pela mídia comercial (e trata-se de propaganda disfarçada de notícia), testes feitos por cientistas in-

dependentes demonstram que é possível que os transgênicos façam mal tanto para o meio ambiente, os animais, como também para os seres humanos. No entanto, o dinheiro das grandes multinacionais compra pareceres de universidades e cientistas que buscam afirmar o oposto, com o auxílio do “Fantástico”, da imprensa e do restante da mídia que se vende.

A principal questão ainda não está respondida: para onde os transgênicos vão nos levar? A primeira resposta é: para a radicalização das noções de propriedade, onde organismos vivos – a vida – convertem-se em propriedade privada. Isto já aconteceu antes na história da humanidade e se chamava escravidão. Agora, o título de propriedade seria conferido a alguma empresa multinacional (os novos senhores, sem rostos, sem nome), e o controle acontece no nível molecular.

Há muitos riscos por trás dos transgênicos: riscos para a saúde, riscos para o ambiente. Há também os riscos de eugenia. E os riscos de transformação da vida e seus processos em produtos vendáveis para quem puder pagar.

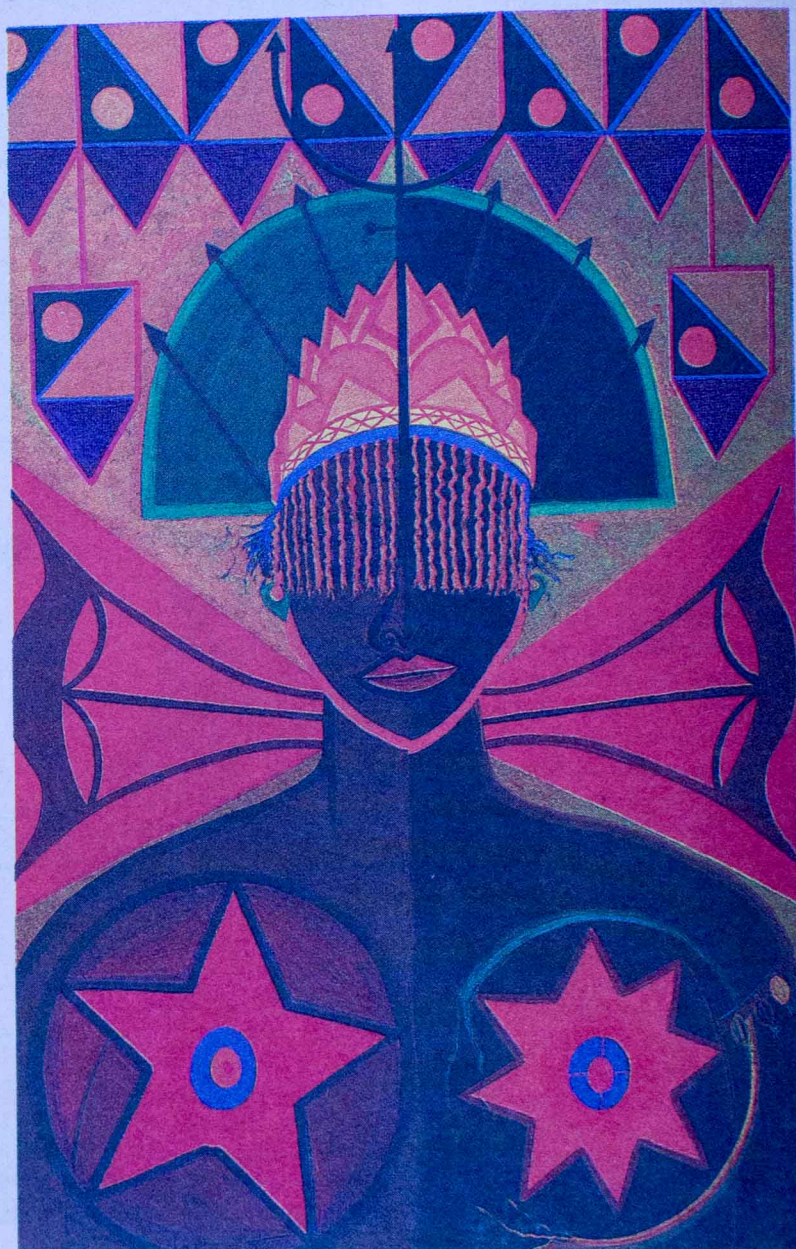
A agricultura foi uma criação das mulheres, ainda na pré-história da humanidade, na região que deu origem ao continente africano. Ela está profundamente arraigada na sabedoria dos povos, na compreen-

são do sentido profundo da fecundidade, das forças que fazem a existência, da multiplicação do axé. Inventada por mulheres negras, hoje ela é um bem comum da humanidade, pertence a tudo o que há, não é propriedade de ninguém. Mas está ameaçada com patentes. Como também estão todos os processos vitais que são ou podem ser controlados em laboratórios, de propriedade das multinacionais. Ameaçados por transformações, alterações dos seus significados e resultados, por mudanças que não sabemos no que vão dar.

Sabemos, como nos diz a tradição, que o axé existe para ser

preservado, aumentado, compartilhado. O axé é a força que move a existência, que anima átomos, moléculas, genes. Com a modificação genética feita em laboratório, a matéria viva passa a ser patenteada. O axé passa a ter dono. Como permitir que tenhamos que pagar royalties por isso? E nós, vistos pelos (tecn)racistas como conjunto de genes indesejáveis, obsoletos, ruins, onde estaremos?

***Médica, doutoranda em Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, coordenadora de Criola.**



Oxum em Êxtase (Buffalo, 1975). Óleo e acrílico sobre tela, 153 x 82.



A política externa brasileira para a África e a questão racial no Brasil - a convergência possível

Nas relações entre o Brasil e a África, talvez falte ainda precisar as modalidades de ação diplomática que possam atender também aos propósitos da população negra brasileira.

Irene Vida Gala*

Às vésperas de mais uma eleição presidencial, há dois temas importantes cuja possível vinculação caberia discutir, com o propósito de vê-la eventualmente refletida nos debates da sociedade brasileira com seus candidatos à Presidência da República. São eles a luta contra o racismo em nível nacional e a política externa brasileira para a África.

Seria apropriado pensar as relações do Brasil com a África como mais um instrumento útil à promoção da igualdade racial no Brasil? Entre outros objetivos de natureza política, econômico-comercial e cultural, por exemplo, o estreitamento dos laços entre Brasil e os países africanos poderia servir à reconciliação de toda a população brasileira, e não apenas dos afro-descendentes, com sua herança e identidade africanas? Como?

Em primeiro lugar, cabe lembrar que a política externa sempre tem por objetivo central assegurar os interesses nacionais. Os diplomatas brasileiros promovem e defendem, no exterior, a agenda internacional que melhor reflete as aspirações da sociedade brasileira, traduzidas, pelo Presidente da República, em diretivas para a diplomacia brasileira. A consolidação democrática alargou as bases desse consenso sobre o interesse nacional e, cada vez mais, o Itamaraty amplia seu diálogo com os múltiplos setores da sociedade brasileira, com o objetivo de melhor representá-la ou apoiá-la no exterior, inclusive na África.

Em segundo, é justo reconhecer que, desde o processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada, em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, o Itamaraty aprofundou muito as relações com os representantes da comunidade negra brasileira, em particular com os representantes das organizações do Movimento Negro. De modo exemplar, Governo e sociedade civil estão trabalhando em conjunto com vistas à implementação dos compromissos assumidos em Durban, inclusive no contexto das Américas.

Com base em seus compromissos de campanha, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo com o propósito de promover políticas de combate à discriminação racial e ao racismo e de promoção do negro no Brasil, bem como de estreitar as relações com o continente africano. Em pouco mais de três anos de Governo, o compromisso relativo à África já se materializou, com cinco viagens presidenciais ao continente, numerosas visitas de líderes africanos ao Brasil e, mais importante, com a criação de relações de confiança inéditas entre os Governos do Brasil e de nossos parceiros africanos.

Não só o Presidente Lula visitou 17 países africanos, mas seus ministros e um número maior de funcionários do Governo também cruzaram o Atlântico para conhecer a África e identificar os mecanismos

de cooperação aplicáveis para as realidades brasileira e dos países africanos. Cientes de que a criação de uma aliança mundial contra a exclusão social é um dos objetivos que nos unem, políticos, funcionários da administração pública e de organizações não-governamentais, acadêmicos, artistas e empresários brasileiros, liderados pelo próprio Presidente da República, têm estado na África para verificar, entre outras descobertas, que as oportunidades de intercâmbio podem ser mutuamente benéficas.

Em três anos, para além dos números ampliados de comércio bilateral e mesmo de acordos firmados, agregamos um conhecimento diferenciado, embora ainda inicial, sobre os parceiros africanos e suas realidades sócio-econômicas, bem como sobre suas sociedades e governos. O continente africano, viuse, é grande, diversificado e complexo, e os africanos, como nós, são cidadãos do mundo globalizado, que convivem com os impactos das crises financeiras, dos avanços tecnológicos, do multiculturalismo, das políticas protecionistas dos países desenvolvidos e da deterioração do meio-ambiente. Percebemos também que cabe aos próprios brasileiros ampliar sua capacidade de percepção das oportunidades que ali se apresentam para a consecução dos interesses brasileiros.

Na construção desse novo marco de relações entre o Brasil e a África, talvez falte ainda precisar as modalidades de ação diplomática que

possam atender também aos propósitos da população negra brasileira de "volta à África". É possível e necessário dar um conteúdo atual ao pleito dos afro-descendentes por uma aproximação maior com o continente. Seus representantes têm, neste momento, a oportunidade de somar-se ao trabalho da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir e sugerir formas de convergência entre a agenda da política africana do Governo brasileiro e também a agenda de luta contra o racismo em nosso país.

Suas contribuições enriquecerão, seguramente, a diplomacia brasileira junto aos parceiros africanos e, internamente, enriquecerão os conteúdos democráticos que conferem legitimidade à nossa política externa. Na campanha presidencial, poderão atribuir conteúdo inovador a um debate sempre adiado.

(*) Irene Vida Gala é diplomata e já serviu nas Embaixadas do Brasil em Lisboa, Luanda e Pretória. Atualmente é Conselheira na missão do Brasil junto às Nações Unidas. Foi Chefe da Divisão de África II do Itamaraty, de 1999 a 2003. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, com a monografia "Pensamento Africano em Relações Internacionais: Desconstruindo o Afro-Pessimismo." vidagala@yahoo.com



II CIAD

Intelectuais da África e da Diáspora em Salvador

Renata da Silva Nóbrega*

Entre os dias 12 e 14 de julho de 2006, Salvador irá sediar a "maior reunião de intelectuais internacionais já realizada no Brasil e o primeiro encontro de intelectuais africanos fora de seu continente", segundo comunicado do Itamaraty. Trata-se da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, organizada pela União Africana em parceria com o governo brasileiro. A expectativa é reunir cerca de mil lideranças políticas e intelectuais africanos e dos países da Diáspora em torno do tema "A Diáspora e o renascimento africano". Dentre os convidados estão Nelson Mandela, o bispo Desmond Tutu, a ecologista Wangari Maathai (premiados com o Nobel da Paz), Dereck Walcott (Nobel de Literatura), a escritora Toni Morrison e o secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Na sessão de abertura, haverá uma homenagem a Abdias do Nascimento. O evento custará oito milhões de reais, divididos entre o governo brasileiro e a União Africana e será transmitido simultaneamente para o Brasil e para os países africanos e da Diáspora.

Na reunião do Comitê Preparatório para a conferência, em março, o ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, defendeu a necessidade de políticas públicas ousadas para enfrentar as desigualdades sociais que oprimem as comunidades da Diáspora. A II CIAD é uma boa oportunidade para o

governo brasileiro assumir um compromisso efetivo com tais políticas. Celso Amorim completou que "essas políticas somente podem ser concebidas mediante um diálogo crítico com os intelectuais e os movimentos sociais".

Em seu discurso na abertura da I CIAD – que aconteceu em Dakar, no Senegal, em outubro de 2004 –, o presidente da Comissão da União Africana e ex-presidente do Mali, Alpha Oumar Konaré, afirmou aos intelectuais e políticos de diferentes lugares ali presentes que "Longe de ser uma fantasia, nossa solidariedade é um plano de ação". Ao governo brasileiro fica o desafio de superar os limites de uma aproximação com os países africanos e da Diáspora que até agora tem se pautado numa agenda muito restrita, focada principalmente na satisfação dos interesses brasileiros (principalmente os interesses comerciais) em terra estrangeira. A II CIAD traz uma proposta ousada para uma nova agenda internacional voltada aos países africanos e da Diáspora. Assumir um compromisso com essa proposta significa incorporar definitivamente a idéia de que – nas palavras de Celso Amorim – "não pode haver paz e desenvolvimento no mundo se a comunidade internacional não se voltar para o continente africano". Resta saber como essa proposta será recebida no Brasil.

*Mestranda em Sociologia (Unicamp)



"No interior de muitos de nossos países, as desigualdades sociais que ainda hoje oprimem as comunidades da Diáspora exigem políticas públicas eficazes e ousadas".

Celso Amorim.

Objetivos da II CIAD:

- reunir, promover e consolidar a contribuição dos intelectuais africanos e da Diáspora como veículo para idéias inovadoras, desenvolvimento e transformação social;
- ampliar o entendimento e conhecimento mútuos entre a África e os países da Diáspora, bem como promover uma maior cooperação para o desenvolvimento;
- promover o engajamento contínuo, sustentado e construtivo de intelectuais e tomadores de decisão, tendo como prioridade questões e preocupações enfrentadas por africanos e afrodescendentes em todo mundo, assegurando o envolvimento dessas personalidades na execução de programas para o desenvolvimento do continente, e, em geral, no processo do Renascimento Africano.

II CIAD

II CONFERÊNCIA DE INTELLECTUAIS DA ÁFRICA E DA DIÁSPORA

Salvador, 12 a 14 de julho

PROGRAMA

12 Dia 12 de julho

09h00 - Sessão de Abertura

10h30 - Mesa Redonda sobre "A Diáspora e o Renascimento Africano"

Com a participação de Chefes de Estado e de Governo da África e da Diáspora

15h00 - Mesa Redonda sobre "Gênero e Equidade"

Local: Centro de Convenções de Salvador Auditório Yemanjá

13 Dia 13 de julho

09h00 - 1ª Sessão dos Grupos Temáticos Bloco A

15h00 - 2ª Sessão dos Grupos Temáticos Bloco B

Grupos:

Locais: Centro de Convenções de Salvador; Auditório da Reitoria da UFBA;

Museu de Arte Sacra; Auditório da Antiga Faculdade de Medicina;

Pró-Reitoria de Extensão da UNEB

14 Dia 14 de julho

09h00 - Mesa Redonda sobre "Paz, Democracia e Desenvolvimento"

com a participação de intelectuais laureados com o Prêmio Nobel

15h00 - Apresentação das Conclusões dos Debates

18h15 - Sessão de Encerramento

Local: Centro de Convenções de Salvador Auditório Yemanjá

Inscrições (a partir de 5 de junho): ciad.credenciamento@mre.gov.br

Página web (a partir de 12 de junho): www.ciad.mre.gov.br

Maiores informações: www.ciad.mre.gov.br



Obras de Alvanor Dias

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIÃO AFRICANA



Memórias e histórias de mulheres

Texto sobre mulheres negras do século XIX, com destaque para Gertrudes Maria (Paraíba), foi premiado em concurso nacional



Em 29 de março de 2006, aconteceu a solenidade de entrega do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, (Trabalhos Científicos e Redação), na categoria estudante de ensino médio, de graduação e de pós-graduação, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com CNPq, MCT e MEC.

Entre os textos vencedores, em nível de pós-graduação, estava o de Solange Pereira da Rocha (foto), doutoranda do PPGH/UFPE e ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford, que concorreu com o ensaio: *Antigas Personagens, Novas Histórias: memórias e histórias de mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista*.

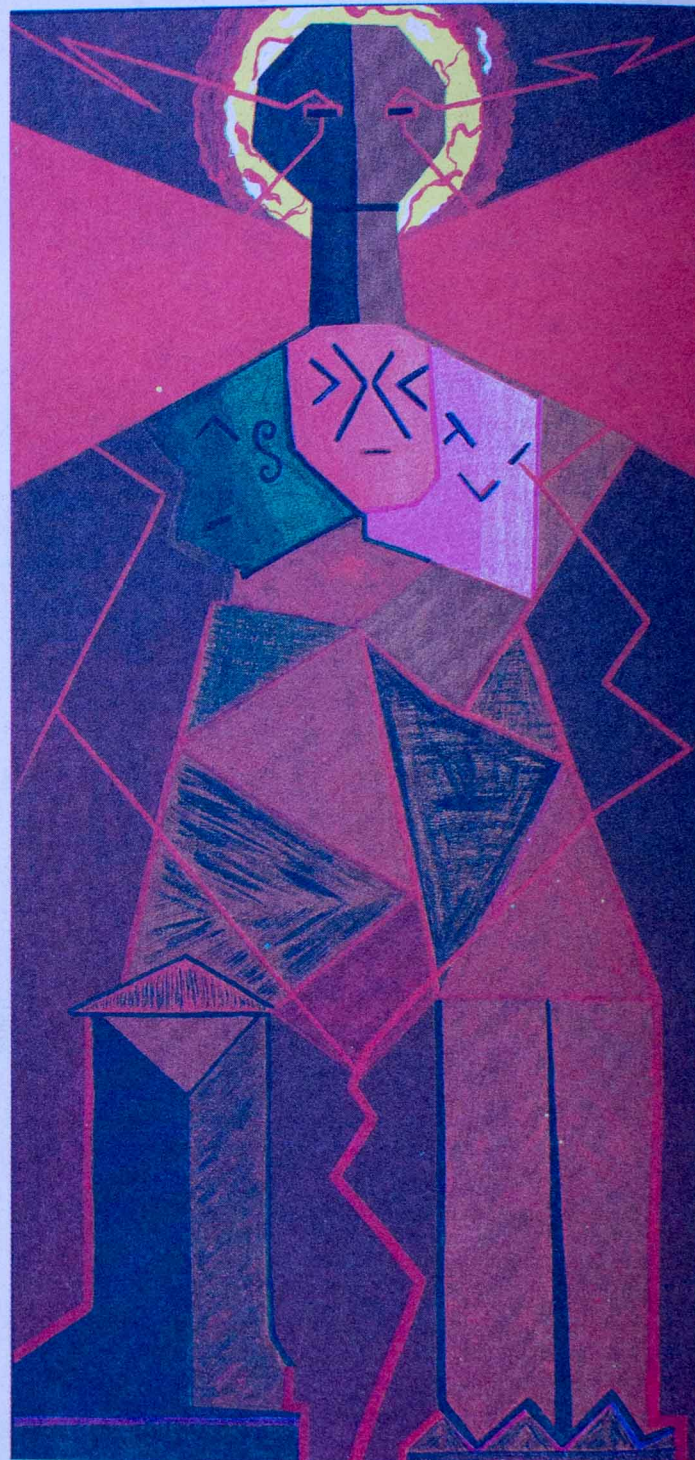
Trata-se de um trabalho histórico, com o qual se pretendeu mostrar novas imagens de mulheres negras, buscando desconstruir as visões estereotipadas encontradas, freqüentemente, em variados discursos imagéticos (na mídia e material didático) nos quais elas aparecem em situação de inferioridade, de total passividade ou, então, são vistas como excessivamente sexuais e desempenhando, apenas, funções domésticas.

Desta forma, foram recuperadas experiências concretas de mulheres que viveram a condição de escravizadas, mas cujas existências foram além do trabalho e da submissão ao sistema escravista. Muitas enfrentaram e se rebelaram contra o sistema de diferentes formas: algumas se colocaram contra o poder público ao "folgar" e dançar pelas ruas ou recorreram à justiça, outras circularam em horários proibidos, desobedecendo às posturas municipais, e por isso, foram punidas, e muitas fugiram sozinhas ou acompanhadas de companheiros ou de seus filhos.

Na primeira parte do mencionado ensaio foram destacados aspectos históricos da sua atuação no mundo do trabalho, no meio urbano e rural. Na Capital da Paraíba, elas trabalhavam nas ruas como pequenas comerciantes, comumente denominadas de "negra do tabuleiro", e, no interior das residências senhoriais, atuavam como domésticas (cozinheiras, lavadeiras, amas-de-leite, engomadeiras e outras).

Na zona rural, além das funções domésticas, elas foram encaminhadas ao trabalho agrícola. Sobre a população do interior da Paraíba também foi realizada análise dos laços de parentesco firmados em relações consensuais e formalizadas na igreja católica. Na segunda parte, se abordou as formas de resistência empreendidas por elas na sociedade escravista. Uma das histórias apresentada é a trajetória de Gertrudes Maria, uma mulher alforriada sob condição, que viveu na capital da Paraíba na década de 1820 e enfrentou obstáculos impostos pelas elites para gozar sua liberdade, mas graças ao seu empenho e de suas redes sociais conseguiu acionar a justiça e manter, mesmo que precariamente, a sua liberdade, mostrando que mesmo no Brasil do século XIX, um país altamente hierarquizado, dividido, sobretudo, entre escravizados e senhores, mulheres escravizadas desempenharam papéis ativos na construção de suas próprias histórias e tiveram a ousadia de traçar destinos diferentes daqueles que seus donos(as) tentaram lhes impor.

Por último, é preciso ressaltar que com este estudo sobre as mulheres negras Solange Pereira da Rocha contribui efetivamente para que mentalidades sejam modificadas, identidades de negras e de negros sejam reconstruídas, que pessoas de diferentes etnias tenham conhecimento acerca das histórias de mulheres negras, de suas resistência ao sistema escravista e possam avaliar marcas de suas ações, uma vez que elas foram (e são) decisivas para a construção material e cultural da sociedade brasileira.



Xangô nº 2 (Buffalo, 1978). Acrílico sobre tela, 102 x 51.



Deste lugar Quem: as encostas sociais

As encostas são comumente consideradas como áreas de risco, dentro do âmbito da defesa civil. Questionada em face do relevo da cidade de Salvador, a autora discute a sua inserção no espaço urbano, encostando a conversa na dimensão da dignidade da pessoa humana e, nesse desdobramento, do direito à moradia.

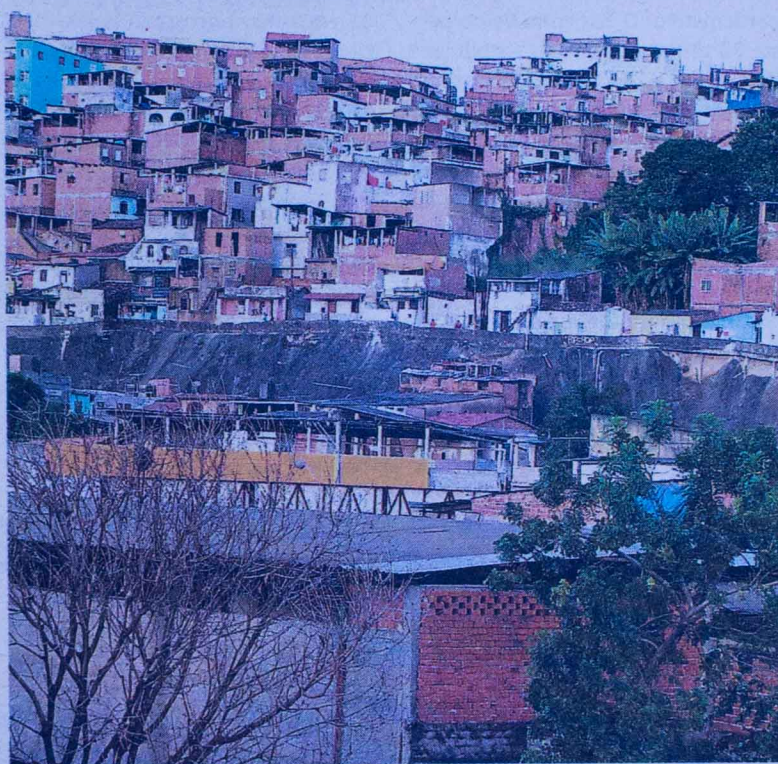
Pensilvânia Silva Neves*

Escorregam as palavras da Sra. Ocridalina dos Santos Santana, moradora das encostas de Salvador, nesse final de dia das mães: *se minha mãe estivesse aqui, acho que nem olharia para ela...* Ela se virou; engasgou a coragem de perguntar, por quê? A partir dela, entretanto, ganha corpo o questionamento acerca da possibilidade de integrar as encostas ao espaço urbano de Salvador, eclodindo a questão do direito à moradia (art. 6º, caput, da Constituição Federal vigente), já que para esta e aqueles moradores suas presenças nas encostas alcança e significa um *não morar*.

Ao longo da falha de Salvador, uma linha geológica que divide a cidade em cidade alta e cidade baixa, as encostas tornaram-se bairros e protagonizaram importantes obras públicas de ligação viária. Assim, os bairros de Santo Antônio, da Gamboa de Cima, do Campo Grande, da Graça, o Morro do Gato e do Gavazza. As encostas transportam passageiros diários através do Elevador Lacerda, do Plano Inclinado Gonçalves, do Plano Inclinado Pilar, do Plano da Calçada, das ladeiras da Montanha, da Conceição da Praia, de Contorno.

O tema questiona as relações sociais dentro de uma perspectiva verticalizada, de cima para baixo, entre o poder público e a sociedade que, enxugando as mãos, destrata a dinâmica das horizontalidades comunitárias, ou seja, das relações cidadãs, reiterando a *igualdade* da conversão do interesse público em questão privada. Entendam-me: a autonomia e a emancipação das

Foto: Cláudia Santos



peças perpassam o *lugar* que elas ocupam ou que se constroem a ocupar; habitar uma comunidade invisível do âmago para fora e daí para dentro justifica o *risco* das encostas e a sua condição de exclusão, uma prática rotineira que edifica o tripé poder público, comunidade e universidade considerados nessa abordagem, todos em sua perspectiva função social.

A Declaração de 48 faz menção ao *direito a um padrão de vida adequado*, nos termos do art. XXV: *toda pessoa tem direito a um pa-*

drão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

O direito à moradia, que se alarga da liberdade vertical para se abrigar no nicho compartilhado dos direitos sociais, desdobra-se em aventais instrumentalizados no di-

reito externo (ONU e OEA) e interno (desdobramento dos ditames constitucionais, como exemplifica o estatuto das cidades, o plano diretor). Sua carência atinge, predominantemente, as pessoas afro-descendentes e as mulheres, as de baixa renda, conforme dados do relatório elaborado pela ONU¹, sendo um grupo amarração do outro. Não está restrito apenas à idéia *ter* um teto, mas também ao esforço da sustentabilidade, do exercício cidadão de direitos: trata-se da infraestrutura relativa a serviços básicos até questões relativas à saúde pública, dentro de uma composição do interesse público que reúne estado e sociedade civil organizada.

É justamente essa noção de interesse público (confundido muitas vezes com o assistencialismo) que destaca Ivone Valente, subcoordenadora de apoio às ações de defesa civil, a Codesal, no sentido de uma parceria consistente com a sociedade. O perfil preventivo da atuação desse órgão sustenta um planejado programa de ação educativa para a conscientização do *risco*. No conteúdo de *área de risco*, a subcoordenadora também elucida o caráter sazonal – restrita, regularmente, aos primeiros meses do ano – das chuvas na cidade, o período crítico de um agir emergencial que justifica o deslocamento das pessoas (a prefeitura de Salvador concebeu o auxílio moradia, no valor de R\$ 100, 00, pago por três meses) e a proteção das encostas. A memória de Ocridalina, entretanto, indica uma insônia social sobressaltada em deslizamentos, perdas pes-

soais, incertezas e inseguranças ao longo de todo o ano ainda que em um saquinho *blindado* guarde lembranças de abastecimento de água e energia e serviços de telefonia fixa.

Luís Edmundo Campos², professor da escola politécnica da Universidade Federal da Bahia, considera as encostas como um problema social, desenhado no êxodo rural, na ocupação desordenada do solo urbano, na condição periférica das pessoas que habitam essas áreas por falta de opção. A encosta não é *em si* um vilão; a *proposta* de sua ocupação é que a transforma em *risco*. Nesse ponto pude questionar o potencial de integração das encostas ao espaço urbano da cidade para relacioná-lo com a dignidade de morar das pessoas. Tecnicamente, segundo o professor, é possível, já que o solo é bom, de natureza residual, isto é, apresenta resíduos de rocha excetuando-se o solo massapé que absorve água e que ocorre na área da Suburbana. Entretanto, são poucas as áreas de encosta que abrigariam uma ocupação racionalizada; grande parte delas encontra-se comprometida restando a alternativa da correção para a estabilidade, quando for o caso, e a desocupação da área

quando a emergência e a irreversibilidade assim o definir.

Cavando a função social das universidades nesse processo, como geradora de projetos que tenham por visibilidade a cidade nas suas especificidades, Luis Edmundo informa que a universidade atua quando solicitada, em ações isoladas, e que um programa urbanístico global, que dialogue a interdisciplinaridade, não tem precedentes na UFBA..

Uma ação tópica, desse *lugar*, é o bairro do Engenho Velho da Federação, área populosa, densamente povoada, de maioria afro-descendente. Busco aqui a articulação horizontalizada da comunidade entre si e com o poder público. Nesse espaço sai da cartola a temática do orçamento participativo. O Engenho Velho possui 23 *áreas de risco* e a visibilidade das encostas incluiu no programa operativo da prefeitura a Av. do Forno. O OP é o ponto de articulação entre o *lugar* e suas demandas (através da associação dos moradores) e o poder público. O coordenador geral da Associação, Sr. Lázaro Ferreira, traz o dado de que 80% das reivindicações do OP recaíram sobre a demanda das encostas. *É a comunidade do Enge-*

nho Velho que pode definir o que melhor se adequa ao seu perfil. Lázaro ressentia-se de uma política habitacional capitaneada pela prefeitura: nesse ponto, Ivone Valente alerta para o grande problema que a prefeitura enfrenta por não dispor de áreas próprias tendo que compor com o governo estadual e com particulares. Segundo a subcoordenadora, não há bens dominiais que a prefeitura possa dispor.

Com Vanessa Santos, coordenadora financeira da associação de moradores, adentrei, por convite, à casa de Ocridalina: um vão de memórias e identidade destituída arreada no barro, na vivência de 59 anos. A estudante de administração alinhavou o sentimento de pertencimento da comunidade indicando que para além da encostas, *encostado* nelas, há a violência, a ausência de planejamento familiar, a distância da educação formal, as drogas, questões que gravitam em torno da autofagia da desigualdade social.

Retomo à *mãe* inicial, para não conter o direito à moradia nos limites de casas populares que se põem para o mesmo lugar. A ocupação desordenada das encostas – quando técnica, relevo e solo a cortariam na

inclusão – compromete a responsabilidade estatal na sua inércia.

Por que lhe viraria a cara? Falta-lhe identidade, Essa, que empina o nariz para atos que reforçam cabeças cabisbaixas, porque excludentes. É a inclusão das pessoas na dignidade do seu *lugar* que motiva práticas sociais que se injetam na autonomia e na emancipação.

*Eu não tenho chão, eu não tenho casa, eu não tenho pão, estou vendendo as asás que possuo por não ter nada mais, só tenho grão de esperança, deixa pra lá, há quem tem por nós...*³

***Mestre em Direito/UnB.**

¹ Em 2004, uma missão conjunta protagonizada pela ONU e nacionais visitou as cidades de São Paulo, Alcântara, Fortaleza, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Bertioga, Guarulhos e Brasília. Nestes lugares, foi detectado que os atingidos pela violação do direito à moradia são pessoas de baixa renda, em sua maioria afro-descendentes e mulheres. Cf. SAULE Jr., Nelson e MENEZES, Patrícia Cardoso de. O direito à moradia no Brasil. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

² Luís Edmundo Campos é professor do curso de Engenharia Civil, lecionando a disciplina Contêncões e Barragem.

³ Eu não tenho. Vanessa da Mata e Lokua Kanza.

Foto: Carlos Moura



Estudantes africanos e afro-brasileiros realizam seminário

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB), africanos de diversos países e afro-brasileiros, articulam-se na celebração do Dia da África e reafirmam compromisso com a unidade e a solidariedade, a independência e o desenvolvimento.

Lia Maria*

Brasília 25 de maio de 2006 – Quinta-feira, marco histórico para o intercâmbio cultural entre estudantes africanos e afro-brasileiros. Neste dia foram lembrados os projetos políticos de Marcus Garvey, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, Haile Selassie, Patrice Lumumba, Nelson Mandela, Shiek Anta Diop, Abdias do Nascimento, Agostinho Neto, Lélia Gonzáles e tantos outros ícones do

pensamento negro, que combateram pela afirmação do protagonismo e orgulho de seu povo na luta contra o colonialismo e o racismo.

A comemoração do Dia da África, na Universidade de Brasília, resulta de uma articulação de estudantes africanos, com destaque para Osmar Samir (Ito), Kassoum, Lino Vaz e Lenine, (de Angola, Senegal, Cabo Verde e Guiné

Bissau, respectivamente). Trata-se da segunda edição do evento Unidade Africana – Por uma Nova Revolução Africana. As palestras realizadas ao longo do Dia da África, no Auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), foram intercaladas pelas apresentações culturais de diferentes grupos.

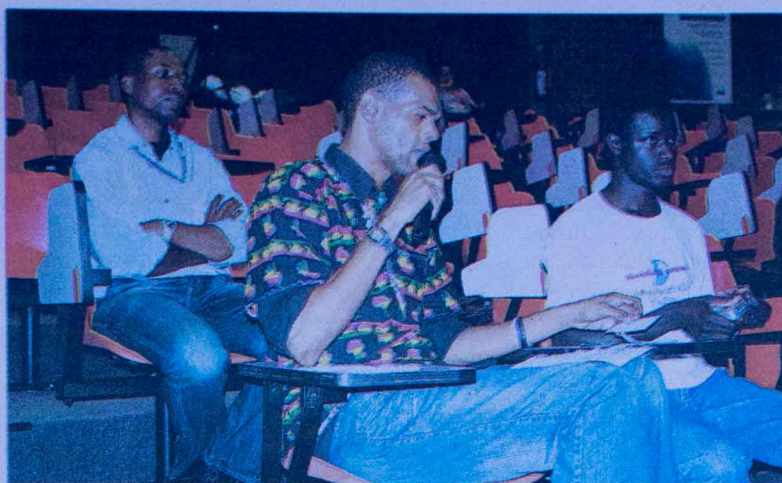
Segundo Ito, um dos

organizadores, mestrando em Geologia, 26 anos: *“A proposta nasce da necessidade de interação entre os estudantes africanos, que trazem de cada país culturas diferentes, e os afro-brasileiros, que através de movimentos sociais dão continuidade à luta do povo negro na Diáspora. Existe uma ausência de informação na Universidade, querem nos convencer de que África é um continente à deri-*

va onde só há espaço para guerra e miséria, existe um marketing pela negatividade do continente que alimenta a xenofobia e o racismo. Queremos mostrar uma Nova África através de uma Nova Revolução, celebrando a consciência africana com debates e trocas que favoreçam a construção de políticas sociais, a cidadania e a valorização do orgulho africano, e não o fazemos com festas de luxúria, que em nada refletem o compromisso e a necessidade de união para um fortalecimento social, político e econômico. Quando estamos unidos, estamos fortes. Ninguém vai me atacar, se souber que existe uma União Africana por trás!"

Malamine Saloum Saio, do Senegal, mestre em Linguística Aplicada, abriu o evento com a palestra "África Mãe: Quem é você?", discorrendo sobre a necessidade de valorização do berço da humanidade e o significado da África para africanos e seus descendentes. Jean Jule, doutor em Recursos Energéticos Estratégicos, de Camarões, expôs suas reflexões sobre o potencial energético e estratégico da África. Yuri, graduando em Comunicação, de Guiné Bissau, abordou o papel do estudante africano na Diáspora. Yuri chamou a atenção para as tentativas de genocídio cultural que se propagam, na África, através dos canais de TV estrangeiros, principalmente brasileiros, que entram e ditam a roupa que se deve vestir, os penteados, as músicas, e massacram a auto-estima das populações negras.

Durante os debates, algumas intervenções destacaram que, mui-



Yuri, graduando em Comunicação, de Guiné Bissau.

tas vezes, é mais fácil falar de África fora do continente, já que persistem regimes ditatoriais que fazem perdurar gerações de corruptos, que se sucedem nos governos de seus países alimentados por corruptores que surgem na esteira de organismos internacionais para o desenvolvimento e acabam por inviabilizar os processos de unidade africana pautados nos princípios de 1963, tais como independência e erradicação do colonialismo.

No intervalo entre as mesas de debate exibiram-se as atrações culturais. Foram apresentados documentários de curta metragem, entre eles um registro da oratória política de Martin Luther King. Músicos, cantores e dançarinos dividiram o palco: Grupo Musical Congo Nya (com integrantes brasileiros, angolanos, etíopes), dança tradicional da Costa do Marfim com o grupo *Coupé de Calé* (Aída, Sarha e Aminata – to-

das são da Costa do Marfim e alunas da UnB) e a dança afro-maranhense do grupo *Cacuriando*, de São Sebastião(DF)

Na parte da tarde, Djiby Mane, Senegal, mestre em Linguística, apresentou os troncos lingüísticos do continente, mostrando a riqueza de sua diversidade, calculada em aproximadamente 1500 línguas, que erroneamente são tratadas como dialeto em mais uma tentativa de banalização da cultura africana. Ras Tafari Sherwin, da Etiópia, graduando em Ciência da Computação, historiou as diversas tentativas dos colonizadores de dominar o país.

Em minha participação no evento, representando o EnegreSer – Coletivo Negro no Distrito Federal(DF) e Entorno, tratei da necessidade de assegurarmos o resgate e difusão da história africana e afro-brasileira através da Lei 10.639 e relatei algumas iniciativas do tra-

balho político desenvolvido pelo EnegreSer, na Universidade de Brasília e nas escolas públicas da periferia do DF.

Lino Vaz, de Cabo Verde, mestre em Tecnologia da Educação, palestrou sobre a União Africana e destacou o que considera marcos de uma revolução africana e afro-diaspórica:

- Nova prática pedagógica, onde a história é contada na perspectiva dos africanos e não do colonizador.

- Valorizar cultura e filosofias ancestrais para a criação de uma elite revolucionária.

- Novo regime político, legítimo e centralizado para fazer frente ao imperialismo.

- Reforçar parcerias. Retomar agenda do pan-africanismo.

- Usar tecnologia digital para maior disseminação e fortalecimento dos princípios.

O público não foi numeroso, como de praxe nos eventos realizados na UnB envolvendo temas tão em desuso no campus: África, Negros, Cultura, Discriminação, Revolução! Mas a unidade construída renderá frutos. Como disse Lenine, graduando da Sociologia, "há sinais de uma maior participação dos jovens estudantes africanos, que, como formadores de opinião, têm que assumir desde já seus papéis como representantes não só de seus países, mas de toda a África".

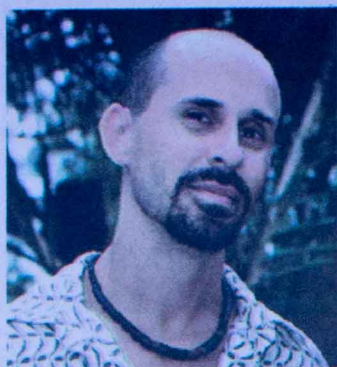
***Graduanda em Artes Plásticas(UnB), ativista do EnegreSer – Coletivo Negro no DF e Entorno.**



Jean Jules, palestrante de Camarões, Doutor em Recursos Energéticos Estratégicos



Melamine Saloum Sadio, palestrante de Senegal, Mestre em Linguística



Capoeira, tradição e identidade cultural

Márcio de Abreu*

Entende-se por patrimônio cultural o conjunto de bens materiais e imateriais que refletem o referencial histórico-cultural de um determinado grupo social, conferindo-lhes uma identidade própria. Uma das características do movimento de afirmação da Capoeira como parte do patrimônio cultural afro-brasileiro tem consistido em identificar os elementos que a caracterizam como veículo de continuidade e inovação de tradições africanas no Brasil.

É comum falar-se em *Capoeira de Angola* quando se quer fazer referência a uma Capoeira mais pura, mais próxima de raízes africanas. Em *Costumes Africanos no Brasil*, Manoel Querino já dizia que os negros de Angola foram os introdutores da Capoeira no Brasil. Era de se esperar que as tentativas de se buscar em África as origens da Capoeira apontassem para aquela região do continente.

Os esforços neste sentido têm gerado resultados interessantes, a exemplo da divulgação de tradições africanas quase extintas em sua região de origem e que se parecem recriar no Brasil através da Capoeira, como nos mostra o depoimento do pesquisador Carlos Eugênio:

"O primeiro elemento desse quebra-cabeça era o que os luandenses chamam de BASSULA (...) é o que chamamos de rasteira: tudo acontece dentro de uma roda. O lutador joga a perna sobre o adversário, na parte da coxa, e este se desvia, geralmente pulando (...) Tive acesso à outra parte do quebra-cabeça: a CABANGULA. Uma dança de adolescentes, praticada na região de Malengue, em que todos os golpes de perna são aplicados por jovens que querem provar bravura para se tornarem adultos. Nes-



sa luta não existe a rasteira como na BASSULA, mas o que os baianos chamam de chapa-de-pé. (...) Encontrei entre os Quilengues, da região próxima de Benguela, o UMUDINHÚ: o lutador tem que realizar saltos espetaculares, como se fosse efetivar um golpe...".

O retorno à África na busca de evidências capazes de compor os elos de ligação entre a Capoeira e as suas matrizes é tão imprescindível quanto aprofundarmos o entendimento acerca do cotidiano do afri-

cano em sua condição de negro escravizado em terras brasileiras. No entanto, quando se pretende, no âmbito da cultura, buscar o conjunto de elementos que identificam uma determinada prática cultural com a suposta unidade a que pertence – ainda que essa unidade represente uma coletividade – deve-se andar com muita cautela. É necessário que se esteja atento para os "engodos ideológicos" que sempre procuram apresentar explicações simplistas para os fenômenos culturais.

No livro *Da minha África e do Brasil que eu vi*, Albano de Neves e Souza, artista plástico português radicado em Angola, diz existir entre os *Mucope*, no sul de Angola, uma dança denominada *N'golo* ou *Dança da Zebra*, que ocorre por ocasião das festas do *Mufico*, rito de puberdade das moças daquela região. O objetivo do *N'golo* é atingir, com o pé, o rosto do adversário. "A luta é ritmada com palmas e quem faz um golpe fora do compasso é desclassificado". O vencedor tem o direito de escolher a sua esposa entre as iniciadas, sem precisar pagar o dote à família da noiva. Ainda no mesmo trabalho Albano afirma: "e aqui estamos na Bahia (...) onde o *N'golo* se tornou uma arte complexa e requintada – a Capoeira de Angola". Ao texto acompanham gravuras do autor, demonstrando as semelhanças entre o *N'golo* e a Capoeira. Em uma carta a Câmara Cascudo, Albano afirma: "o *N'golo* é a Capoeira".

De acordo com Gerd Bornheim, "se existe uma lei histórica, ela está justamente em reconhecer que tudo é histórico, ou seja, tudo é datado, irrepetível, original, único". Reconhecer a Capoeira como mecanismo de continuidade de tradições africanas no Brasil, não implica concebê-la como uma repetição ou um disfarce provisório de algo que já existia. A tentativa de resgatar uma unidade fundamental, ainda que essa unidade seja entendida de forma dinâmica – sujeita a um processo de transformação que a desdobra no tempo – impede que ela se fragmente em multiplicidade efetiva. O novo torna-se, então, previsível e familiar, "diluindo-se em algum *déjà vu*".

Nesse sentido, possuir uma identidade cultural não significa

estar originariamente em contato com uma unidade imutável e atemporal, que liga o passado, o presente e o futuro de maneira linear. Parafraseando Elisa Larkin, "quando se tem por objetivo aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a cultura afro-brasileira, a referência à África não deve ser entendida como volta ao passado, mas como necessidade fundamental para a construção de uma identidade própria".

CAPOEIRA E INSTITUCIONALIZAÇÃO: DA APROPRIAÇÃO À EXCLUSÃO SOCIAL

A Capoeira alcançou os níveis economicamente mais elevados da sociedade. Adentrou escolas, universidades e academias. Está no cinema, nas artes plásticas, na música e literatura, encontrando-se em plena fase de expansão como forma de expressão lúdico-corporal no Brasil e no mundo.

O processo de ascensão social da Capoeira trouxe reconhecimento a uma prática cultural oriunda de um segmento da sociedade historicamente marginalizado e oprimido. O que outrora foi motivo de perseguição dos africanos e seus descendentes no Brasil, tornou-se um eficaz instrumento de ascensão social. A sua prática no nível institucional acabou por se transformar em uma carreira profissional com grandes possibilidades de crescimento sócio-econômico. Além disso, no Brasil, onde os problemas de exclusão social estão diretamente ligados às questões raciais, o potencial pedagógico da Capoeira tem sido reconhecido e amplamente utilizado em trabalhos sociais com o objetivo de recuperar e fortalecer a auto-estima individual e coletiva dos afro-brasileiros.

No entanto, este processo não aconteceu sem a participação das elites dominantes que, ao se apropriarem das manifestações populares, criam medidas que perpetuam a exclusão social.

Em 1º de Setembro de 1998, a aprovação da Lei Federal 9696/98, que regulamenta a profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física (CONFEF/CREF), trouxe implicações expressivas para os capoeiristas. Segundo a



nova Lei, para o indivíduo ensinar Capoeira é preciso ter diploma em Educação Física e Esporte. Ter nível superior passou, então, a ser obrigatório para a administração de aulas de Capoeira em todo e qualquer nível.

Dentro das condições estabelecidas, bastaria possuir a carteira de habilitação profissional para ter o direito legal de atuar profissionalmente como professor de Capoeira. Essas condições não garantem as qualidades e competências específicas para atuação na Capoeira. Com isso, percebe-se uma desvalorização não só do título de Mestre de Capoeira, mas de toda uma tradição de transmissão do conhecimento. Raimundo Mário, o mestre Ministro, acredita que "essa determinação vai extinguir a Capoeira, porque tem a história enraizada na origem de resistência social; tem o blefe, a música e a dança, a relação do aluno com o mestre, que nunca se aprenderá em faculdade".

A comunidade capoeirística,

no entanto, reagiu à altura: tombar a Capoeira como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN. De acordo com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, o Estado não só possui a obrigação de proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, como garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Qualquer norma jurídica que contrarie esses direitos torna-se, dessa maneira, anticonstitucional. No caso da Capoeira – em se tratando de uma manifestação da cultura afro-brasileira e de um bem de natureza imaterial – a fonte desse saber específico se encontra encarnada na figura do próprio Mestre, e não necessariamente no indivíduo graduado em Educação Física. Dessa forma, cabe somente ao próprio cidadão, e não a um Conselho de Educação Física, seja ele Regional ou Federal, a decisão de onde buscar o acesso às fontes de transmissão desse saber.

Além disso, em um país onde

dos 1,4 milhões de estudantes admitidos anualmente em universidades, apenas 3% são afro-descendentes, exigir que um indivíduo possua nível superior para atuar profissionalmente como professor ou Mestre de Capoeira não passa de uma maneira de privar dos benefícios da sua ascensão social aqueles que, por mais de um século, foram perseguidos e punidos pela sua prática.

Nas palavras de Mestre Ministro, os Conselhos Federal e Regional de Educação Física são,

Os novos capitães-do-mato que querem nos furtar a capoeira. Muitos mestres são semi-analfabetos, mas são doutores nessa arte. E se for depender de quem está na faculdade, quem é que vai no gueto, nas favelas, para botar a mão no chão e tirar os meninos da marginalidade através da capoeira? Tem de ser de lá pra fazer isso...

"Graduando em História com Concentração em Patrimônio Cultural pela UCSAL (Ba).



Intelectuais negros e imprensa no Brasil Meridional.

José Antônio dos Santos*

Na década de cinqüenta, o intelectual negro Alberto Guerreiro Ramos dizia: "O negro é povo no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica."¹ Envolvido na ação política do *Teatro Experimental do Negro*, Guerreiro propunha um outro olhar, um ângulo de estudos que visse o negro desde dentro. A imprensa negra é fonte privilegiada para o estudo do pensamento social e político negro brasileiro, uma vez que os jornais foram publicados em várias partes do país e representaram as idéias e aspirações das principais lideranças desse expressivo contingente populacional.

O processo de industrialização e urbanização que se instaura no final do século XIX e início do XX exige, de toda a sociedade brasileira, novas formas de organização. Os trabalhadores descendentes das senzalas que haviam sido os suportes da acumulação primitiva no Rio Grande do Sul, com o início do processo de imigração, em 1824, vão ocupar cada vez mais as bordas do capitalismo emergente. No pós-abolição, o racismo anti-negro foi o componente fundamental da construção da ideologia e cultura gaúchas. O mito construído sobre os imigrantes de origem alemã e italiana, apresentados como dotados de disciplina, iniciativa e amor ao trabalho, descaracterizou ou tornou invisível boa parte da história do africano escravizado. A sociedade gaúcha, influenciada por um imaginário europeu do século XIX, calado sobre uma idéia de raça que acentuava as diferenças entre brancos e negros, estruturou uma hierarquia étnico-racial que reprodu-

ziu e manteve a hierarquia social do período anterior ao longo de todo o século XX.

Nenhum jornal mostrava-se disposto a discutir e informar sobre questões e problemas que diziam respeito aos negros. Além disso, quase todos os grupos étnicos imigrantes dispunham de periódicos próprios e a imprensa operária, da qual a maioria dos negros fazia parte, não demonstrava vontade política para discutir e divulgar as questões relativas aos *homens de cor*. Uma das formas encontradas pelos afro-gaúchos foi a criação de mecanismos de comunicação e resistên-

cia cultural, da mesma maneira que hoje na periferia das grandes cidades criam rádios piratas e expressões culturais como o *funk*, *hip hop*, ou seja, para terem voz corrente, ouvirem a si mesmos, o que fazem e pensam, se informarem e reivindicarem seus direitos.

O primeiro número d'*O Exemplo*, jornal publicado em Porto Alegre, no domingo 11 de dezembro de 1892, trazia definido: *O nosso programa é simples e podemos exararlo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos mediocres conhecimentos*. A referência a *nossa classe* era enten-

dida como a *classe dos homens de cor*, a representação coletiva buscava criar e atribuir uma identidade ao grupo. Espiridião Calisto, um dos 12 fundadores do jornal, barbeiro de profissão, cedeu o seu local de trabalho para o nascimento do periódico. Não é por acaso que o número 247 na Rua dos Andradas, no centro da capital, vinha estampado no jornal como *escriptorio do Director de redacção*. Era local privilegiado de circulação de pessoas e reuniões cotidianas daqueles que se lançaram à faina de construir o *valeroso órgão de imprensa*. Quanto a aperfeiçoar os *nostros mediocres conhecimentos*, adiantavam uma das principais preocupações da *imprensa negra* ao longo de sua história, pelo menos até a década de cinqüenta, que era o problema da falta de instrução. Aqueles que escreveram o editorial d'*O Exemplo* admitiam a sua condição simples e recém-letrada, no que já se destacavam da grande maioria da população negra analfabeta de Porto Alegre. A capital era o local privilegiado da circulação do jornal, que, no tocante às dificuldades no acesso a educação em virtude do preconceito de cor, não era diferente do restante do país.

Calisto, que havia nascido em 1864, escreveu sobre a aula primária na capital proferida por professor público, que separava os negros em um quarto contíguo à sala em que aprendiam os estudantes brancos. O espaço era mal iluminado, o que, segundo ele, *estabelecia o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas publicas*². Este artigo nasceu em meio a uma polêmica com Miguel Cardoso, que também buscava estimular



O EXEMPLO, 1892 - 1893 - EDIÇÃO COMEMORATIVA
Em 1892 o exemplo era um jornal de publicação de 11 de dezembro de 1892 em Porto Alegre. O jornal era publicado em 11 de dezembro de 1892 em Porto Alegre. O jornal era publicado em 11 de dezembro de 1892 em Porto Alegre. O jornal era publicado em 11 de dezembro de 1892 em Porto Alegre.

o meio negro a escolarizar seus filhos, para o qual afirmava a inexistência do *preconceito de raças* na sociedade gaúcha. Enquanto Calisto se utilizava de exemplos mais abrangentes que tipificavam a sociedade como racista, Cardoso citava casos individuais de ascensão social de pessoas negras³. Ao longo do tempo, a opinião esposada por Espiridião parece ter se tornado hegemônica como linha editorial do jornal, não obstante algum debate. Não é à toa que em 1902, quando o semanário faz dez anos de existência, anunciam a fundação de uma escola noturna.

O jornal *A Alvorada* foi fundado em Pelotas no ano de 1907 e funcionou até 1965. É o mais longo da imprensa negra brasileira. Entre os seus fundadores destacamos os nomes dos irmãos Antonio Baobab e Rodolfo Xavier, redatores do semanário. Ao que tudo indica Antonio Baobab foi o inspirador para a fundação do jornal e para a luta empreendida por eles a favor da alfabetização, contra a discriminação racial e por melhores condições de sobrevivência para os trabalhadores pelotenses.

Antonio nasceu escravo e comprou a liberdade no início de 1880. Na década de noventa, trocou o segundo nome de Oliveira para Baobab, substituindo o anti-

go sobrenome que fazia referência a um passado nada olvidável, pois, conforme sabemos, o escravo levava o nome de seu dono. Quando da troca, a referência se fez explícita ao continente de origem de sua família, onde o baobá é árvore sagrada, gigantesca, que reina soberana nas savanas da África. Ele demonstrou consciência de sua ascendência africana e a necessidade de se voltar a ela para obter forças na luta contra o preconceito e a pobreza. A troca de nome deu-se com o amadurecimento intelectual de Baobab, que se alfabetizou logo após ter assumido a condição de livre, pagando professores particulares e estudando à noite no curso de instrução primária da *Biblioteca Pública Pelotense*. Em 1883 aos vinte e cinco anos, juntamente com seu irmão Rodolfo Xavier, que tinha dez anos, ambos foram considerados dois dos sete estudantes mais assíduos e adiantados daquela instituição de ensino, onde receberam menção honrosa⁴.

O domínio do código escrito – saber ler e escrever – permitiu que Baobab, Xavier e Calisto pudessem decifrar suas histórias de vida e reconhecer trajetórias comuns com outros *irmãos de infortúnio*. Com liderança e capacidade de organização, bem como pela circulação e reconhecimento que obtiveram no

meio negro, assumiram e exerceram papéis sociais de dupla militância – líderes dos operários e das suas respectivas comunidades – posições que ocuparam até a morte.

* Mestre em História/RS.

¹ Ramos, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Edição da UFRJ, 1995. p.200

² "Pelo Dever". O Exemplo. Porto Alegre, n. 32, pág. 01 e 02, 1893.

³ A polêmica inicia com três artigos escritos por Miguel Cardoso intitulados Atualidade I, II e III, rebatidos por Calisto em Pelo Dever, reafirmados por Cardoso com Por Coerência e, finalmente, contestado por Calisto em Ainda pelo Dever. O Exemplo, março e abril de 1893. Agradeço o jornal cedido por Oliveira Silveira.

⁴ Correio Mercantil. Pelotas, 10.04.1884



Histórias da Vó Dita

Uma leitura de "Chico Bento", de Maurício de Sousa, desvela um padrão de representação resultante de preconceitos, que invisibilizam ou desqualificam os negros.

Cidinha da Silva*

Adoro ler histórias em quadrinhos. Acho mesmo que meu gosto pela literatura foi despertado por elas e por Monteiro Lobato. Nos dois casos, os olhos da crítica se juntaram aos olhos da diversão, anos depois de terminada a adolescência.

De Monteiro Lobato eu gostava das histórias do reino das águas

claras, da sapiência do Visconde de Sabugosa. O Tio Barnabé também era querido, o "pai João" do Sítio. A Cuca e o Saci eram charmosos. O rinoceronte, o Rabicó e outros bichos, nominados e falantes, me enchiam de alegria e incentivavam minha própria criação de histórias. Da Emília não tenho grandes lem-

branças, mas sei que ela me irritava. Talvez pela excessiva prepotência, pelo jeito desdenhoso de tratar Tia Anastácia.

Nos quadrinhos eu me lançava e lia tudo o que caísse em minhas mãos. Disney, Recruta Zero, Luluzinha, Mafalda, Mulher Maravilha, Homem Aranha e os outros

heróis Marvel. A Turma do Pererê, Riquinho, A Pantera Cor de Rosa, Zé Colméia, Falcão, o herói negro que tinha vida própria ao lado do Capitão América. Devo confessar constrangida que lia também Tarzan e Fantasma. Quando surgiram os heróis tecnológicos, Ex-Men e uma infinidade de outros, eu já

tinha conhecido Machado de Assis e Lima Barreto e esses novos quadrinhos não me encantaram como os anteriores. Ainda menos os Mangás, heróis do terror psicológico japonês, publicados no Brasil recentemente.

Lia também todas as publicações de Maurício de Sousa. Quando descobri Horácio foi amor à primeira vista. Aqueles olhos tristes, a reflexão sobre a existência e as questões centrais para a vida dele: o abandono, a solidão, a solidariedade, a busca de um amor e de amigos. É pena que Maurício produza tão poucas histórias de Horácio. Meu queridíssimo pequeno dinossauro.

Acompanhei com alegria a publicação de Pelezinho, revista de Maurício que homenageava o Rei Pelé e cuja maioria dos personagens era negra. Comprei até a quarta ou quinta edição e durante muitos anos guardei o primeiro volume como uma relíquia. Depois os olhos da crítica entraram em ação e passei a achar estranho que todos os personagens negros do autor estivessem confinados àquela publicação.

Por continuar acompanhando o trabalho de Maurício é que aplaudi em, 2005, a criação de mais dois personagens muito simpáticos: Dorinha, uma deficiente visual, e Da Roda, um cadeirante. No final desse mesmo ano fui à banca de jornais para sapear os quadrinhos novos – costumam sair coletâneas das melhores histórias e sempre se tem a esperança de encontrar algo do Horácio. Aliás, está na hora, pois a única coletânea do verdinho saiu em 1993. Como não havia a surpresa esperada, me interessei por um volume de Chico Bento, composto pelas melhores histórias da Vó Dita, a avó dele. Uma velhinha carinhosa e sábia, mas durona quando necessário.

Nem mesmo no início da leitura consegui me divertir, pois, de cara, na primeira história, aparecem 10 silhuetas identificáveis de meninos que oferecem dotes à menina rica, personagem central e objeto do desejo deles, e não há sequer um negro. Coitado de Juninho, que se acha tão galante. Na segunda, a mesma coisa. Chico queima a língua com o café espumante da Vó Dita e sofre uma série de contratempos até chegar ao hospital. À



mercê da falta de sorte ele empurra Rosinha – eterna namorada – para uma poça de lama e ainda lhe mostra a língua, que por estar queimada não se continha dentro da boca. Ela acha que é deboche e está armada a confusão. Aparecem o frei, dois médicos e uma enfermeira. Todos brancos.

A quinta história, intitulada "mentir não é fácil", acompanha a vida de Tertuliano, um mentiroso contumaz. Além dele, branco, tem Astolfo, professor e amigo da família. Aparecem também diversos colegas de escola de Tertuliano numa sequência de três quadrinhos. Todos os figurantes são brancos. Ora bolas, por que não existem negros nem entre os personagens indiretamente envolvidos na trama central?

Contei as histórias: 25. Contei

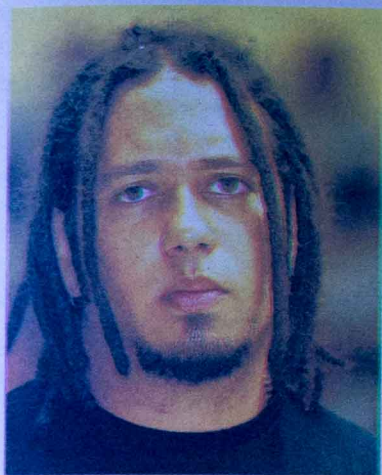
as essencialmente familiares: 12. Considerei como tais aquelas em que, além da família de Chico, figuram apenas os personagens clássicos de sua turma: o Nhô Lau, a Rosinha, o Zé Lelé, a professora da escola, o Frei e mais dois ou três coadjuvantes. Nessas relevei a ausência de qualquer personagem negro, pois, na gênese, o núcleo familiar de Chico é branco. Mas não pude deixar de reparar que em três das 25 histórias aparecem personagens orientais. Pareceu-me então que há preocupação em representar um certo tipo de diversidade ou pelo menos retratar um certo tipo de rosto comum na paisagem rural de São Paulo. Mas será que existem mais orientais do que negros no interior do Estado e por isso eles merecem algum destaque?

Para não dizer que os negros não aparecem, lá pela nona história, "O homem que enganou o diabo", há um negro como personagem principal – o diabo, o coisa-ruim. Na história 12, aparece o segundo personagem negro da revista, o lobisomem. Há também o Saci (genuinamente negro), a Mula-sem-cabeça (cinza) e o Curupira (negro-indígena).

Quando pensei que já tinha visto tudo em termos de ausência do negro ou presença desqualificada, a história 16, "quando o violeiro toca", me estremeceu. Nos rostos bem visíveis da multidão que assiste ao primeiro show do violeiro (branco), cerca de 10 pessoas podem ser identificadas e apenas uma não é branca. O professor de música é branco. Dentre a multidão que ouve o violeiro criança tocar, há 14 rostos bem definidos, todos brancos. Em outra multidão que assiste ao segundo show do violeiro adulto, contei 9 rostos nítidos, todos brancos. Jarbas, o segurança, é branco. Há 6 fãs que correm tresloucadas atrás do galã. Todas brancas. Um dia aparece o cramunhão (diabo) para cobrar a dívida do pacto firmado para que o violeiro se tornasse um exímio tocador. Não se pode dizer que ele é negro, mas é uma silhueta escura. O violeiro foge pela janela e quem o ampara? A enorme e protetora mão branca de Deus. Uma mão muito interessante, pois tem unhas grandes, podendo ser de um violeiro do bem ou de uma Deusa.

Naquela altura me cansei. Deixei a revista de lado e só consegui retomar a leitura, que continuou frustrante, depois de alguns dias. Quando contei este meu périplo dos quadrinhos em sala de aula, para uma turma de professoras, uma delas comentou que para publicar as histórias de Mônica na China, Maurício teve de fazê-la parar de bater em Cebolinha com o seu inseparável coelho azul. Por motivos óbvios, não é? A mulher-menina naquela sociedade não pode ser incentivada a bater, deve continuar apanhando. Qual será a pedra de toque para que Maurício inclua personagens negros nas suas histórias em quadrinhos no Brasil? Talvez o sucesso de Ronaldinho Gaúcho entre as crianças. Um novo Pelezinho, mesmo que integrado à turma da Mônica.

***Diretora do Instituto Kuanza.**



Maria Mazzarello - MAZZA. A mulher e a editora vitoriosa

Com um trabalho de resistência, há 25 anos editora belo-horizontina valoriza a produção intelectual do negro brasileiro

George Cardoso*

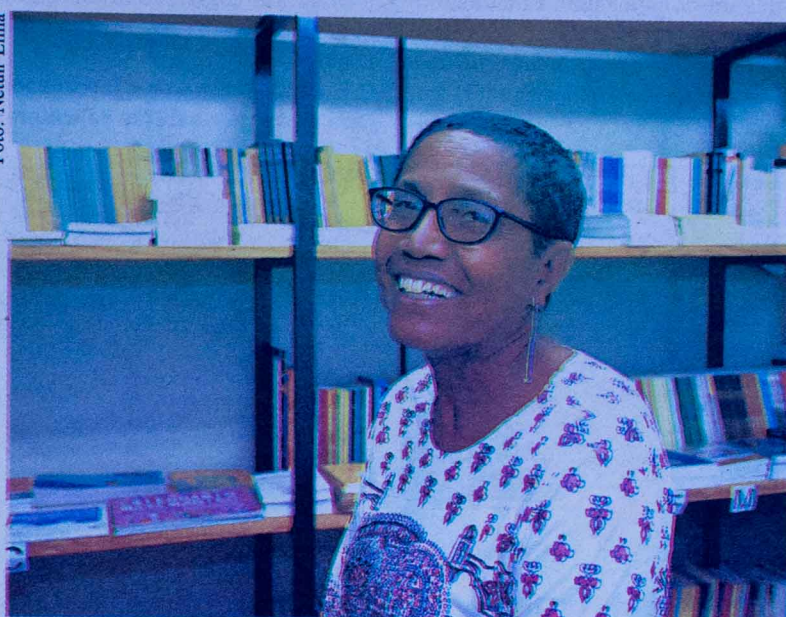
No bairro Pompéia, em Belo Horizonte, há uma empresa responsável pela edição de livros que valorizam a cultura afro-brasileira e a produção intelectual afro-descendente. Chegando ao número 101 da Rua Bragança, um casarão de dois andares, fomos recebidos por uma senhora de 65 anos, franzina e serena. Trata-se de Maria Mazzarello, responsável pela criação da Mazza Edições, editora dedicada ao crescente mercado étnico-cultural e que completou, em maio de 2006, 25 anos de atividade, com mais de 500 títulos publicados, entre livros de ensaios sociológicos e antropológicos, contos, poesia e obras didáticas.

O Começo

O desejo de divulgar a produção intelectual dos negros despertou em Maria Mazzarello numa época em que ela se encontrava fora do Brasil, na Europa. Ela conta que nos anos 60 começou a trabalhar na área de edição de livros, através da experiência de pequenas, mas importantes, editoras que existiram em Belo Horizonte. "Nesta época, quando ajudava na Livraria e Editora do Estudante, recordo-me que Chico Buarque lançou o 'Pedro Pedreiro'. Ficava na rua Tupis, nº 85, e foi fechada pela ditadura. Tempos duros", relata Maria Mazzarello.

Após o fechamento da Livraria e Editora do Estudante, Mazza, como é chamada normalmente por todos, se juntou a um grupo de pessoas ligadas à universidade federal, sendo que muitos tinham sofrido com os rigores da ditadura. A nova proposta era abrir uma editora que veiculasse idéias novas, trabalhasse com material didático, principalmente na área universitária. Assim surgiu a

Foto: Netun Lima



editora Vega. "Vega é uma estrela em direção à qual o sistema solar caminha", explica. "Quem criou a logomarca da Vega foi um cidadão que na época a gente chamava de Henriquinho, que tinha 18 anos, e que depois, Brasil afora, ficou conhecido como Henfil. O primeiro livro dele, 'Hiroxima, Meu Humor' quem publicou foi a gente".

Segundo Mazza, a Vega lutou para sobreviver por cerca de dez anos, até 1978: "sempre inovando, contestando, com problemas com os militares, e por isso muito visada. Um dos mentores da editora foi Edgar da Mata Machado (advogado, jurista e deputado), que era pai de José Carlos da Mata Machado, morto pela ditadura militar. A gente tinha um material muito bom, mas não conseguia vender, pois nossos livros se encontravam no *Índex* da censura do governo", relembra Mazza

Em 1978, após a editora Vega ter sido passada para um grupo de pessoas que mais tarde teriam participação destacada na criação do Partido dos Trabalhadores, Mazza, com uma bolsa do MEC, foi fazer mestrado de Editoração e Comunicação Visual no exterior, dois meses após a morte de sua mãe. "Eu já vinha pleiteando a bolsa há muito tempo, queria fazer o mestrado na Espanha. Acabei cursando na França, por dois anos, na Universidade Paris 13, que era a única universidade socialista da França. Era uma universidade que ficava no subúrbio, estudávamos em horário integral".

A partir daí, segundo ela, sua vida mudou. Para quem trabalhava desde os quatro anos de idade, olhando crianças e vendendo ovo e verdura na cidade natal, estudar na Europa era um privilégio reservado a poucos. "Minha cida-

de, Ponte Nova, era uma cidade escravocrata, onde se cultivava café, cana de açúcar e muito preconceito. Eu, de repente, com 38 anos, estava estudando em Paris, com uma bolsa do MEC de US\$ 250. Outros bolsistas ganhavam US\$ 500, US\$ 800... Mas pra mim US\$ 250 era uma benção, e eu estudava mesmo e observava".

Nas férias, Mazza aproveitava para conhecer Alemanha, Espanha, Itália – e fazer pesquisa editorial. "Da Europa eu observava também melhor a cobertura política dos países do Terceiro Mundo. Aí comecei a sentir a explosão da questão da negritude no Brasil, comecei a acompanhar melhor os movimentos negros, principalmente a criação do MNU. Numa das minhas viagens na época, conheci o primeiro negro africano na minha vida, justamente na Europa. Fiquei impressionada. Eram negros de diversos países e etnias, intelectualizados demais, filhos de certa elite africana que iam estudar na Europa. Assim, tomei conhecimento com uma África que eu desconhecía no Brasil".

Após fazer um breve estágio pela Unesco em Guiné-Bissau, Mazza decide que seu projeto de conclusão do mestrado seria a criação de uma coleção que fosse capaz de recontar com fidelidade a verdadeira história do negro no Brasil. "Nesta altura, eu tinha de voltar e havia alguns convites para trabalhar em editoras de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas recusei e pensei que, entendendo de gráfica e de editora, poderia abrir um negócio no qual pudesse investir na edição de livros que tratassem de questões relacio-

nadas aos negros.

Persistência e visão empresarial

Para montar a nova editora – no mesmo espaço onde atualmente funciona a Mazza Edições –, ela contou com a ajuda de alguns amigos para comprar uma máquina de composição e iniciar os trabalhos. “Estas pessoas não concordavam com as questões da Negritude, mas acreditavam e confiavam em mim”. Assim, com a máquina de composição e uma máquina de impressão bem desgastada, manual, comprada dos salesianos, estava pronta pra começar a coleção *Essa História Eu Não Conhecia*.

“Comecei a procurar os intelectuais negros para escreverem os textos dos livros. Foi aí que me dei mal, pois textos grandes eles não tinham problemas para escrever, mas um texto condensado, simplificado, um texto que qualquer pessoa compreendesse era difícil encontrar alguém capaz de redigir. Certo dia, alguém chegou com um texto mimeografado chamado ‘A Escravidão no Brasil’, de Maria Raimunda, uma professora de escola pública do Maranhão, que, diziam, com aquele livrinho fazia um furor e foi perseguida demais. Encontramos essa mulher, pedimos a autorização dela e lançamos o primeiro número”. Foram cinco edições. Depois dele, outros três seriam editados, incluindo um sobre a Mulher Negra e outro sobre Zumbi dos Palmares.

A partir daí, surgia em Belo Horizonte, em 1981, a Mazza Edições. Porém, as dificuldades de se prender a um ideal, sendo uma empreendedora independente, fizeram com que a editora se abrisse a outros tipos de publicação para poder manter-se no mercado. “Aos poucos, percebi que não poderia apenas publicar a Negritude, pois não conseguiria manter a editora. O próprio Movimento Negro falava que não podia pagar o meu trabalho. Eu brigava com todos eles, mas todos me respeitavam. E, muitas vezes, acabava o material sendo feito por mim. Para não fechar, tive de fazer outras coisas. Um dia, uma amiga minha da biblioteca comunitária me disse: ‘Ô, Mazza, tem um filho dum amigo que é poeta, o Álvaro Andrade Garcia. Ele ‘tá com

um livro pronto, você não quer fazer o livro dele não? Ele pode pagar, fez um primeiro livro que não ficou bom’. Então, fiz o livro do Álvaro. A partir daí, a poetada toda passou a procurar a Mazza Edições para publicar. E eu salvei a editora e pude também continuar a publicar a Negritude”.

Com a editora assegurada, a consolidação no mercado era uma via natural, até quando começaram a chegar os autores que hoje são renomados. “Um dia, me telefona o Cuti, de São Paulo, antes da existência da Quilombohoje, encomendou uns folhetos para o movimento de lá. Depois apareceu o Edimilson (de Almeida Pereira) com a Núbia (Pereira de Magalhães Gomes) trazendo um livro que eles tinham fei-

com sua trajetória visionária e de resistência, passou a ter a possibilidade de atingir novos públicos. “Com a aprovação dessa lei, e a valorização e o resgate da memória africana e afro-brasileira, uma luta de que eu já participava há mais de 20 anos, é que a situação melhorou um pouco para a editora. Passamos a vender mais livros para as escolas. Conseguimos vender um livro para o Ministério da Educação. Dos 25 livros que apresentei, um foi escolhido pelo ministério. A situação melhorou tanto que pude até abrir uma fundação, onde hoje oferecemos para a comunidade um curso pré-vestibular e outro de informática”.

Considerando-se já cansada para prosseguir à frente da editora,

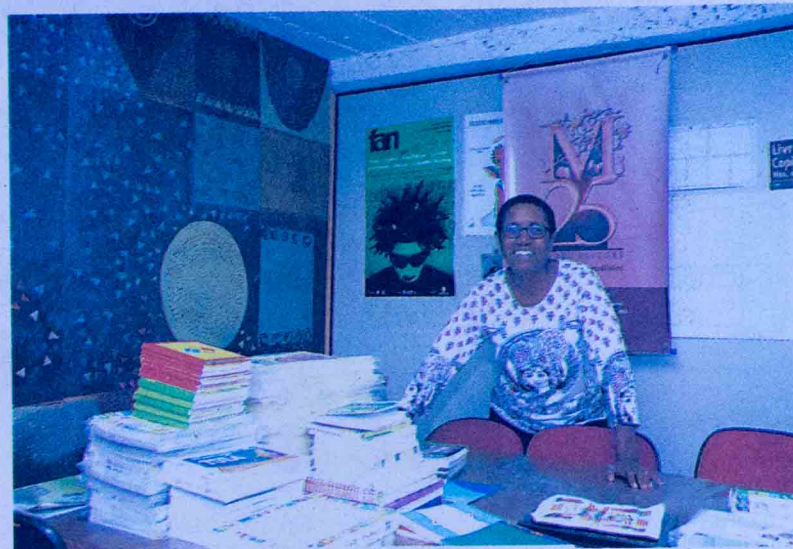


Foto: Netun Lima

to, chamado ‘Assim se Benze em Minas Gerais’, mas que a Universidade de Juiz de Fora não deu conta de fazer. Foi aí que começou uma parceria com o Edimilson que, pra mim, é *ad infinitum*.”

Em 2003, o presidente Lula sancionou a Lei 10.639, que determina a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino médio e fundamental, o que provocou uma correção muito grande de diversas editoras para lançar livros sobre a temática no mercado. Sendo uma exceção – positiva – no mercado editorial brasileiro, a Mazza Edições,

Mazza tem a certeza de que seu trabalho não foi em vão e que os frutos estão amadurecendo, com crescente participação. “Acho que a verdadeira história do negro no Brasil tem de ser melhor conhecida, assimilada e conscientizada. É uma grande falha nossa, enquanto brasileiros, não termos consciência de que a África é mui-

to do que somos e herdamos. Não temos consciência da resistência de diferentes povos para nos deixar um legado muito grande de herança, que não é só o futebol, o samba e o

carnaval.

25 Anos com Novas Coleções

No ano em que completa um quarto de século de atuação no mercado editorial, a Mazza Edições lançou, durante a Semana Cultural do Senegal, em Belo Horizonte, no mês de maio, em evento promovido pela editora e pelo Centro Cultural Casa África, duas novas coleções: a **Griot Mirim** e **Olerê**. São livros destinados às crianças que estão no início da alfabetização. Da coleção Griot Mirim serão lançados os livros “Meninas Negras” e “Koumba e o Tambor Diambê”, de autoria de Madu Costa, e “Que Cor É a Minha Cor”, de Martha Rodrigues.

Já a Olerê é coordenada pelo escritor, poeta e antropólogo Edimilson de Almeida Pereira, que abre a coleção com o livro “O Congado para Crianças”. Desde 1988, Edimilson vem publicando grande parte de sua obra com a Mazza Edições, entre livros de ensaio, poesia e infantis. “O coração de minha obra circula a partir da Mazza Edições. Em termos de repercussão, eu tenho com a Mazza uma dívida impagável. O primeiro livro publicado foi o “Assim se Benze em Minas Gerais”, e ela apostou desde o início, e de lá para cá não paramos mais. A preocupação da editora nunca foi de fazer *best seller*, mas de publicar obras de estudos. A Mazza tem uma posição extraordinária, pelo fato de ser mulher, num mercado patriarcal. É uma editora que não só seleciona o material, mas preocupa-se em destacar os temas relacionados à cultura afro-brasileira. Assim, ela entendeu muito cedo que publicar a cultura afro-descendente no Brasil é publicar a cultura brasileira”, acredita Edimilson de Almeida Pereira.

Além destas coleções, para celebrar a data, a editora publica ainda os livros “Becos da Memória”, romance da mineira Conceição Evaristo”, o infantil “A Fuzarca de Noé”, de Ronaldo Simões Coelho, e o “Livro do Professor”, de Mara Catarina Evaristo.

***Jornalista, é pós-graduando em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pela PUC Minas e diretor de Comunicação do Centro Cultural Casa África (Belo Horizonte/MG).**

**MAZZA
EDIÇÕES**



Cabeça Feita: arte negra nos palcos do Brasil

Isabel Clavelin*

Mostra teatral em Brasília. Na platéia *cult*, formada por universitários e ativistas culturais, um destaque: cores, cabelos afros e uma alegria que se destaca no *foyer* do Teatro da Caixa. São jovens negros, muitos deles estudantes da Universidade de Brasília – beneficiados pelo sistema de reserva de vagas, as chamadas cotas raciais. Numa rápida reflexão, percebe-se o quanto as políticas de ação afirmativa ampliam a vida, gerando uma presença negra em áreas sociais pouco exploradas.

Rapidamente, a porta do teatro é aberta. O público entra. Tocam os três sinais de aviso, antecedendo o início do primeiro espetáculo. Luzes apagadas e silêncio. Em cena, lençóis brancos, três corpos deitados no chão e um jarro de barro. A menina levanta para tomar um copo d'água. Passados alguns minutos, a pequena volta a dormir. No quarto ao lado, os corpos separados se juntam violentamente, movidos por um animalesco desejo masculino e um pranto que corta o silêncio da noite. O primeiro ato revela uma realidade que assola as mulheres: a violência sexual.

A intensidade do texto "Estátuas de Sal" é sentida visceralmente pelo público, assombrado por uma cena que se repete diariamente em muitos lares brasileiros. Mulheres violentadas, tendo como cúmplice o silêncio e um ciclo de tortura difícil de ser rompido. Nessa entrevista com o grupo de teatro negro *Cabeça Feita*, no Teatro Nacional, em Brasília, descobrimos a criatividade da companhia que transita pela criação de roteiro, direção e interpretação, recitais, monólogos, e já montou espetáculos em Angola.

Ìrohìn - As peças apresentadas pelo grupo evidenciam o universo negro. Como vocês percebem a reação do público?

Foto: Daniel Cardoso



Cristiane Sobral – Estamos juntos há sete anos. Não fazemos apenas espetáculos negros, porque temos a proposta de negros em cena para mostrar que podemos fazer quaisquer personagens. De qualquer maneira, nossa forma de fazer é diferenciada. Tem uma caracterização de interpretação diferente do ator negro. Pesquisamos dramaturgia, quase todos os textos que montamos foram com textos nossos. Mesmo não falando da negritude – não era a proposta de "Estátuas de Sal" –, acabamos personalizando nossas coisas quando nos reafirmamos como artistas e como pessoas. Nem tem como a gente se esconder numa outra cara que não seja a nossa. Montamos também uma peça chamada "Doutora Cida", patrocinada pelo Ministério da Saúde, em que a protagonista era uma médica, evidenciando que podemos fazer qualquer personagem.

Edson Duavy – "Estátuas de Sal" tem um caráter de inovação dentro da trajetória do *Cabeça Feita*. Tivemos um período de imersão. Nesse espetáculo, surpreendemos até mesmo quem já conhecia a lin-

guagem do grupo. Também compreendemos, quando fomos a Angola, que não precisamos ficar todo o instante afirmando que somos negros, porque em cena já somos isso. Lá nos perguntavam por que fazíamos isso? Em "Estátuas de Sal" começa tudo branco. De repente, diante daquela brancura começam a surgir corpos negros. Na maioria de nossos trabalhos, falávamos muito. Foi uma fase e percebemos que tínhamos de construir uma outra forma de representação.

Ìrohìn - A mudança discursiva provocou alterações na interpretação e escolha dos textos. Quais os critérios para escolha dos roteiros?

Cristiane Sobral – Temos nosso lado discursivo bastante afluído, por isso estamos desenvolvendo o campo das sensações. Descobrimos isso no contato com o público, porque o teatro tem a tríade ator-texto-público. Quando colocamos nosso espetáculo "na roda", percebemos o que ele provoca e o que o público nos devolve.

Zizi Antunes – Quando ficamos no discurso, já damos a resposta para o público. Quase o molde do que seria ideal. Agora queremos oferecer o questionamento, fazendo com que o público raciocine e chegue a suas próprias conclusões. Era todo mundo dando a fórmula. Isso parece dar frutos notórios, no sentido de se buscar a brasilidade e a negritude nas pessoas. Para que elas se identifiquem e se questionem.

Juju Luiz – Em Angola, encenamos "Amor". A peça, escrita por Cristiane Sobral e Dojival Vieira, tem poemas pesados em relação à negritude, exploração sexual, racismo e a relação com brancos. A história é sobre encontros e desencontros na relação entre homem e mulher, surgindo como questionamento a própria identidade após o término do relacionamento. Lá, nos questionaram os motivos daqueles conflitos porque é próprio da realidade brasileira.

Cristiane Sobral – Chegou um determinado momento em que percebemos que não bastava fazer um teatro negro, na medida em que não questionávamos a negritude de cada um. Se já havia ocorrido esse reencontro de você com você mesmo. Será que eu já me toquei que sou negro? Ou vou levando ... Será que já passei pelo momento verdade? No dia que descobrimos, dá vontade de chorar, chorar, chorar e aí depois tomar consciência e transformar. Mas existe esse momento e não é algo que dá para passar por cima. Não é o fato de ser negro que significa que você fará um teatro negro, como identificamos em várias pessoas que trabalham e não têm uma proposta de que teatro negro é esse. Que linguagem se quer propor? De que forma os personagens serão abordados? Que personagens se vai procurar construir? A

invisibilidade é o que está sendo questionado. O *feed-back* (retorno) que tivemos na Mostra de Teatro Galpão de um dos organizadores é o de que perceberam o quanto a nossa sociedade invisibiliza os negros, ou seja, não estamos onde deveríamos estar. Tivemos uma fase de estudo de autores e peças negras para que pudéssemos ter uma base melhor. Mesmo que não estejamos tratando do tema, é preciso que esteja na identidade de cada um.

Ìrohìn-Como o *Cabeça Feita* interagiu com os grupos culturais angolanos?

Juju Luiz – Antes do espetáculo, fizemos uma palestra e contamos nossa experiência porque o modelo utilizado lá é diferente do brasileiro.

Edson Duavy – A referência do teatro angolano é Portugal, país com pouca inovação teatral. Por isso, trabalham o teatro clássico. Quando nos apresentamos, o público se surpreendeu porque usamos recursos cênicos, como o ator de costas para a platéia, que são desconhecidos pela maioria. Cenas fora do palco, interação com o público, poucos atores na peça... Notamos uma admiração pela obra de Plínio Marcos. Tivemos contato com Mestre Capela, um dos maiores artistas plásticos do país. Ficamos uma semana em Angola, mas conhecemos pouco a realidade de lá. Nossa agenda ficou restrita aos compromissos oficiais. Algumas vezes, conseguimos fugir das formalidades. Demos entrevista para uma rádio, dentro de um contêiner de navio, em que a maioria das pessoas foram ameaçadas de morte na época da independência.

Cristiane Sobral – Também reinauguramos um teatro, fechado há 28 anos, tendo uma média de público de 800 pessoas por apresentação, nas três que fizemos.

Juju Luiz – Fomos prestigiados pelo ministro da Cultura e tivemos anúncios em *outdoors* e cartazes espalhados pela capital. Vimos também que o Brasil é muito mais negro do que pensamos.

Cristiane Sobral – Mais do que a pompa, nos emocionamos com o interesse que os angolanos têm pelo teatro. Só Luanda, capital angolana, tem mais de 400 grupos de teatro. Agora estão num busca



Foto: Daniel Cardoso



Juju Luiz, Edson Duavy, Cristiane Sobral, Nei Siqueira, Thiago Jorge, Zizi Antunes

de renovação que retrate a tradição do país.

Nei Siqueira – O grande aprendizado dessa viagem é que tínhamos uma idéia do que é ser negro e uma discussão sobre como trabalharíamos a nossa negritude em cena. Os questionamentos do povo angolano em relação à afirmação veemente em cena, fizeram com que a gente revisse nossa atuação. E aí paramos tudo para estudar, por seis meses, em conjunto. E como falar em ser negro num país em que a mistura é tão grande e fica mais fácil em optar por ser branco?

Cristiane Sobral – Precisamos ir a Angola para afirmar nossa identidade afro-brasileira. Porque há diferenças na diáspora e temos que assumir o que é pertinente à negritude brasileira. E não é de

gueto que falamos. Queremos nosso espaço, porque ninguém questiona nos grupos brancos o fato de que só há atores brancos.

Ìrohìn -Vocês acompanham os trabalhos de outros grupos negros?

Zizi Antunes – Queremos abrir espaço para atores negros em Brasília. Hoje, no *Cabeça Feita*, temos crescido coletiva e individualmente. Estamos também atuando também com outros grupos.

Nei Siqueira – Em Brasília, conhecemos grupos de dança afro. Nossa referência é o Teatro Experimental do Negro. No cenário nacional, conhecemos o trabalho do Caixa Preta, Companhia dos Comuns, Bando de Teatro Olodum.

Cristiane Sobral –No Fórum de Performance, mapeamos 44 grupos e companhias de dança negra no Brasil. Estamos em contato com todo esse pessoal. Vamos participar da segunda edição do evento, que acontecerá em julho, em Salvador. O primeiro se propôs a discutir a política para manutenção dos grupos e o segundo, a linguagem como um todo. Montamos ciclos de leitura com autores negros como Cuti e Abdias do Nascimento.

Ìrohìn - Atores negros em produções, digamos, não focadas na temática racial. Há alguma diferença no tratamento para atuação e desenvolvimento de personagens?

Thiago Jorge – Queria trabalhar a temática do negro e não encontrava grupos. Participei de montagens com o MST (Movimento dos Sem-Terra). Fiz peças infantis e os personagens que recebia eram estereotipados ou exóticos. Um dia, quando decidi sair do grupo, a diretora disse: "O que esse neguinho pensa que é?". Percebo também que os outros grupos desconsideram a temática negra e o negro em cena.

Cristiane Sobral – Procuramos fazer com excelência tudo o que diz respeito ao teatro e ter conhecimento sobre a linguagem artística.

Zizi Antunes – Sempre temos que sobressair, ganhar destaque, e isso não é diferente no teatro. Para que as pessoas se desloquem de suas casa para assistir a uma peça negra ou a um grupo negro, é preciso ser muito bom, diferente do que é exigido para os outros grupos.

Edson Duavy – Os personagens que fiz poderiam ser interpretados por qualquer pessoa. Já vivi personagens ridículos e o artista negro tem que saber que ele pode fazer, se é esse o seu desejo. O problema é quando só se tem a opção de fazer isso. Quando somos obrigados nos questionam, quando escolhemos também há questionamento. Por exemplo, fiz um personagem que morria em cena. Algumas pessoas pensaram que ele morria porque era negro. Mas deveria morrer, independente da cor do ator. O teatro trabalha com a subjetividade e temos que ter consciência disso também. Mas não podemos ignorar que a cor de nossa pele cria significados e eles são interpretados dentro de um contexto.



Bakulo - os bem lembrados

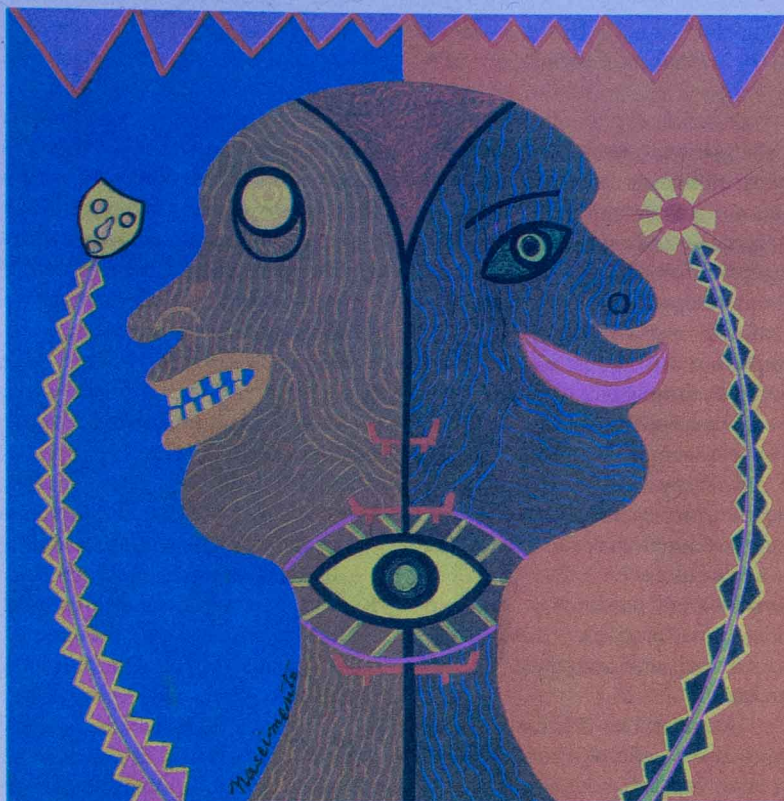
Em uma rápida temporada de três dias, a Cia. Dos Comuns passou por Brasília (5, 6 e 7 de maio, Sala Martins Penna), com um texto que surpreende e emociona.

Maria de Lourdes Teodoro*

A *Companhia* reúne um grupo de atrizes e atores negros, cariocas, com alguma exceção, mobilizados pelo ator e diretor Hilton Cobra para a produção de um teatro negro contemporâneo, cujo itinerário seria marcado por uma estética comprometida com valores culturais afro-brasileiros e de origem africana. Sua história começa em 2001 quando o grupo realiza um *workshop*, que denominou "Oficinas paralelas", das quais surgiria o elenco, a equipe técnica e a própria *Companhia*. No mesmo ano, a realização de um seminário sobre a presença do negro no teatro brasileiro, introduziu uma particularidade desse grupo: as peças encenadas, até aqui, são fruto de dedicada pesquisa, discussão, reflexão e construção coletiva, daí talvez a harmonia da obra.

Com a *Cia. Dos Comuns*, há uma mudança de registro e de foco do "teatro negro": a rica linguagem cênica sustenta um discurso forte, corajoso. O negro pensa, reflete, olha para dentro de si mesmo e para o Outro, o mais próximo e o mais distante (o próprio negro e o branco). Mostra o ser negro como polêmica. Deixa entrever que é ao "escapar" da exclusão social, cultural, artística que o negro é confrontado com o seu des-ser. A *Cia dos Comuns*, foge à tradição que mostra o negro em cena de modo a não assustar: canta, dança, rebola e sofre.

A vida da companhia começa com uma trilogia: *A roda do mundo* tem no jogo de capoeira o fio que tece situações de "esperança, fé, corrupção, trabalho, marginalidade e preconceito", inaugurando uma nova estética. *Candaces a reconstrução do fogo*, história de mulheres guerreiras, que viveram antes da era cristã, no Império de Méroe, vem contar o dia a dia de mulheres negras brasileiras, fortalecidas no conhecimento do seu passado: elas



O Presente Eterno (Buffalo, 1975). Acrílico sobre tela, 51 x 51.

trazem sua contribuição política, cultural, social, científica. *Candaces* recebeu o *Prêmio Shell/2003* de "Melhor Música" e ainda a indicação em três outras categorias: Direção, Figurino e Especial/Coreografia. Foi cotado pela imprensa entre os 10 melhores espetáculos de 2003. Encerrando a trilogia, *Bakulo, os bem lembrados*.

Em *Bakulo, os bem lembrados*, o texto encontra no cenário, na música, no figurino, na direção cênica, na performance de cada atriz e de cada ator, aquilo que lhe dá dimensão artística e possibilidade de chegar ao espectador como emoção, como *insight*, como interrogação ou ainda, de forma cômica ou trágica. Paradoxal por essência, ele tem ambigüidades, ambivalências e paixões, enfim essas polaridades que marcam e, às vezes, tiram o sossego de nossa condição humana. Ele exorciza inúmeras

formas possíveis do paradoxal, do estranho, do extraordinário. Paradoxos no sentido filosófico existencial: "argumento chocante e inusitado por refletir o absurdo em que está imersa a existência humana". Para ficar em um só exemplo, a cena de "inclusão digital" em *Bakulo - os bem lembrados*, é uma analogia bem realizada de tantas cerimônias onde a possibilidade de produção científica dos negros é transformada pelo clima. Um exemplo: vestidos como uma corte africana ancestral, vindos da Bahia, mulheres e homens negros lotam o palácio presidencial ao lançarem programa de ciência e tecnologia voltado para a "população negra": uma forma de surrealismo democrático. Um outro exemplo: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial* (São Paulo, 1996) é lançado em Brasília, em um cenário onde Mães e Pais de Orixás e meninas vestidas de

Yô, com oferendas e Folhas decorativas, sentam-se no chão aos pés.... da mesa do autor e demais celebridades. Onde o negro disser ciência ou arte, parece que o branco tem que dizer: é folclore. Onde o negro fizer folclore, só o branco poderá vir fazer ciência ou arte. *Bakulo - os bem lembrados* mostra, com humor sardônico, entre outras coisas, essas dicotomias dos sentidos. Realidade que começa, apenas, a se transformar com produções como o próprio texto fundador de *Bakulo*, *Por uma outra globalização* do grande geógrafo Milton Santos e toda uma produção intelectual de autores negros, parcamente citados por uns e outros. Nenhum momento nos é indiferente em *Bakulo - os bem lembrados*. Ressalte-se a importância da iluminação para as transformações do cenário e valorização do ato cênico.

***Poeta, ensaísta, professora aposentada no Instituto de Artes da Universidade de Brasília-UnB.**

Elenco: Atores/Personagens: Cridemar Aquino (Vadiagem), Débora Almeida (Walkíria), Fábio Negret (Ti), Gustavo Mello (Galdino), Hilton Cobra (Ernesto), Rodrigo dos Santos (Supermente Black), Tatiana Tibúrcio (C.G.), Valéria Mona(Bibi), Vânia Massari(Miúda). **Músicos/Instrumentos:** Alanzinho Rocha (Cavaquinho), Filipe Juliano(Flauta), Frida Maurine (Violino), Gláucia Brum (Viola), Rocino (Violão e Sax). **Ficha Técnica:** Direção da Cia.: Hilton Cobra. Texto: Marcio Meirelles, com a colaboração de Gustavo Mello, Felipe Koury e elenco da Cia. dos Comuns. Encenação do espetáculo: Márcio Meirelles. Assistente de Direção: Felipe Koury. Desenho de Luz: Jorginho de Carvalho. Figurinos: Biza Vianna. Cenário: Márcio Meirelles. Coreografia: Zebrinha. Direção Musical: Jarbas Bittencourt. Assistente de Direção Musical: Alanzinho Rocha. Assistente de Coreografia: Denis Gonçalves. Design Gráfico: Bob Siqueira e Luís Carlos Gá. Assessoria de Imprensa: Márcia Vilela/Target Assessoria de Comunicação. Direção de Produção: Tânia Rocha/Rocha Produções.



O Português (Africano) do Brasil

O trabalho pioneiro de Yeda Pessoa de Castro aponta para os fenômenos que estão na gênese da língua materna dos brasileiros

Péricles Cunha*

A Secretaria Municipal de Educação de Salvador (BA) distribuiu, em sua rede de ensino, uma publicação (12p.) de autoria da Profa. Yeda Pessoa de Castro, acerca da influência das línguas africanas no português brasileiro (PB) (1). A iniciativa está relacionada à implementação da Lei 10.639/03, que impôs o tratamento de assuntos africanos, ou afro-brasileiros, nos Ensinos Fundamental e Médio.

Como sabemos todos, a carência brasileira de material referente a esses assuntos (e, ainda mais, que sirva de base para os trabalhos dos professores em sala de aula) é quase total. Evidente reflexo da falta de pesquisa brasileira nesta área tão importante para o reconhecimento de nossa identidade e o desenvolvimento de nossa cidadania. Só não é mesmo total, esta carência, devido justamente ao trabalho da Profa. Yeda Pessoa de Castro que, desde o final da década de sessenta, vem se debruçando sobre esses assuntos, enfrentando toda ordem de dificuldades reais e empecilhos artificialmente criados, para revisar o que já era dado como resolvido e assentado desde os anos 30. Ou seja, a contribuição africana ao PB estaria reduzida a uma palavrinha aqui, outras acolá, umas expressõeszinhas curiosas, umas simplificações sintáticas preguiçosas...

Todas essas influências nefastas seriam o resultado da má aprendizagem dessa 'virginal' língua portuguesa por negros – 'boçais' e 'ladinos' –, a escravaria sem língua, costumes, portanto, sem cultura e história e, quem sabe, até mesmo longe ainda de alcançar um estágio de mínima humanidade, se é que me faça entender.

Essa banalização operada pela

"inteligentzia" de então provocou, a partir dos anos sessenta, uma reação em intelectuais mais avisados. Assim é que a Profa. Nadja Andrade, em comunicação apresentada na X Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, em 1976 (2), registra o fato de estudiosos brasileiros da linguagem, ao se referirem a aspectos do PB, relacionados à presença africana no Brasil, defenderem o que chama de uma 'temática' configurada em 'clichês' e explicitada por uma 'terminologia', de 'transparente etnocentrismo'. Estas, temática e terminologia, por força de sua repetição (uma 'pregação', dizia) fundavam a base para uma política da 'fala' no Brasil.

A influência africana era vista por esses estudiosos como "insólita", já que, ao se tocar nesse assunto, logo surgiam questões tais como: não seria indígena?, não seria derivada própria à România?, não estaria documentada em fases anteriores da língua portuguesa?, não seria uma conservação brasileira de um quinhentismo já desaparecido em Portugal?

Além disso, ante as evidências de influência africana em determinados itens, prestamente surgiam as explicações: são exemplos de um português 'estropiado' (pelos negros); são 'vestígios de dialetos crioulos'; trata-se de uma 'simplificação extrema', de um 'português mal aprendido', 'imperfeitamente transmitido' pelos escravos e seus descendentes, de língua 'tosca', 'rude' e 'grosseira', que 'deturpam' foneticamente, 'desfiguram', 'deformam', 'adulteram' articulações do dialeto popular do Brasil, 'resquícios de uma fase degenerativa'.

Nada a ver, portanto, com as

modificações naturalmente verificadas no contato de línguas ou de falantes de línguas diferentes em busca de um meio comum de comunicação, pela aprendizagem, por falantes de outras línguas, de uma língua imposta por algum motivo, com modificações já incorporadas à língua adquirida, etc., fenômenos sociolinguísticos normais e previsíveis nessas situações.

Para esses estudiosos, em geral gramáticos e filólogos pioneiros no estudo brasileiro da linguagem, a influência africana, se é mesmo disso que se trata, estaria na fala rural (nunca na urbana), na fala popular (jamais na culta), enfim, em variantes de fala e, evidentemente, apenas como 'desvios' da norma. Depois de ressaltar o 'fato concreto' do uso da língua no Brasil, onde, por séculos, descendentes de portugueses detinham um código oral informado por uma tradição escrita e os escravos e seus descendentes, uma oralidade sem retro-alimentação de tradição escrita, a Profa. Nadja conclui afirmando que, longe de se configurar em saldo negativo (como vinha sendo 'pregado'), essa situação deveria ser encarada positivamente. Seria a 'efetivação de novas possibilidades do sistema [do PB], providenciadas pela exclusiva comunicação interpessoal e oral'.

Por fim, rejeitando esse 'biologismo linguístico', pelo qual se encarava a diversidade dialetal, e atribuindo às bases culturais um caráter de 'força de unificação', e não de "desagregação", adverte para a necessidade de renovação dos estudos da língua no Brasil, começando pelo abandono desses clichês e pela 'interpretação' dos motivos que os sustentam. Caso contrário, profeti-

za, estaríamos incorrendo em uma espécie de 'neo-escravatura'. Essas observações ecoaram fundo em mim, então estudante de Letras na UFBA., porque sempre me havia debatido com o que identificava como um 'ranço lusólatra' de nossos queridos mestres, e fizeram-me compreender melhor o que se camuflava atrás dessa lusolatria: o pavor mesmo de que a escravaria pudesse dar outros frutos que não os já sobejamente conhecidos.

Vamos reencontrar essas questões nas linhas e entrelinhas de alguns textos da Profa. Yeda, em seu livro publicado em 2001 pela Academia Brasileira de Letras (3). Fala, por exemplo, de uma 'resistência' ao tratamento desses assuntos como consequência de uma 'orientação teórico-metodológica e de visão etnocêntrica', embora restrinja essa observação aos estudos sobre religião.

No entanto, às páginas 76-8, emprega três palavras em contextos muito reveladores: 'intrigante', 'milagre' e 'polêmica'. 'Intrigante' é referida a sua conclusão ('Uma Conclusão Intrigante') e a sua conclusão nada mais é do que a definição de sua tese (a que cautelosamente chama de 'hipótese'). 'Milagre' é atribuída à possibilidade de resposta à questão de por que o PB se tornou o que é, se não levarmos em conta a participação decisiva dos falantes africanos. E 'polêmica', à sua proposta de um estudo comparativo do português com as línguas africanas, dos grupos banto e kwa, o que resultaria na emergência de uma linguística afro-brasileira. Por que razão(ões) atribuir tais qualificativos a fatos científicos tão naturais – o estabe-

lecimento de uma tese, a constatação da importância de alguns atores e a proposição de um programa de trabalho – senão pelas mesmas razões que implodem na comunicação da Profa. Nadja Andrade?

Ainda nesse livro, e na mesma ‘...Conclusão Intrigante’, há uma passagem em que a autora faz um paralelo entre a mestiçagem biológica e a mestiçagem lingüística. Isto me fez lembrar uma comparação que fiz alhures(4), entre a política de ‘embranquecimento populacional’, preconizada pelo Barão do Rio Branco, e as políticas do que chamei de ‘embranquecimento lingüístico’, subjacente às práticas dos ‘professores-de-português’ de nossas escolas. Mas isto é assunto a ser desenvolvido em outra oportunidade.

Estas questões foram colocadas para mostrar as dificuldades encontradas por aqueles pesquisadores que efetivamente estão em busca de novas descobertas e não apenas requeitando pratos já saboreados de antemão, receita infalível de sucesso nos meios acadêmicos. Deixemos de lado essas idiossincrasias luso-brasileiras e voltemos à razão dessa resenha.

A apostila que a Profa. Yeda preparou para a Secretaria Municipal de Educação de Salvador resume o essencial do que foi por ela apurado em seus vários anos de pesquisa aqui no Brasil, mas também, e fundamentalmente, em vários pontos do território africano. Trata-se, inicialmente, de uma identificação sumária (como não poderia deixar de ser em tão poucas páginas) das regiões, povos e línguas africanas transplantadas para o Brasil, com algumas de suas características, inclusive lingüísticas. Constatamos aí que, apesar de toda a diversidade de línguas, as que nos dizem respeito são línguas aparentadas, todas elas pertencentes à grande família Níger-Congo.

A seguir, tece algumas considerações sobre a distribuição e a situação da população negra no Brasil, sobre o papel social da mulher negra e dos negros ‘ladinos’, ressaltando também a importância da preservação dos cultos religiosos e, neles, da língua-de-santo. Chama a atenção ainda para o advento de

crioulos e mestiços e para a relevância da mobilidade espacial dos negros no Brasil, sobretudo depois da extinção do tráfico negreiro.

Quanto às ‘influências’, isto é, às modificações sofridas pelo português europeu (PE) em território brasileiro devido ao contato com falantes de línguas africanas, acentua a importância dos povos bantos, superiores em anterioridade, densidade demográfica e distribuição geográfica no Brasil, protagonistas da mudança que viria a ser efetuada no PB e cujos aportes logo se integraram e permanecem na língua comum dos brasileiros. E mostra o papel diferenciado das línguas do Oeste-Africano, as línguas kwa, das quais destaca a língua ewe-fon e a língua ioruba, que, por serem de introdução mais recente e de distribuição mais restrita, desempenham um papel coadjuvante e posterior nesse processo, embora não deixe de ser significativo. Sobre essas línguas incidiu um número maior de estudos, referentes sobretudo aos cultos religiosos de origem nagô-queto.

O texto apresenta ainda uma coleção de exemplos de fenômenos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e léxicos, que, para alcançar os seus objetivos didáticos, poderiam ser menos econômicos.

É em relação ao PB que se pode medir a imensa e valiosíssima contribuição da autora. Em sua tese, sustenta que o PB seria resultante da interação lingüística entre os falantes de português e os falantes de línguas africanas em território brasileiro. Os negros bantos, devido a sua antiguidade no Brasil, ao elevado número de indivíduos e à ampla extensão de sua distribuição no território brasileiro, foram, em seu processo de aprendizagem do português como segunda língua, o principal agente da transformação do PE em PB, e também o principal difusor dessa mudança.

A relativa semelhança de al-

guns aspectos das línguas africanas(5) com o PE ‘antigo e regional’ – o ‘elo perdido’ dessa evolução – possibilitou a continuidade, no Brasil, de um tipo prosódico de base vocálica, que não teve continuidade em Portugal (6). Os aportes ewe-fon e iorubá agregaram-se posteriormente, externa e localmente, a essa matriz já estabelecida.

Esta tese, além de seu ineditismo e da audácia de sua formulação, se levamos em conta a enorme resistência a esses assuntos a que nos referimos acima, é fruto de um trabalho árduo mas sereno, cientificamente documentado, e de conseqüências altamente subvertedoras para o “status quo” vigente, a ponto de, mais de 30 anos depois de formulada, pousar ainda

como novidade (quando, e se, pousada) na escuraninha de alguns dos mais eminentes estudiosos de nossa realidade lingüística.

A ‘recusa’, ‘resistência’, dê-se lá que nome se dê eufemisticamente a tal fato, chega ao limite do absurdo: admite-se a ‘mudança sintática em curso no PB’, onde os mesmos

argumentos antes apresentados como sendo o ‘português estropiado dos negros’, por exemplo, a simplificação dos paradigmas verbais, a falta relativa de concordância verbo-nominal, são aceitos. Mas, agora, sem nenhuma referência a suas origens, tratando-se apenas de ‘movimentos no interior do português brasileiro’.

Arredemo-nos daí, e digamos que, para sermos dignos herdeiros desse grande passo, deveríamos estudar comparativamente e mais profundamente os fenômenos sintáticos ocorridos nesse processo, mesmo porque, nesses últimos anos, muito se avançou no conhecimento lingüístico do PB. Neste sentido, valeria a pena aproximar o trabalho e as conclusões da Profa. Yeda ao trabalho e às pesquisas no âmbito do

que se chamou de ‘sociolingüística paramétrica’.

Este hibridismo teórico, aparentemente contraditório, permitiu que se desenvolvessem algumas teses sobre as mudanças em curso no PB, que têm servido de inspiração a muitos estudiosos de nossa realidade lingüística. E aos professores dos Ensinos Fundamental e Médio, que assumirem a responsabilidade de introduzir os conteúdos africanos e afro-brasileiros em nossas escolas, recomendaria a consulta aos trabalhos referidos e às outras publicações da Profa. Yeda, constantes na bibliografia de seu livro “Falares Africanos na Bahia”. Aviso que o livro que ali consta como “a sair”, foi publicado em 2002, pela Fundação João Pinheiro/Secretaria de Estado da Cultura, Belo Horizonte (MG).

Espero ter conseguido dar uma idéia, por mais pálida que seja, não apenas da publicação resenhada, mas, sobretudo, do alcance do trabalho vasto e fecundo que se esconde atrás da simplicidade, honestidade e inteireza dos pesquisadores aqui mencionados.

***Pesquisador independente, o autor é mestre em Lingüística (Unicamp).**

(1) CASTRO, Yeda Pessoa de. (2006) **A influência das línguas africanas no português brasileiro**. Salvador: Sec. Municipal de Educação/Prefeitura de Salvador. Lei 10639/03. Pasta de textos da professora e do professor, vol. 7.

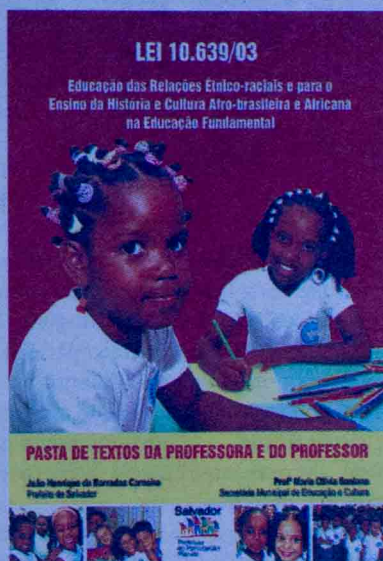
(2) ANDRADE, Nadja (1976) “O português do Brasil: temática e terminologia (cliché e etnocentrismo)”. In: FERREIRA, CARLOTA et al. (1988) **Diversidade do Português do Brasil – Estudos de Dialectologia Rural e outros**. Salvador: PROED/UFBa. [Existe uma 2ª edição de 1994.] Cf. também nesta coletânea o artigo da professora Carlota Ferreira: “Remanescentes de um falar crioulo brasileiro (Helvécia – Bahia)”.

(3) CASTRO, Yeda Pessoa de. (2001) **Falares africanos na Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks.

(4) CUNHA, Pérciles (1996). **As muitas línguas brasileiras**. Brasília: Inédito.

(5) Principalmente um sistema de sete vogais orais, um padrão silábico CV (consoante, vogal) e uma estrutura morfológica ideal CV.CV.

(6) Em Portugal, um vasto processo de neutralização e/ou queda de vogais resultou numa pronúncia de caráter acentuadamente consonantal.





Cada cabeça, uma sentença racista

Documentário e dissertação de mestrado ajudam a discutir como o racismo se materializa no dia-a-dia da justiça penal brasileira

Lunde Braghini*

A idéia de comentar conjuntamente o documentário **Justiça**, de Maria Augusta Ramos, e a dissertação **A Prisão Provisória em Casos de Furto: a Violência do Sistema Penal**, defendida pela promotora de justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto, em abril de 2006, no mestrado em Direito da Universidade de Brasília, dá continuidade à atenção que o **irohìn** tem dedicado aos temas da Comunicação e também do Direito. No combate ao racismo um tema motiva o outro, em muitas dimensões. Tanto o documentário quanto a dissertação contribuem, cada qual à sua maneira, para a conversa em torno do papel que desempenham, na atuação da Justiça, as representações sociais que o racismo estabeleceu.

"Representação social", assim como "ideologia", "discurso", "narrativa", pertence à família dos muitos termos que entraram e saíram de moda no esforço de se tentar abordar de modo crítico os fenômenos de comunicação. Na literatura especializada, chama-se de representação social a um tipo de "imagem" que se forma acerca de algo. Imagem tanto no sentido visual (um desenho, uma fotografia) quanto no sentido moral (um conceito positivo ou negativo, de simpatia ou de antipatia).

A representação social é uma espécie de "mix", que articula um pouquinho de realidade, muito de avaliação e muito de atitude. Quando alguém nos diz algo, nós como que ligamos uma espécie de "Google interior", que dá acesso a múltiplas referências – mais fortes

ou mais fracas – que temos sobre o que foi dito. Pode ser o nome de uma pessoa, como Pelé ou como Edson Lopes Cardoso. Tanto o nome de Pelé quanto o de Edson Cardoso hão de evocar em cada um de nós essa mistura de realidade, valor e atitude – categorias que têm a ver, respectivamente, com dimensões que filósofos associam às facilidades de conhecer, julgar e agir.

Em certo sentido, as representações sociais lidam com o peso moral das palavras e têm a ver com aquilo que a gente consente que seja dito e/ou, também, que seja feito. Quase todas as vezes, no noticiário sobre a chacina de Nova Iguaçu e Queimados, há um ano, salientava-se, como que para agravar a conduta daqueles específicos policiais assassinos, que os 29 mortos não tinham "passagem pela polícia". Representação social também isso: no Brasil, ser negro e ter passagem pela polícia é uma representação social que funciona como um passaporte para a morte.

Fórmula condenatória

Cada um a seu modo, os trabalhos de Maria Augusta Ramos e de Fabiana Barreto colocam em questão, entre outras coisas, os fundamentos do processo de tomada de decisão dos juízes. Maria Augusta disse que não quis fazer um "filme de tese", coisa pejorativa em vertentes



tes da tradição cinematográfica; ao passo que Fabiana Barreto quis fazer uma tese que "ficasse de pé", por assim dizer, bem

explicada e demonstrada. Rigorosamente em comum, os trabalhos de Maria Augusta Ramos e de Fabiana Barreto partem de uma mesma atitude diante do universo de problemas que abordam: a de examinar o sistema penal como realmente funciona, a partir de dados da realidade.

Sem música, com câmera fixa, sem entrevistas, o filme de Maria Augusta Ramos acompanha quatro processos no Fórum do Rio de Janeiro, com foco nos casos envolvendo um rapaz branco, preso após acidental-se com um carro roubado; e um rapaz negro acusado de envolvimento com tráfico. Incidentalmente, toma-se conhecimento também da história de um rapaz negro paraplégico aparentemente detido com objetos roubados; e de outro, branco, acusado de furtar um celular num velório.

Uma das questões presentes nas audiências era a da manutenção ou não da prisão. A prisão anterior à condenação não pode ser utilizada como forma antecipada de aplicação da pena, tendo caráter exclusivamente instrumental. Poder responder ao processo em liberdade tem a ver com o princípio da presunção de

liberdade, segundo o qual ninguém pode ser considerado culpado antes de julgado. A transgressão desse princípio, com o abuso da manutenção da prisão provisória antes do julgamento, é justamente o tema da dissertação de Fabiana Barreto, que estudou processos de furto em cinco localidades brasileiras – Porto Alegre, Distrito Federal, São Paulo, Belém e Recife.

O tema escolhido por Fabiana tem a ver com dramas freqüentes no noticiário, como o da empregada doméstica Angélica Aparecida de Souza Teodoro, que passou de novembro de 2005 a março de 2006, presa por furtar um pote de manteiga de R\$3,10; ou da também empregada doméstica Maria Aparecida de Matos, que ficou presa um ano e sete dias sob a acusação da tentativa de furto de um xampu e de um condicionador, no valor de R\$24,00.

Um dos achados relevantes de Fabiana é a tendência dominante de a prisão provisória, nos casos de furto, ser usada como antecipação da sanção penal. "No momento de decidir sobre o pedido de liberdade provisória, o juiz faz projeção sobre o regime a ser aplicado no caso concreto; de forma que o réu com chances de ser condenado nos casos mais graves dificilmente é liberado antes da sentença condenatória".

Segundo Fabiana, "a fórmula 'flagrante + pessoas vulneráveis' tem sido determinante para provocar a violação sistemática do princípio da presunção de inocência nas localidades pesquisadas". Por pessoas vulneráveis, entendam-se as que tinham até o ensino fundamental, as

que não tinham defensores particulares; as pessoas pardas e pretas; e as ditas reincidentes. "Se ocorreu o flagrante, os juízes têm mais tendência a manter a prisão com base em estereótipos", escreve Fabiana. "A dogmática penal é mais utilizada como justificação da atuação seletiva que como mecanismo de proteção à liberdade ambulatoria do réu".

É irresistível lembrar que a chamada Lei da Vadiagem, criada logo após a abolição e extinta após 1979, destinava-se precisamente a coibir essa liberdade ambulatoria. No fundo o trabalho de Fabiana sobre a lógica da transgressão do princípio da presunção de liberdade no momento de julgar lembra o protesto negro contra a lógica da polícia o momento de prender. Há quase sessenta anos, em carta aberta ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 1949, Abdias do Nascimento escreveu: "Basta um negro ser detido por qualquer coisa insignificante – assim como não ter uma simples carteira de identidade – para ser logo tratado como se já fosse um criminoso. Dir-se-ia que a polícia considera o homem de cor um delinquente nato, e está criando o delito de ser negro".

Recepção – É necessário assinalar diferenças básicas entre ambos os trabalhos. Uma dissertação de mestrado não é um livro; a rigor, é um texto destinado a ser lido por um orientador e dois ou três examinadores. Em princípio, um documentário tem circulação maior, mas os caminhos do cinema confiaram os produtos do gênero ao espaço do festival, da TV fechada ou da comercialização das fitas, em vídeo e, agora, DVD. Dependendo da temática – como é o caso de *Justiça* – é assimilado como material didático ou de discussão militante, como a de que esse artigo pretende participar.

O jornalista Zuenir Ventura saudou Maria Augusta Ramos por ter feito um retrato e não um panfleto sobre o Judiciário; uma espécie de "obra aberta" a toda leitura. Talvez no espírito de que uma imagem vale mais do que mil palavras. Mas não sei se é bem assim. Isso lembra uma discussão antiga acerca da "autonomia da obra". Não vou entrar nisso, mas me parece interessante observar que o formato digital do DVD tem permitido agregar à "obra autô-

noma" tudo aquilo que a crítica antiga achava marginal: a intenção do autor, a opinião dos personagens, o debate com o público etc.

Em *Justiça*, a reflexão sobre o racismo não está no plano do que é dito, mas no aproveitamento que conseguimos fazer acerca daquilo que é mostrado e sobre o qual conseguimos conversar. No filme a "coisa do racismo" não está dita; aparece de passagem, no material extra do DVD, no depoimento de um professor e juiz negro; mas nem beira a fala das coisas sofisticadas – em torno de como o capital financeiro coíbe a circulação dos excluídos – da progressista defensora pública.

O embate entre a fala da desembargadora e a fala da defensora não deixa de definir o limite em que chegou a discussão entre conservadores (dogmáticos) e progressistas (sociologizantes) brancos no campo do Direito. O texto de Fabiana Barreto – expressão e dissidência desse embate referido – me parece de uma clareza e de um caráter auto-explicativo muito meritórios, de leitura não só acessível quanto necessária. Não tenho a menor hesitação em acreditar que a autora deve parte de seus argumentos ao peso circunstancial da presença negra no contexto em que foi realizado. Afinal, num curto período de tempo, o Mestrado em Direito assistiu à defesa de três dissertações em torno da questão racial.

Nada realmente assegura que predomine na recepção de *Justiça* uma leitura emancipatória ou um olhar não racista. Podemos nos incomodar – os espectadores brancos – com as situações presentes em *Justiça*; podemos nos irritar com a manifestação de distância social de nossos juízes; podemos não gostar da figura da desembargadora branca; mas acho que nunca chegamos a nos identificar plenamente com os réus negros. Com os réus brancos – que são, como eu, brancos "da terra", parafraseando a expressão racista do período colonial – o papo conosco pode ser outro. Mesmo que compartilhem fragilidades sociais com os réus negros, não trazem na pele o "delito de ser negro". Um deles – o que se acidentou (não foi parado em nenhuma blitz) em São Cristóvão, com três garotas que conhecera na praia, em Copacabana – é um

"mala", mas é um cara. Os negros dão pena (um dó), mas não são "caras". Por quê?

O medo branco – Na relação entre duas pessoas quaisquer, como Pedro e Paulo, intervêm muitas imagens (físicas, mentais ou conceituais), sugeriu o filósofo Martin Buber: existe Pedro como aparece para si mesmo; existe Paulo como aparece para si mesmo; existe Pedro como quer aparecer para Paulo, e vice-versa; existe Pedro como acha que aparece a Paulo, e vice-versa; existe Pedro, como aparece a Paulo, e vice-versa. Isso vira uma complexidade de araque perto dos problemas que surgem no âmbito das relações estabelecidas no racismo, que abriu uma porta para que identificássemos nossa humanidade com uma parte restrita do universo humano. Como roga um personagem de Samuel Rawet: "Chora o que foi conquistado e perdido / Chora o que nunca foi conquistado / e principalmente, chora o que nunca foi perdido". Sem ilusão, o racismo está aí, para ser chorado como uma coisa que nós não perdemos como se perde uma caneta ou um guarda-chuva.

Não me recordo ao certo se à cena, passada em Angola, pertence a *O herói*, filme de Zezé Gamboa, ou a *Na cidade vazia*, de Maria João Ganga, ambos exibidos no Festival do Rio de 2004. Mas acontecia assim: em câmera subjetiva – que me fazia aparentemente "compartilhar" o ponto de vista de um personagem –, eu acompanhava o olhar que um maltrapilho – que aparentemente procurava alimento numa espécie de container de lixo – lançava sobre um menino que vinha pela rua a mover com uma varinha um carrinho de brinquedo. Por um átimo, me veio a angústia enorme e o medo de que aquele negro fosse atacar e violar a criança... Só de repente, na sequência, é que vi que o foco do seu interesse estava era no brinquedinho engenhoso e barulhento.

Num artigo dos anos 70, Paulo Francis expôs no Pasquim a forte impressão que lhe causara, no filme *Sérpico*, de Sidney Lumet, em que Al Pacino faz o papel de um policial que se rebela contra a corrupção na polícia, a seguinte fala: – Nada do que pudesse ter feito chega aos pés daquilo que você consegue imagi-

nar... – diz o negro acusado de estupro ao policial branco que o interroga acerca de detalhes da suposta ação. Só tenho a memória do artigo (replicado nos anos 80, no próprio Pasquim), não vi o filme. É possível que os personagens não sejam branco e negro. Mas faz sentido que o sejam. E de todo modo serve como ilustração de um olhar que o racismo construiu.

Que olhar é esse? De um lado é o olhar do medo branco. O negro mau / de olhos vermelhos / tenho medo / o negro mau / vai comer / nosso mingau / e até nossa filha, diz Edson Lopes Cardoso, num dos poemas de *Ubá*, livro em que pela primeira vez, creio, fez-se uma leitura negra de "O Medo", poema em que Drummond, no célebre *A Rosa do Povo*, escreve "Tive medo de ti / meu companheiro moreno". De outro, também é um olhar que nos impede de comungar nossa humanidade. Num trecho de *Raízes do Brasil*, publicado há setenta anos, lê-se: "podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos". É de chamar a atenção o fato de que Sérgio Buarque de Holanda não ter escrito "a humanidade", mas "nossa humanidade". O racismo não nos deixa entender a diferença que faz uma coisa e outra.

É como se a nossa representação social da humanidade a dividisse em duas. Podemos tratar um negro como ser humano, mas numa escala – num "continuum" – em que ele fica numa ponta e os brancos, noutra. Por último, para não deixar as coisas confusas, não custa lembrar o quanto Paulo Francis se revoltava contra a revolta negra, se esmerando até o fim em avacalhar a militância negra. E que é possível argumentar que a afirmação intelectual de *Raízes do Brasil* se dá num marco de consagração de obras sobre nossa "formação nacional" que contornam o racismo como dado relevante de nossas questões sociais, num contexto em que o racismo não nos deixou ter pensadores negros, do quilate de Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, como referências importantes e necessárias, o que é assunto de outro papo.

* Mestre em Comunicação e jornalista (DF).

Racismo republicano

Museu da República lança coletânea sobre racismo no Brasil

Ana Flávia Magalhães Pinto*

O fim do escravismo e de sua opressão imediata às pessoas negras escravizadas e seus descendentes não seria consequência direta da instauração do regime republicano. Com base nisso, e a contragosto de muitos republicanos, abolicionistas como José do Patrocínio insistiram em priorizar a extinção do regime escravocrata em detrimento das lutas republicanas. Até certo ponto, tratava-se de um raciocínio coerente. A limitação, de fato, não estava no princípio, foi forjada na marcha da história brasileira. Instaurada a República, as expectativas foram se frustrando.

Esse é o cenário ao qual se remete a coletânea de artigos *A República e Questão do Negro no Brasil*, editada pelo Museu da República em novembro último. Sob a organização de Maria Aparecida Andrade Salgueiro, a obra é o desdobramento de seminário realizado em comemoração aos 115 anos da proclamação de 1889. As subdivisões da historiografia política oficial referentes ao período republicano servem para delimitar as partes do livro, cabendo à primeira abordar os momentos iniciais.

Álvaro Pereira do Nascimento inicia o debate pondo em xeque as bases do ensino de história sobre o pós-abolição e suas conexões com as trajetórias da população negra no Brasil. A partir de respostas dadas por candidatos ao vestibular da Unicamp de 2001 à pergunta "Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?", Nascimento vai além do cotidiano das salas de aula da Educação Básica e chega à produção sociológica e historiográfica sobre o período em questão. As críticas têm como alvo não apenas os autores dos livros didáticos e intelectuais como Gilberto Freyre, mas também outros, a exemplo de Roger Bastide,

Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Trata-se, no fundo, de um exercício de reconhecimento dos deslizes dos cânones das ciências humanas brasileiras e o consequente fortalecimento de itens do repertório racista local. Ao seu tempo, o historiador elenca algumas saídas de intelectuais contemporâneos, os quais num futuro próximo poderão passar por revisão semelhante.

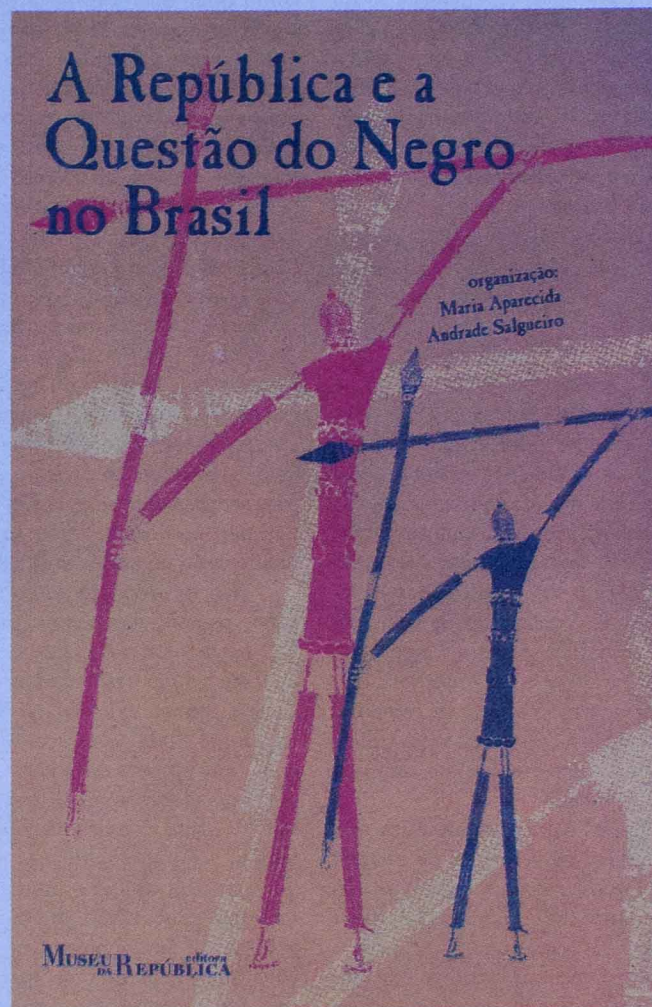
Os incentivos socioeconômicos a "colonos" branco-europeus por parte do Estado brasileiro e "os pressupostos de exclusão que marcaram

as políticas de colonização vinculadas à imigração" formam o fio condutor do artigo de Giralda Seyferth, "A colonização e a questão racial nos primórdios da República". Progresso e igualdade, idéias facilmente tomadas como sinônimos dos princípios republicanos, apresentam-se sob outra órbita e remetem a rumos bem distintos. A construção da República, como reverberava nos debates e na legislação da época, passaria pela eliminação definitiva do "problema do negro", ou ainda, com os negros propriamente – seja por meio de restrições legais, seja gra-

ças a um processo massivo de miscigenação.

Como assevera a autora, o ideal de branqueamento não é uma novidade republicana, "aparece nas considerações sobre a miscigenação e a imigração desde a década de 1860" (p. 37). No entanto, o modo fluido como as ações contra a população negra são apresentadas nas leis acaba sendo por vezes reproduzido no tratamento dado pela autora a essa documentação. Seyferth não aprofunda o raciocínio de que, no contexto de preferência exclusiva pelos imigrantes brancos, o que se tinha era a demonstração pouco sutil do desprezo absoluto pelo contingente de afro-brasileiros. E antes de encerrar o artigo, encontramos o comentário: "Mas os europeus também estavam submetidos a restrições de natureza eugênica – idosos, doentes, deficientes, criminosos e sofriam discriminação legal – e social, pois os cidadãos não estavam incluídos na categoria idealizada de bom agricultor" (p. 43-44). De todo modo, esse trecho sinaliza para os conflitos fortalecidos pela política de colonização europeia em tempos republicanos, o que desabona qualquer acusação contra os movimentos sociais negros de terem ao longo do século XX forjado enfrentamentos injustificáveis.

"A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano", artigo de Flávio Gomes, inaugura a discussão sobre a Revolução de 30 e o mito da democracia racial, universo da segunda parte da obra. O historiador parte do questionamento acerca da perspectiva a-histórica pela qual as lutas e organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas – "ora



desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos" (p. 49). Contrapondo-se a tais representações, são levantados inúmeros pontos, bem como iluminadas várias pistas necessárias à reconstituição das experiências da intelectualidade, das associações e dos movimentos negros nos anos 1940-1950. O desmonte da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1937, em virtude da política do Estado Novo, não mais se manifesta como marco de silêncio esterilizador, enfrentado somente muito tempos depois. Em vez disso, vêm à tona, por exemplo, os esforços em torno da União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil (UAGACÊ) – em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde 1943 – e da Associação dos Negros Brasileiros (ANB), além de ações como a Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945), a atuação de intelectuais negros na Constituinte de 1946, a Conferência Nacional do Negro (1949), o I Congresso do Negro Brasileiro (1950). Sendo parte de uma pesquisa maior, o artigo nem de longe pretende esgotar debate, mas consegue apresentar um panorama das complexas redes que estruturam o debate sobre as relações raciais na época.

Diferentemente de Gomes, que busca identificar uma dinâmica particular às ações da intelectualidade e das organizações negras, Antonio Liberac localiza os debates e choques internos às associações e aos jornais negros dentro das correntes ideológicas consideradas mais amplas entre 1915 e 1935, a exemplo das disputas entre monarquistas e republicanos, no início do século XX; e entre liberais, fascistas e comunistas, em seguida. A coleção de títulos da imprensa negra paulista, disponível na Biblioteca Nacional, serve de base argumentativa. Normalmente ligados a "associações de homens de cor", para o historiador, "os jornais da imprensa negra, ao surgir, implicam um aumento no nível de politização do movimento social dos negros" (p. 70). Na mesma linha, Liberac esquadrinha também as divergências entre os grupos no que diz respeito ao combate ao racismo

e à política imigratória brasileira, e sobre miscigenação, ascensão social, nacionalismo e pan-africanismo.

"A população que queremos é branca", dizia José Bonifácio ao cônsul da Inglaterra em meados do século XIX, em carta de apoio ao afundamento de navios negreiros (tumbeiros) no Atlântico. A longevidade de atitudes genocidas como essa é a chave para Marco Aurélio Luz tratar, por outro lado, das ações de resistência e sobrevivência das populações negras no Brasil, muitas delas pautadas na reprodução de sistemas religiosos de matriz africana e em diversas outras "expressões socioculturais do contínuo civilizatório africano" (p. 96). Em mais esse artigo, o livro como que passa a limpo o entendimento sobre a lógica modernizante da nação brasileira, sendo o período republicano marcado pela sofisticada discriminação dos métodos discriminatórios, a exemplo do chariz da mestiçagem, do sincretismo e, óbvio, da democracia racial.

As expectativas em torno da redemocratização de 1945 e a crítica ao mito da democracia racial justificam a apresentação conjunta dos artigos de José Jorge Siqueira, Kabengele Munanga e Jacques d'Adesky na terceira parte de *A República e a questão do negro no Brasil*.

Referência para o pensamento de esquerda da época, o I Congresso Brasileiro de Escritores (1945) tem seu alcance questionado por Siqueira, no que diz respeito à abordagem das questões caras à promoção da democracia por aqui. Naquela conjuntura, quando imperava o "silêncio dos intelectuais" sobre a importância do racismo contra a população afro-brasileira no processo de formação nacional, a academia brasileira assistia à consolidação da categoria "classe" para suas reflexões sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil. Tal inércia foi, até certo ponto, rompida com os trabalhos posteriores de uma série de intelectuais. As razões para a emergência desses novos trabalhos, bem como os avanços e entraves de um sociólogo em particular – novamente Florestan Fernandes – são abordados pelo organizador do se-

minário que deu origem ao livro em questão. Nesse campo, também, há um acompanhamento das ações de figuras da militância negra, suas formas distintas de atuação, seus avanços e entraves.

Ao estabelecer um diálogo com a produção de pensadores brasileiros sobre os caminhos da população negra no processo de formação nacional e de sua identidade, Kabengele Munanga, por seu turno, apresenta um apanhado de como os movimentos negros se construíram a partir de tal realidade. Munanga assinala certa ambigüidade entre os movimentos formados entre os anos 1945 e 1970, uma vez que "a educação, a formação e o modelo de comportamento 'branco' figuravam entre as chaves da integração, pois mesmo o branco mais limitado (pensava-se) não teria mais interesse em fechar as portas aos negros qualificados, cultos e virtuosos" (p. 137). Caberia às entidades posteriores uma nova perspectiva, em que a construção e a afirmação da identidade cultural e racial negra se configurariam como estratégia de reação. Em estreita ligação com as reflexões inauguradas nesse período, estão as categorias de análise utilizadas pelo autor, o que se percebe, por exemplo, no comentário sobre as formas de atuação contemporânea – "Grosso modo, duas vertentes interligadas caracterizam hoje as estratégias de luta do Movimento Negro de todos os tempos: uma, cultural-educativa, (...) outra política (p. 139-140).

Por último, a partir do modelo analítico quadripartido de racismo e anti-racismo de Pierre-André Taguieff, Jacques d'Adesky também repassa os usos e desusos da democracia racial até os dias recentes. Nas palavras do antropólogo, "os esforços do movimento negro com vistas ao desmascaramento da ideologia da democracia não foram coroados de pleno êxito. É verdade que a expressão perdeu grande parte de seu poder de sedução. Mas também se sabe que ela continua viva e forte, do ponto de vista da maioria da população branca" (p. 147). Para ilustrar essa assertiva, d'Adesky se serve dos extenuados argumentos de intelectuais e jornalistas sobre a importância desse modelo para a

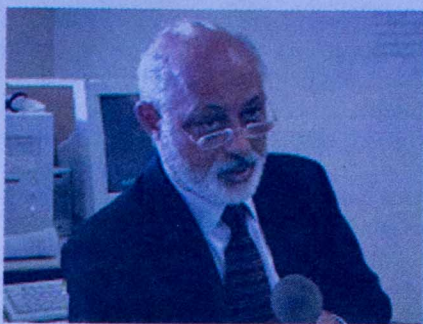
garantia da "unidade" nacional.

Passando ao horizonte "da ditadura militar aos anos 90", chegamos à última parte, destinada ao universo das políticas de ação afirmativa. De maneira bem didática, Carlos Alberto Medeiros, em "Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso", procede à apresentação do debate e dos usos de ações afirmativas no Brasil, que apenas recentemente acenaram contemplar a população negra. Em seguida, desenvolve a desconstrução dos mais frequentes argumentos contrários a essas ações, especialmente em oposição às cotas para o acesso ao ensino superior. Ocorre ainda que, uma vez assumidos compromissos de Estado por meio da assinatura de uma série de tratados internacionais, o Brasil ratificou suas obrigações com a promoção dos princípios democráticos e também republicanos a todo o conjunto de sua população.

Ainda que a maioria dos autores trabalhe com a categoria de mestiçagem de maneira próxima à postulada pela falácia da democracia racial, o apanhado exposto em *A República e Questão do Negro no Brasil* é, de fato, digno de nota. No momento em que figuras como Peter Fry, Yvonne Maggie e Ali Kamel começam a arvorar-se de defensores do "ponto de vista republicano" ou do "estatuto jurídico republicano" – os quais estariam ameaçados pela simples possibilidade de cotas para estudantes negros nas universidades públicas –, é preciso levantar um debate do que tudo isso tem significado até hoje. Ainda que o mal desses paladinos da "democracia racial brasileira" não seja desinformação, até mesmo eles precisam ficar atentos... Como fica registrado nos artigos, ao apostarem no ditado de que uma mentira dita várias vezes se torna uma verdade, muitos guardiões da hegemonia local caíram do bonde da história...

Ficha técnica: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

* *Jornalista, ativista do EnegreSer e mestrandia em História-UnB*

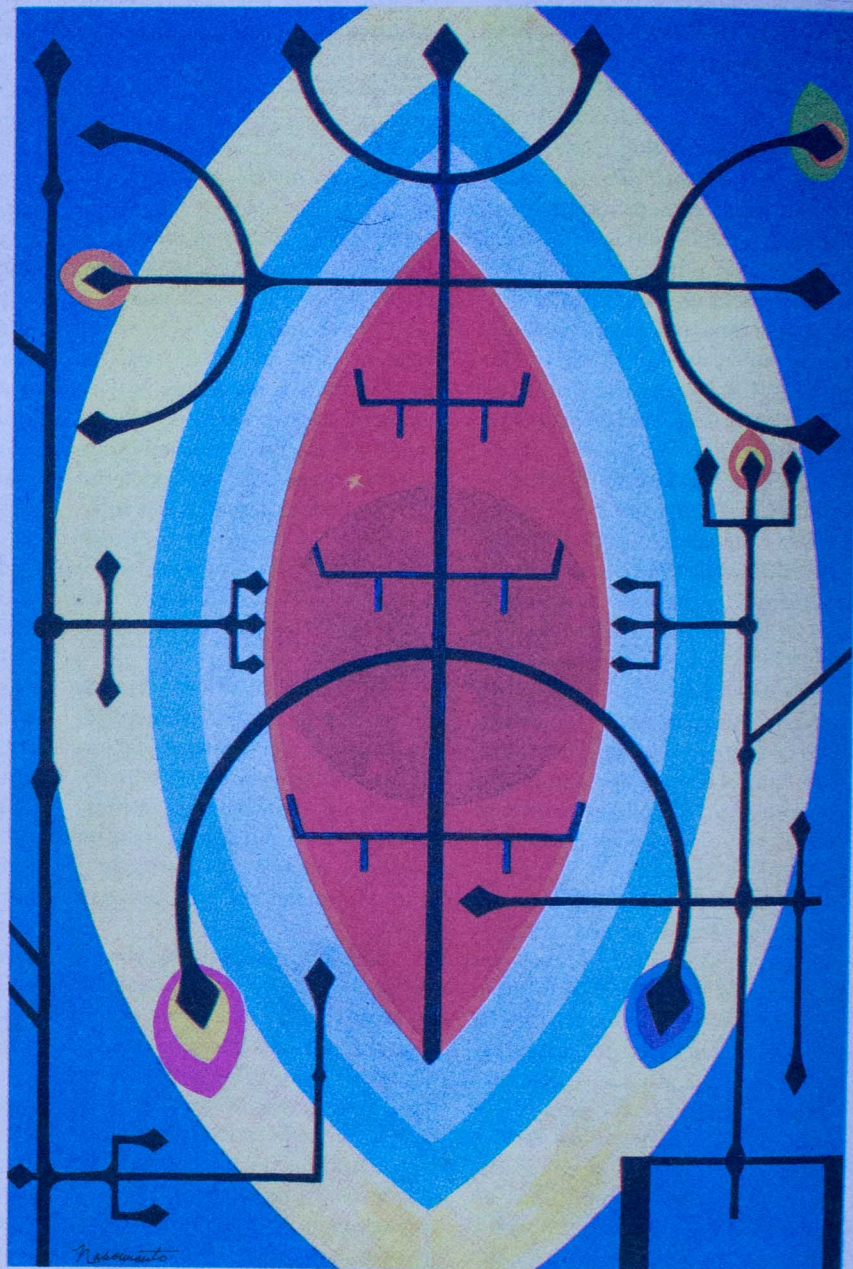


Domício Proença Filho, poeta e ensaísta, doutor em Letras e professor titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal Fluminense(UFF), foi eleito em março deste ano para a cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras, com posse prevista para o mês de julho. O poema "O Lugar" foi extraído de "Dionísio Esfacelado (Quilombo dos Palmares)". Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

O LUGAR

Domício Proença Filho

**Ventre liso e livre
a Serra da Barriga
emprenhada a sangue
e sal
suor de negro
ferro
no pescoço
e na alma
argola
couro de rebenque
a pele
arrebatada
a vinagre e pimenta
a carne viva
a voz emparedada:
sêmen
da cidade do sonho
negro.**



A Criação nº 2: Obatalá e Exu
(Buffalo, 1973). Acrílico sobre tela,
152 x 102

ISSN 18085369



9 771808 536008